UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

Hélcio Batista Pereira

**A realização do sujeito pela elite paulistana
do início do século XX:
uma análise em perspectiva Gerativista Trans-sistêmica**

Orientação: Prof. Dra. Marilza de Oliveira

SÃO PAULO, 2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

A realização do sujeito pela elite paulistana
do início do século XX:
uma análise em perspectiva Gerativista Trans-sistêmica

Tese com vistas à obtenção de título de Doutor,
apresentada à Área de Filologia e Língua Portuguesa da
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade
de São Paulo.

Hélcio Batista Pereira

Orientação: Prof. Dra. Marilza de Oliveira

Versão Corrigida

SÃO PAULO, 2010

Folha de Aprovação

**Para Erika e Alice, as meninas dos meus olhos,
com carinho e amor.**

Agradecimentos

Agradeço à amiga Renata Weffort, pedagoga e mestre em educação, pela colaboração sempre generosa, sugerindo rumos nas questões teóricas e nos temas ligados à História da Escola em São Paulo, e, ainda, por ter colaborado na busca de textos.

Ao meu irmão, doutorando em Economia, Fernando, pelo apoio nos capítulos históricos.

Também agradeço à minha irmã Denise, mestranda em Psicologia - e portanto, mais uma contaminada com o vírus da pesquisa, pelo incentivo e injeção de ânimo nos momentos mais difíceis.

Ao meu amigo, Eduardo Bittencourt, economista e sociólogo, por ter me apresentado Pierre Bourdieu.

Agradeço a paciência e presteza da comadre, amiga e lingüista, Luciana Petrilli, pela revisão do Abstract.

A Elza Calixto, pelo apoio e incentivo.

Também agradeço aos professores membros da banca, pelas críticas e sugestões, e que muito colaboraram para este trabalho.

Aos muitos amigos não citados anteriormente que torceram pelo meu sucesso nesta pesquisa e suportaram com interesse os meus "papos de lingüista".

E, por fim, agradeço o carinho, a dedicação, o esforço incansável da Professora Marilza de Oliveira, sempre mostrando caminhos, estimulando a criatividade e o faro de pesquisador, apontando incongruências e defeitos, fazendo uso pleno do vocábulo "orientação".

Resumo

O presente trabalho analisa a trajetória dos sujeitos vazios e expressos na norma lingüística efetivamente utilizada pela elite paulistana, em fins do século XIX até a década de 1930, quando S. Paulo recebeu grande afluxo de imigrantes usuários de "línguas de sujeito nulo".

Partindo de uma avaliação crítica do "variacionismo paramétrico", baseado em Labov e Chomsky, propomos o "gerativismo trans-sistêmico". Nessa perspectiva, a língua é gerada em dois níveis: no nível de origem biológica e inata, a faculdade da linguagem, após amadurecimento, dota o indivíduo de "competência lingüística"; no nível de natureza social, o *habitus*, depois de internalizado, o proverá de "capital lingüístico", tal qual proposto por Bourdieu. Temos, assim, um módulo gerativo que permite ao indivíduo oferecer seus produtos no mercado lingüístico altamente concentrado.

A análise de *corpora* lingüísticos nos levou a concluir que a elite, apesar de fazer um maior uso do sujeito vazio, já incrementava o uso dos expressos, fenômeno já bem avançado no dialeto caipira. Tal comportamento é explicado por fatores estruturais internos à língua, e também expressa, do ponto de vista histórico-social, uma clara opção por uma forma lingüística que se opunha à norma dos imigrantes, tal qual previsto no *habitus* da elite.

Palavras-chaves: parâmetro do sujeito nulo; história social da língua; gerativismo trans-sistêmico; norma lingüística da elite paulistana; Chomsky; Labov; Bourdieu.

Abstract

This paper analyses the trajectory of empty subjects and overt subjects in the standard language of the elite of São Paulo from the late XIX century to 1930s, when that city received a large influx of immigrants, who were speakers of languages with null subject.

Starting from a critic assessment of the "parametric variacionism", based on Labov and Chomsky, we propose the "trans-systemic generativism". From this perspective, language is generated in two levels: in the biological and innate level, the language faculty, after matured, endows the individual with "linguistic competence"; in the social level, the *habitus*, after internalized, provides the individual with "linguistic capital", as proposed by Bourdieu. Therefore we believe that there is a generative module that allows individuals to offer their products in the highly concentrated linguistic market.

The analysis of the linguistic *corpora* led us to conclude that the elite, despite making more use of empty subject, was already boosting the use of overt subjects, a phenomenon well advanced in the *caipira* dialect. This behavior is explained by structural factors internal to language, and also expressed, from the social-historical standpoint, a clear choice of a linguistic form as opposed to the standard language of immigrants, as established by the *habitus* of the elite.

Key words: null subject parameter; social history of language; trans-systemic generativism; linguistic standard language of São Paulo elite; Chomsky; Labov; Bourdieu.

Sumário

Introdução	12
1. A realização do sujeito sentencial como objeto da história social da língua.....	12
2. Instrumental lingüístico	15
2.1 Conceituação básica da teoria “Princípios e Parâmetros” e do “parâmetro do sujeito nulo”	15
2.2 Instrumental gerativista para análise das sentenças.....	17
3. Organização deste trabalho.....	22
Capítulo 1 – Um pouco de História da cidade de São Paulo: as tensões entre o velho e o novo	23
Introdução	23
1.1 - São Paulo até a primeira metade do século XIX	24
1.1.1 - Aspectos Econômicos	24
1.1.2 - Aspectos Populacionais.....	27
1.1.3 - Aspectos do Cotidiano, da Sociabilidade, da Cultura e do Lazer	30
1.1.4 - Aspectos Educacionais.....	35
1.2 - São Paulo de 1850 até as primeiras décadas do século XX	37
1.2.1 - Aspectos Econômicos	37
1.2.2 - Aspectos Populacionais.....	43
1.2.3 - Aspectos do Cotidiano, da Sociabilidade, da Cultura e do Lazer	47
1.2.4 - Aspectos Educacionais.....	54
1.3 – O novo e o velho no processo de urbanização de São Paulo.....	58
Capítulo 2 – Resenhando os estudos sobre a distribuição de sujeitos vazios e expressos no Português Brasileiro	62
Introdução	62
2.1 O parâmetro do sujeito nulo	62
2.2 O aumento de sujeitos plenos no PB em perspectiva diacrônica	63
2.3 Estudos Sincrônicos.....	65
2.3.1 Estudos sobre a Oralidade	65
2.3.2 Sobre a Escrita.....	67
2.4 Variáveis Explicativas	69

2.4.1 A questão etária	70
2.4.2 O gênero do falante.....	71
2.4.3 A Escolaridade.....	72
2.4.4 Pessoas do Discurso e a tese da mudança paramétrica em função do enfraquecimento da concordância	73
2.4.5 O traço semântico	78
2.4.6 Estrutura CP.....	80
2.4.8 Acessibilidade pronomes-antecedentes	83
2.4.9 Estrutura IP.....	85
2.4.10 Ordem SV <i>versus</i> ordem VS	86
2.5 Sujeito vazio e expresso como objeto para estudo da História Social da Língua	86
Capítulo 3 - Perspectiva Teórica: uma proposta para se fazer História Social da Língua ...	89
Introdução	89
3.1 Noam Chomsky e o Gerativismo.....	92
3.1.1 Conclusão sobre a proposta de Noam Chomsky	98
3.2 William Labov e a Sociolinguística	99
3.2.1 Conclusão sobre a proposta de William Labov	103
3.3 Noam Chomsky e William Labov, juntos nas pesquisas linguísticas brasileiras	103
3.4 Pierre Bourdieu.....	107
3.4.1 O Campo Linguístico e o <i>habitus</i> linguístico	112
3.4.2 Conclusões sobre a Proposta de Pierre Bourdieu	115
3.5 Uma Proposta Teórica: Modelo Gerativo Trans-sistêmico	115
Conclusões.....	119
Capítulo 4 – Aspectos Metodológicos.....	121
4.1 Proposta metodológica	121
4.2 Constituição e Descrição dos corpora	122
4.2.1 <i>Corpora</i> Cartas Pessoais que representam o uso feito pela Elite Paulistana.....	122
4.2.1.1 A elite paulistana representada pela Família Mesquita	125
4.2.2 <i>Corpus</i> que representa o uso feito no Dialeto Caipira.....	126
4.2.2.1 Valdomiro Silveira e seus caipiras	127
4.3 Tratamento Estatístico dos <i>Corpora</i>	132

4.4 Considerações sobre Contraste entre os <i>corpora</i>	135
4.5 Interpretação dos dados lingüísticos em uma perspectiva Histórico-Social.....	136
Capítulo 5 - Os sujeitos vazios e expressos nos <i>Corpora</i> da Elite Paulistana e do dialeto caipira	137
Introdução.....	137
5.1 A distribuição entre sujeitos vazios e expressos em duas gerações da Família Mesquita	137
5.1.2 Conclusões sobre Dialeto da Elite Paulistana.....	150
5.2 A distribuição entre sujeitos vazio e expresso para os caipiras de Valdomiro Silveira	151
5.2.1 Conclusões sobre Dialeto Caipira	159
5.3 Análise Final.....	160
Capítulo 6 - Interpretando os dados lingüísticos para contribuir para a História Social da Língua em São Paulo.	162
Introdução	162
6.1 Alguns aspectos do <i>habitus</i> (e do <i>habitus lingüístico</i>) da Elite Paulistana	162
6.1.1 Ambigüidade diante do caipira.....	162
6.1.2 Tão perto da Europa; tão distante dos imigrantes europeus	168
6.2 O jogo no mercado lingüístico: a oferta de sujeitos vazios e expressos.....	172
6.3 Os rumos da norma gramatical brasileira	174
Conclusões.....	176
Conclusões Finais	178
Referências Bibliográficas.....	181

Lista de Tabelas:

Tabela 1 : Distribuição da População Ativa por Setor em número absoluto - 1798 e 1836.	27
Tabela 2: População Total da cidade de São Paulo até segunda metade do século XIX	28
Tabela 3: População da cidade de São Paulo por "Cor"	28
Tabela 4: População da cidade de São Paulo de 1836 a 1940	44
Tabela 5: Percentual de Agricultores e de Analfabetos dentre os Principais Grupos dos Imigrantes Chegados ao Porto de Santos: 1908 - 1936	46
Tabela 6: Distribuição de sujeitos vazios e expressos na fala culta	66
Tabela 7: Sujeito Expresso com Referência Definida na fala não-culta	67
Tabela 8: Ocorrência de sujeito vazio de 3ª pessoa no corpus escrito – entrevistas jornais	68
Tabela 9: Ocorrência de sujeito vazio de 3ª pessoa no corpus escrito – textos de opinião e notícias	69
Tabela 10: Sujeitos vazios no uso de 1ª pessoa – Cartas Pessoais	70
Tabela 11: Sujeito Vazio por tipo de sentença e pessoa do discurso – Cartas Cariocas	73
Tabela 12: Sujeito Preenchido de acordo com o modelo estrutural	84
Tabela 13: Sujeitos Expressos e as condições de referência – Fala não-culta	85
Tabela 14: Extensão dos Corpora	135
Tabela 15: Corpora Elite Paulistana - Distribuição de sujeitos vazios e expressos por geração	138
Tabela 16: Corpora Elite Paulistana - Distribuição de sujeitos vazios e expressos por pessoa do discurso e por geração	139
Tabela 17: Corpora Elite Paulistana - Distribuição de sujeitos vazios e expressos por geração e por traço semântico do Referente	141
Tabela 18: Corpora Elite Paulistana - Distribuição de sujeitos vazios e expressos por geração e por traço semântico do Referente, excluindo-se sentenças de 1ª pessoa....	142
Tabela 19: Corpora Elite Paulistana - Distribuição de sujeitos vazios e expressos por geração em função da configuração da estrutura CP	143
Tabela 20: Corpora Elite Paulistana - Distribuição de sujeitos vazios e expressos na presença de elementos entre Spec de IP e Iº, por geração	145
Tabela 21: Corpora Elite Paulistana - Distribuição de sujeitos vazios e expressos por geração e em função da acessibilidade ao antecedente, por geração	146

Tabela 22: Corpora Elite Paulistana - Distribuição de sujeitos vazios e expressos por geração e em função do tempo verbal	148
Tabela 23: Corpora Elite Paulistana - Ordem Sentencial por geração nas ocorrências de sujeito expesso	149
Tabela 24: Corpus Dialeto Caipira: Distribuição de Vazios e Expressos	151
Tabela 25: Corpus Dialeto Caipira: Distribuição de sujeitos vazios e expressos.....	152
Tabela 26: Corpora Dialeto Caipira - Distribuição de sujeitos vazios e expressos por traço semântico do Referente	153
Tabela 27: Corpus Dialeto Caipira: Distribuição de sujeitos vazios e expressos em função da configuração da estrutura CP.....	154
Tabela 28: Corpus Dialeto Caipira: Distribuição de sujeitos vazios e expressos e ausência/presença de elementos entre Spec de IP e I'	156
Tabela 29: Corpus Dialeto Caipira: Distribuição de sujeitos vazios e expressos em função da acessibilidade ao antecedente	157
Tabela 30: Corpus Dialeto Caipira: Distribuição de sujeitos vazios e expressos.....	158

Lista de Gráficos:

Gráfico 1: Ocorrência de sujeito vazio na fala espontânea segundo a pessoa gramatical e a faixa etária (%)	71
--	----

Lista de Abreviações:

Compl:	Complemento
CP:	Sintagma Complementizador
IP:	Sintagma Flexional
P&P:	Princípios e Parâmetros
PB:	Português Brasileiro
PE:	Português Europeu
Spec:	Especificador
VP:	Sintagma Verbal

Introdução

1. A realização do sujeito sentencial como objeto da história social da língua.

Os trabalhos mais importantes acerca da distribuição do sujeito vazio e do sujeito expreso no Português Brasileiro (doravante PB) foram realizados no âmbito da lingüística histórica, da sociolingüística ou do variacionismo paramétrico. Nessa perspectiva, conquistou-se grandes avanços no entendimento do fenômeno da intensificação dos sujeitos expressos na fala e na escrita do brasileiro. Entretanto, esses trabalhos apresentam algumas limitações que apontaremos mais detalhadamente no capítulo dedicado aos aspectos teóricos. O primeiro ponto diz respeito ao tratamento dado ao fenômeno lingüístico pelo viés histórico, que se reduz a uma avaliação do fenômeno lingüístico em uma perspectiva diacrônica. Por exemplo, aponta-se que uma dada mudança lingüística ocorreu em um dado período, sem se questionar se há motivações nos fatos históricos que justifiquem ou expliquem sua ocorrência. Também o social, incorporado como variável explicativa nos estudos baseados em uma perspectiva sociolingüista, não ultrapassou a barreira de se constituir um contexto com elevada probabilidade de ocorrência de uma dada variante lingüística. Assim, aponta-se que as mulheres lideraram o processo de mudança na língua, sem, no entanto, discutir a condição do feminino no contexto social em que a produção lingüística era feita; mostra-se a relevância das questões relativas à escolaridade, sem discutir que tipo de escola era esta; evidencia-se a questão etária, sem relacionar isso ao status social concedido ao jovem ou ao idoso.

Além disso, os estudos lingüísticos diacrônicos sobre a realização do sujeito sentencial tomaram como *corpus* peças teatrais, gênero textual que representaria com maior fidelidade o vernáculo. Tendo por objetivo retratar o PB de uma maneira geral e em oposição ao Português Europeu (doravante PE), esses trabalhos não traçaram o perfil sócio-econômico e cultural dos "informantes". Aliás, não deixam claro se a coleta de dados está pautada nos trechos narrativos ou naqueles reservados à fala dos personagens. Na falta dessa triagem, não temos como saber se o percentual de sujeitos expressos se refere à fala da elite ou da camada popular.

Estudos que procuram justificar a diferença entre as modalidades oral e escrita do PB remetem à pressão da norma prescrita, pautada no PE. Pagotto (1988), a partir de

comparação realizada com os textos constitucionais do Império e da Primeira República, afirma que no Brasil houve um esforço de construir a norma culta brasileira à semelhança de Portugal, ou seja, a partir da norma moderna portuguesa. Com esse procedimento, afirma o autor, as elites mantêm seu domínio perante as camadas populares, já que o acesso à norma da língua escrita só seria obtido às custas de um longo e penoso processo de formação escolar. O presente trabalho questiona se as elites, na linguagem efetivamente praticada¹, mantiveram esse mesmo procedimento na realização do sujeito sentencial, aproximando-se do PE², ou se, ao contrário, intensificaram o uso dos sujeitos plenos, fenômeno pertinente ao PB.

O presente trabalho busca discutir essas interpretações e preencher essas lacunas, investigando a realização do sujeito sentencial em uma amostra que representa a fala do caipira e outra que representa a da elite paulistana, no fim do século XIX até a década de 1930.

Nesse sentido visamos responder às seguintes questões:

- 1) Qual o comportamento lingüístico dos caipiras e da elite paulistana, uma vez que boa parte desta última se deslocou da zona rural para a urbana e buscou introduzir a "modernidade" na cidade, buscando se desvincular da figura do caipira que passou a ser visto como atraso?
- 2) Nesse comportamento lingüístico, a elite se aproximava ou se afastava dos imigrantes que haviam se fixado na cidade?

Essas questões podem ser resumidas em: Nos dados de "fala" da elite há ruptura ou continuidade do padrão lingüístico usado pelo caipira? Há adoção do sujeito vazio característico das línguas românicas dos imigrantes europeus que "invadiram" a cidade de São Paulo entre as últimas décadas do século XIX e 1930.

Na segunda metade do século XIX, a cidade de São Paulo assistiu a um crescimento significativo em termos populacionais e econômicos. Este processo se deu principalmente em função da economia cafeeira, que se expandiu rumo ao oeste da Província (depois

¹ O presente trabalho não avaliará a norma prescrita nos manuais de gramática para a realização do sujeito.

² Dada a ausência de trabalhos sobre o tema, assumimos o pressuposto de que o PE do início do século XX se comportava como língua do sujeito nulo, uma vez que esta é a situação da língua falada e escrita em Portugal, como mostram vários estudos - entre eles Barbosa, Duarte e Kato (2005).

Estado) de São Paulo, e foi concretizado com a construção das ferrovias, o que permitiu que São Paulo passasse a intermediar a zona produtora e o porto de Santos.

Muitas famílias da elite rural, produtoras de café e também de cana-de-açúcar, passaram a ter residência na capital, dividindo-se entre temporadas no campo, na própria cidade e na Europa. Essa mesma elite promove a vinda de levadas de imigrantes europeus para substituir a mão-de-obra escrava, principalmente na zona produtora agrícola. Entretanto, muitos deles acabaram por fixar residência na cidade. Parcela minoritária desses imigrantes já chegaram aqui enriquecidos ou constituíram fortunas exercendo principalmente atividades industriais e comerciais, aproveitando-se do desenvolvimento econômico alcançado pela cidade.

São Paulo se diversifica sob diversos pontos de vista, apresentando várias facetas (ou várias temporalidades). Apesar da preservação de modos de vida arcaicos, ligados ao tempo em que a cidade ainda era um pequeno núcleo mais propriamente rural que urbano, a cidade é "repaginada". Surgem as primeiras indústrias e o comércio de luxo da região central. Moderniza-se do ponto de vista arquitetônico, implanta-se uma nova escola pública, a sociabilidade se enriquece com teatros, clubes, espaços para práticas esportistas e recepções à moda européia. Mas ao mesmo tempo, o rural permanece nas atividades econômicas ligadas às camadas mais populares - como a venda de animais pelas ruas; nas construções populares e na presença de chácaras na região urbana (que sobrevivem até os primeiros anos do século XX); no fato de que boa parte da população permanece analfabeta ou semi-alfabetizada (incluindo aí membros de famílias mais ricas). A força da economia cafeeira mantém a cidade e a sua elite sintonizada com o campo, ainda que também esteja conectada com os centros considerados "civilizados", como a Europa.

E é neste contexto sócio-histórico que nos propomos a estudar a trajetória do sujeito vazio e do sujeito expresso no português paulistano da elite.

Assim, este trabalho pretende, como objetivo mais geral, contribuir para a História Social do Português Paulista, com foco especial no padrão lingüístico da elite, partindo de análises que dialogam com o social e o histórico.

Para tanto, investigaremos como se dava a realização do sujeito sentencial pela elite paulistana que viveu nos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do século XX. Interessa-nos aqui avaliar se preferencialmente esta elite fazia uso de sentenças com sujeito

oculto, (utilizando-se, portanto, do pronome nulo (ou vazio)), ou se optava prioritariamente pelos sujeitos expressos (portanto, com pronome pleno).

Considerando que a capital paulista recebeu, no final do século XIX e início do XX, grandes levas de população imigrante, falantes de línguas parametrizadas de forma a permitir o sujeito vazio, investigamos se a norma lingüística da elite paulistana deixou-se influenciar por esse fato social, evitando o aumento do sujeito expresso. Por sua vez, tendo em vista a assimilação dos hábitos europeus pelos paulistanos - que se pode observar na mudança da arquitetura da cidade, no consumo, na moda, etc., indagamos a respeito do comportamento lingüístico da elite diante da presença do estrangeiro.

Na medida em que essa mesma elite ainda guardava relações com o mundo rural, onde estava a produção dos bens geradores de riqueza (bens agrícolas), também nos propomos a estudar o fenômeno da distribuição de sujeitos vazios e plenos no dialeto caipira. Com isso, poderemos questionar o quanto a elite dele se afastou ou se aproximou, investigando as motivações desse comportamento lingüístico.

Baseados no fato de que o processo de intensificação do sujeito expresso no PB iniciou-se no período que recortamos para nossa pesquisa, nossa hipótese é que o dialeto da elite já devia dar sinais de ampliação do uso dos pronomes plenos nesta função sintática, em sintonia com o vernáculo - dialeto caipira- devido à origem rural de muitos de seus membros e à sua relação com o campo, onde estava a zona produtora dos principais produtos daquela economia. O *status* desse grupo social deve ter evitado que este sofresse a influência das normas lingüísticas dos imigrantes estrangeiros falantes de língua de sujeito nulo, que favoreciam a manutenção dos percentuais elevados de uso do pronome vazio.

2. Instrumental lingüístico³

2.1 Conceituação básica da teoria “Princípios e Parâmetros” e do “parâmetro do sujeito nulo”

A teoria gerativista, a partir de proposta de Chomsky na década de 1980, introduziu nos estudos da linguagem a perspectiva dos Princípios e Parâmetros (doravante P&P). Nessa concepção, o funcionamento das línguas naturais é regido por “princípios”, que

³ Nesta seção, procuraremos explicitar de maneira mais didática algumas questões acerca do instrumental lingüístico utilizado na pesquisa, principalmente visando os leitores não-lingüistas e os lingüistas não-gerativistas.

dizem respeito a tudo que é invariável trans-lingüísticamente - e por “parâmetros”, através dos quais elas se diferenciam.

A criança recém-nascida precisará realizar um trabalho de parametrização em função da particularidade da língua natural existente onde nasceu, o que é feito a partir de sua experiência com fragmentos da linguagem a que está exposta. É somente após essa parametrização – que na visão gerativista é uma decisão binária - que ela se tornará um falante de inglês, ou português, ou romeno ou guarani ou russo ou italiano, etc.

Nessa perspectiva, toda sentença de uma língua natural deve necessariamente ter um elemento na posição (ou com função) de sujeito. Essa exigência é um “princípio”, ou seja, algo que é necessário em todas as línguas existentes. Entretanto, como sabemos, línguas como o Português, o Espanhol e o Italiano permitem que o falante “oculte” o sujeito - como podemos ver em (1), (2), e (3), o que não é possível no Inglês - o que é comprovado pela oposição das sentenças (4) e (5) a seguir⁴.

(1) cv Cheguei.

(2) cv Llegué.

(3) cv Sono arrivato.

(4) I arrived.

(5) * cv Arrived.

Ou seja, a possibilidade de ocultar ou não o sujeito está no âmbito da parametrização, o que separa as línguas naturais em dois tipos: as línguas que admitem o uso de sujeito oculto/nulo e as línguas que requerem o sujeito expreso/pleno. As primeiras, em geral, evitam pronomes expressos, utilizando-os apenas em casos especiais (para evitar ambigüidade, por exemplo).

O PE ainda hoje apresenta comportamento típico de uma “língua de sujeito nulo”. Já o PB, desde o final do século XIX, implementou modificações na distribuição de sujeitos nulos e plenos, passando a ter uma configuração diferente da língua em uso em Portugal.

⁴ Indicaremos o termo "ocultado" por "cv" (categoria vazia). Além disso, usaremos um "*" para indicar as sentenças agramaticais.

Antes de finalizarmos esse capítulo introdutório, é preciso que o leitor não gerativista entenda alguns conceitos do instrumental de análise chomskyano, utilizados para análise lingüística no presente trabalho.

2.2 Instrumental gerativista para análise das sentenças

O instrumental gerativista, no âmbito da chamada teoria X-Barra, decompõe as sentenças em núdulos, formados a partir de uma configuração binária.

Em cada um desses núdulos, um item lexical pode ocupar três posições: ou ele é um especificador (vide Spec, abaixo), ou é um núcleo (X), ou um complemento (vide Compl).

Assim fazemos a descrição da arquitetura da sentença a seguir:

(6) O Pedro beijou a Maria.

Comecemos pelo Sintagma Verbal (VP). O verbo "beijar" exige a presença de dois elementos nominais: um argumento interno, que ocupa a posição de complemento ("a Maria"), e um argumento externo ("O Pedro"), que ocupa a posição de especificador. Assim, a distribuição dos argumentos verbais é descrita da seguinte forma⁵:

⁵ Simplificamos a configuração dos sintagmas nominais, razão pela qual o desenho tem um triângulo na notação. Além disso, apontaremos sempre as posições de Spec e Compl para facilitar o entendimento.

(6a)

Para que essa estrutura argumental ganhe o estatuto de sentença, é preciso ativar um nódulo sintático que faça a leitura do traço gramatical "flexão". Para isso a teoria gerativa propõe um nódulo binário para a categoria gramatical flexão (IP), cujo núcleo abrigará o verbo flexionado. A posição de especificador da flexão aloca o argumento externo⁶ que, finalmente, receberá função sintática de sujeito. Chegamos, agora, à seguinte configuração:

(6b)

Note que em (6b) o verbo, nascido na posição de núcleo de VP, “moveu-se” para se juntar à flexão (tal qual nós realizamos quando pronunciamos esta sentença). O sintagma nominal "O Pedro" também se moveu para a posição de Spec de IP, onde recebe o caso

⁶ Para determinados verbos, chamados inacusativos (como "parecer", "chegar", "aparecer", "nascer", etc.), é o argumento interno que sobe para a posição de Spec de IP, assumindo a posição de sujeito sentencial

nominativo, entra em relação de concordância com o verbo, tornando-se de fato sujeito da sentença. O sintagma nominal “a Maria” permaneceu em sua posição original, onde havia recebido caso acusativo.

Suponha agora que tenhamos uma interrogativa como (7).

(7) Quem o Pedro beijou?

A arquitetura de uma sentença assim pressupõe uma outra parte extra: o sintagma complementizador (CP), o nódulo sentencial que faz a intermediação com o discurso. Vejamos, então, como a descreveremos:

(7a)

Note que o pronome "quem" é na verdade o complemento do verbo (basta pensar na configuração da sentença caso ela fosse afirmativa). Além dos movimentos de "o Pedro" para Spec de IP e do verbo "beijar" para o núcleo desse nódulo, o pronome "quem" moveu-se para a posição de Spec de CP, formando com isso a interrogação.

No caso de uma subordinada encaixada em uma principal, também se ativa o nódulo CP, como demonstramos nos exemplos (8) e (9).

(8) Eu conheço a menina que o Pedro beijou.

(8a)

Veja que na sentença encaixada há um "que", pronome relativo, que ocupa a posição de Spec de CP.

Mas se, ao contrário, tivéssemos uma sentença encaixada, como em (9), introduzida por uma conjunção integrante, a posição Spec de CP estaria vazia. A conjunção, como vemos em (9a), ocupa neste caso a posição de C^0 .

(9) Ela disse que o Pedro beijou a Maria.

(9a)

Embora este trabalho não tenha o propósito de discutir e/ou reformular a configuração arbórea da sentença, o conhecimento de sua arquitetura mínima é fundamental

para a compreensão dos fatores lingüísticos que incidem na realização do sujeito - como a presença ou ausência de elementos na posição de especificador de CP, como tem diagnosticado a literatura que trataremos no capítulo 2.

3. Organização deste trabalho

No capítulo 1, procuraremos montar o quadro sócio-histórico da cidade de São Paulo. Este quadro tem por objetivo localizar no tempo e no espaço o fenômeno lingüístico para que possamos analisá-lo numa perspectiva da História Social da Língua em São Paulo.

No capítulo 2, faremos a resenha dos principais estudos lingüísticos sobre a distribuição de sujeitos vazios e expressos na oralidade e na escrita do PB. Procuraremos, aí, mostrar os avanços e as limitações dessas pesquisas.

No capítulo 3, discutiremos o melhor arcabouço teórico para a investigação que propomos. Partiremos da tradição que herdamos, a chamada "sociolingüística paramétrica", investigando seus limites *vis a vis* nossos objetivos de pesquisa, para que possamos propor em seguida uma solução adequada de suporte teórico. Buscaremos um modelo gerativo da produção e do uso da linguagem que a conceba como fenômeno simultaneamente biológico e social.

No capítulo 4, iremos descrever detalhadamente os procedimentos metodológicos que lançaremos mão para análise do fenômeno lingüístico, de forma coerente ao aparato lingüístico proposto no capítulo 3.

No capítulo 5, faremos a análise mais propriamente lingüística do fenômeno a partir de *corpora* constituídos especificamente para realização do nosso trabalho.

Por fim, no capítulo 6, faremos a interpretação sócio-histórica do fenômeno. Partimos do pressuposto de que a forma lingüística - no caso extraída do nível sintático - tem significações e motivações históricas e sociais.

Capítulo 1 – Um pouco de História da cidade de São Paulo: as tensões entre o velho e o novo

Introdução

O presente capítulo tem por objetivo contextualizar - no espaço e no tempo - o fenômeno da língua que vamos investigar: a distribuição entre sujeitos nulos e plenos na fala dos paulistanos. Interessa-nos caracterizar em vários níveis - social, econômico, cultural, etc. - a cidade de São Paulo no período que aqui delimitamos para o nosso trabalho. Em momento posterior, vamos relacionar tal quadro com o processo de mudança lingüística, para melhor compreendê-lo.

a capital paulista, nesse período, passou por uma série de mudanças, fruto do papel econômico que assumiu com a chegada de novas levas populacionais - nacionais e, principalmente, estrangeiros, a estruturação do sistema escolar, o desenvolvimento comercial, e industrial, a diversificação das opções culturais e de entretenimento, etc. E para se ter a dimensão exata de tais mudanças, precisamos retroceder a períodos anteriores, épocas em que a cidade era apenas um pequeno aglomerado populacional, mais propriamente rural que urbano.

Mas veremos também que essas novidades e seu aspecto de modernização não atingiram a cidade de forma homogênea. Primeiro porque nem todos os segmentos tiveram acesso a ela, e depois porque mesmo a classe mais abastada não rompeu de uma hora para outra com o seu passado ligado ao rural e ao arcaico.

A partir da literatura que selecionamos sobre a História econômica e social de São Paulo, procuraremos mostrar essas mudanças e investigar em quais aspectos a cidade tradicional ainda sobreviveu. Por isso, contrastaremos o período histórico anterior à segunda metade do século XIX, com o período seguinte, estendendo nossa análise até a década de 1930.

1.1 - São Paulo até a primeira metade do século XIX

1.1.1 - Aspectos Econômicos

Do ponto de vista econômico, o papel por excelência de São Paulo nos três primeiros séculos foi o de servir como entreposto comercial das diversas correntes de intercâmbio que sobre ela se entrecruzavam, em função de suas condições geográficas. A primeira dessas correntes movimentava as economias de subsistência do planalto centro-sul do Brasil, e envolvia outros países e outras regiões brasileiras, principalmente as que possuíam uma economia de exportação (SINGER, 1977:20). Assim, nos primeiros séculos os paulistas partiram para os "sertões", onde aprisionavam indígenas, ofertados para economia de cana-de-açúcar do litoral nordestino, um negócio que se manteve lucrativo enquanto não foi superado pelo comércio de cativos africanos.

São Paulo também funcionava de entreposto comercial que ligava o planalto paulista ao litoral. Era encarregada de fornecer aos habitantes da costa os excedentes de produtos como algodão, mantimentos, gado e couro, recebendo produtos que vinham da metrópole (vinho, pólvora e armas). Ainda que esse comércio, nos três primeiros séculos, tenha suas limitações, muitas vezes sendo realizado por meio do escambo, foi responsável por manter a cidade até a descoberta do ouro.

No terceiro século, quando o núcleo da economia brasileira migrou para Minas Gerais, sustentado-se na extração de ouro, São Paulo se beneficiou da maior proximidade com a área mineradora. Isso porque o único caminho conhecido às minas partia de São Paulo, passando pela região de Taubaté e, em seguida ganhando-se a Mantiqueira. Nesse momento, São Paulo assumiu o papel de centro abastecedor das Gerais, permitindo incremento nos negócios de gado, o desenvolvimento da agricultura do Planalto, e a utilização do porto de Santos para a importação de manufaturas e escravos africanos.

A partir de 1725, a construção do chamado "Caminho Novo" ligou diretamente a região mineradora ao porto do Rio de Janeiro, excluindo São Paulo do papel de ligação das minas ao exterior. Mas o balanço do impacto do ouro das Gerais em São Paulo é positivo: "Apesar do caráter episódico dos efeitos da mineração sobre a economia paulista, não há dúvidas que eles desempenharam um certo papel sobretudo no sentido de desenvolver a agricultura e adensar a população" (SINGER, 1977: 23)

Perdendo a primazia nos negócios com as Gerais, São Paulo ampliou, entretanto, ao longo do século XVIII, sua função comercial em outras correntes, envolvendo regiões que não lhe eram diretamente tributárias. A primeira delas vinha do Mato Grosso, donde se extraía ouro. O minério chegava a Porto Feliz por via fluvial, completando o percurso por terra até São Paulo, e daí era reexportado. Na mão contrária, enviava-se cereais, toucinho, armas, munições e tecidos ao Mato Grosso.

Em outra corrente, São Paulo colaborava com o comércio de muares do sul enviados para o resto do país. Mesmo que Sorocaba fosse o ponto terminal dessa corrente, parte dos negócios é direcionada para São Paulo para serem dali transacionados com outras regiões do país. Essa atividade era desenvolvida, por exemplo, pelo Capitão Joaquim Araújo Leite, mineiro e morador de São Paulo no início do século XIX, e que "... comprava na feira de Sorocaba e vendia para Minas Gerais e Goiás, e também para o Rio de Janeiro" (SILVA, BACELLAR, GOLDSCHMIDT & NEVES, 2009: 195).

Ao final do século XVIII, a economia de abastecimento da capitania de São Paulo converteu-se em exportadora, através do cultivo de cana-de-açúcar no litoral (Ubatuba e São Sebastião) e interior (Campinas e Itu). A cana-de-açúcar acabou por reforçar e consolidar o papel de intermediador comercial assumido pela cidade de São Paulo, com a melhoria viária realizada em função dessa atividade: "O transporte do produto, de fácil deterioração, exigiu a abertura de novas estradas, a melhoria daquelas já existentes ou, no caso do Caminho do Mar, a criação de variantes com um traçado mais cômodo e melhor" (NOZOE, 2004: 101).

Com a cana-de-açúcar, o binômio capital – porto de Santos passou de novo a ser utilizado para o escoamento da produção, o que impactou a vida da capital de forma significativa, como avalia Singer:

A exportação de açúcar não somente animou e expandiu a vida comercial da cidade, como também fez com que numerosos senhores de engenho fixassem residência na cidade, gestando ali parte de seu excedente comercializado, o que certamente contribuía para o crescimento do setor terciário (serviços) da economia urbana (SINGER, 1977: 26).

O desenvolvimento da lavoura canavieira permitiu também a expansão dos negócios relacionados ao pouso das tropas, à criação e ao aluguel de animais, bem como a intensificou as vendas de produtos de uso corrente no interior (NOZOE, 2004: 103).

O último fato importante que contribuiu para o desenvolvimento econômico de São Paulo até a primeira metade do século XIX foi a criação da Faculdade de Direito (1828). Com ela, estudantes de várias províncias do Império e do interior se transferem para a cidade de São Paulo, transformada nos dizeres de Bruno (1954) em "burgo de estudantes". Estes aumentaram a massa de consumidores de renda apreciável, estimulando o setor de comércio e o de serviços.

Mesmo encontrando esse relativo desenvolvimento econômico, a São Paulo da primeira metade do século XIX manteve-se como um núcleo urbano modesto, invadido ainda pelo rural. Assim, parte da população urbana dedicava-se às atividades agrícolas, na produção de produtos como de o chá, o gado, a farinha de mandioca e a aguardente (SINGER, 1977: 26).

Isso é confirmado na Tabela 1, formada a partir de dados que retiramos de Marcílio (1973) que confirmam que a grande maioria da população paulistana livre, ao final do século XVIII e início do XIX, dedicava-se às atividades "primárias", ligadas à exploração direta dos recursos naturais: estas eram exercidas por 1.761 pessoas em 1798 e 3.511, no ano de 1836, ou seja, eram realizadas por mais de 50% da população ativa livre. As atividades "secundárias", que reúnem as atividades mais urbanas, como sapateiros, costureiros, alfaiates e carpinteiros, eram exercidas por cerca de 12 e 13% da população nos dois anos respectivamente. Os dados para as atividades "terciárias", que incluem as funções da administração pública, as atividades comerciais, os profissionais liberais e os serviços religiosos e de transporte, eram 1.055 em 1798 e 1.916 em 1836, ou seja, representavam 1/3 do total.

Tabela 1 : Distribuição da População Ativa por Setor em número absoluto - 1798 e 1836

	Censo 1798	Censo 1836
Atividades Primárias	1.761	3.511
Atividades Secundárias	431	775
Atividades Terciárias	1.055	1.916
Total	3.247	6.202

O que foi dito no parágrafo anterior não deve dar a entender que a economia da cidade era, na primeira metade dos anos 1800, tão somente, agrícola. Como vimos, a vocação comercial da cidade mostrou-se forte desde os primeiros séculos, o que permitiu o desenvolvimento de uma classe de comerciantes importante. Segundo Marcílio (1973), a produção agrícola da capital era limitada, reduzindo-se ao seu próprio abastecimento, o que muitas vezes exigia uma complementação obtida junto às vilas vizinhas. A pesquisadora assim resume o quadro econômico da cidade nesse período:

Uma cidade agrícola produzindo para o próprio consumo, uma cidade que tinha necessidade também dos produtos agrícolas das vilas circunvizinhas, obrigadas a organizar suas economias em função do mercado da capital; uma capital de grande comércio da Capitania, primeiramente, da Província, a seguir, mas também das capitanias vizinhas, eis enfim, em grandes linhas a estrutura econômica de São Paulo antes de tornar-se a metrópole comercial e financeira do café (MARCÍLIO, 1973: 27).

1.1.2 - Aspectos Populacionais

Nos primeiros séculos de colonização, São Paulo se manteve como um pequeno povoado, com baixo número de habitantes. Os dados que nos chegaram para conhecer melhor a sua população nos séculos XVI e XVII são esparsos e descontínuos, mas segundo consolidação realizada por Marcílio (2004), não havia nos anos 1500 mais que 150 fogos (domicílios) e sua população deve ter atingido o número de 200 habitantes no ano de 1600. Desse período, observadores como Pero Magalhães de Gândavo afirmam ser a miscigenação uma característica dessa população, o que é justificado pelo fato de que a migração atlântica foi basicamente masculina, o que resultou em mistura étnica, principalmente de brancos com indígenas (SILVA *et al.*, 2009: 72).

O primeiro aumento populacional significativo para a São Paulo Colonial se deu no século XVIII, como podemos ver na Tabela 2. Ele ocorreu em consequência do desenvolvimento econômico que descrevemos na seção anterior e foi complementado pelo fato de a cidade ter assumido importância política e administrativa, ao se tornar sede do bispado, do governo da Capitania. (MARCÍLIO, 2004: 253).

Tabela 2: População Total da cidade de São Paulo até segunda metade do século XIX⁷

Ano	População Total
1600	200
1700	700
1765	20.873
1772	21.272
1798	21.304
1803	24.311
1805	25.486
1816	25.486
1817	25.622
1822	24.311
1827	25.466
1836	21.933

Foquemos, então, na descrição do perfil da população paulistana após esse crescimento, enfatizando, em primeiro lugar, a questão étnica. A maior parcela desta população era branca, mas a "mesclagem" era uma característica relevante, conforme vemos na Tabela 3.

Tabela 3: População da cidade de São Paulo por "Cor"

Ano	Branco	Pretos	Pardos	Total
1800	52,6	20,7	26,7	100,0
1805	47,7	20,1	32,2	100,0
1816	45,6	24,4	30,0	100,0
1817	50,7	21,9	27,4	100,0
1822	49,5	20,2	30,3	100,0

Fonte: Marcílio, 2004: 260

⁷ A Tabela 2 foi constituída a partir de dados consolidados por Marcílio (2004), utilizando diversas fontes.

O peso significativo da população negra aumentava em função da intensificação do uso da mão de obra escrava africana⁸. de modo que "... em 1768, só a Freguesia da Sé contava com 3.266 escravos de origem africana" (MARCÍLIO, 2004: 254).

Um segundo ponto que devemos focar no que diz respeito ao perfil populacional de São Paulo neste período diz respeito à sua distribuição por sexo. O estudo dessa distribuição nas populações livres e escravas da cidade de São Paulo evidencia sua situação de relativa pobreza. Assim, na população escrava, havia um elevado percentual de mulheres, que apareciam em equilíbrio com a população de homens cativos. Este dado, não encontrado nas regiões escravistas mais ricas, demonstra uma opção clara pela aquisição de "peças" de mão-de-obra mais baratas. Já na população livre, na segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do século seguinte, havia uma proporção desfavorável de homens em relação ao número de mulheres, havendo piora nesta situação para os dados de 1798 e 1803⁹. Esse número é indício de que a cidade ainda não oferecia perspectivas de trabalho e de enriquecimento e expulsava a população jovem masculina e economicamente ativa para outras localidades, dentro e fora da província, que saía à procura de melhores oportunidades financeiras (MARCÍLIO, 2004: 255).

Por fim, a análise da distribuição da população rural e urbana confirma os limites do processo de urbanização da cidade até a primeira metade do século XIX. Assim, ainda em 1860, "... quase metade da população do município (46%) ainda vivia na área rural do mesmo..." (SINGER, 1977: 26). Esse peso do rural, ao menos para a elite econômica da cidade, era ainda agravado por uma residência urbana interrompida por longos períodos nas fazendas, em função dos negócios com a produção agrícola. Assim, não somente o fazendeiro, mas toda a família, os agregados e os escravos migravam da cidade para o campo, e em seguida, no sentido inverso. Dessa forma, mantinham, a rigor, residência em ambos os espaços, como fazia a família do Comendador Barros já na segunda metade do século XIX, segundo o relato de Barros (1998).

Ao final da primeira metade do século XIX, a cidade havia crescido em termos populacionais, mas não conseguiu ultrapassar a sua condição de modesto núcleo urbano, de

⁸ No século XVIII a mão-de-obra escrava indígena já havia sido substituída pela negra. A população escrava representava 28,6 % da população total da cidade em 1765, 24,4% em 1772, 26% em 1803 e 22,7% em 1822 (MARCÍLIO, 2004: 254).

⁹ Para cada 100 mulheres havia 95 homens em 1765, número este que se reduziu para 75 em 1803.

características ainda predominantemente rurais. Esse fato se refletia nos aspectos do cotidiano, da sociabilidade, da cultura e do lazer oferecidos pela cidade, como veremos no próximo item.

1.1.3 - Aspectos do Cotidiano, da Sociabilidade, da Cultura e do Lazer

No período do bandeirantismo, São Paulo era uma acanhada vila de vida social e cultural restrita. Para Fernandes (2008), a vida da vila no século XVI era um apêndice da vida do campo. Morando no campo, os paulistanos de posses se transferiam para sua residência na cidade por três motivos: 1) por questões religiosas, para participar das missas, ordenações e das procissões; 2) por motivos de natureza administrativa, com a reunião, com frequência irregular, dos "homens bons" no Conselho da Câmara; e, por fim, 3) para obter mais segurança, dada a presença de indígenas hostis aos colonos europeus.

Nos primeiros três séculos de colonização, as procissões e cortejos realizados nos dias santos eram os momentos importantes para a vida social e para o lazer dos moradores de São Paulo. "Eram celebradas e festejadas com grande solenidade as principais festas do calendário litúrgico, sobressaindo-se as devoções da Semana Santa, com procissões e as representações da paixão de Cristo" (WERNET, 2004: 200).

No século XVIII, a Câmara de São Paulo despendia parte importante de sua receita com as festas religiosas, as chamadas festas "da lei"¹⁰. Nas ruas onde a procissão passava, os moradores eram obrigados a ornar porta e janelas com colchas, havendo penalidades em multa e condenação a 30 dias de cadeia em caso de descumprimento da ordem.

As festas, não somente as de São Paulo, mas em todo o Brasil Colônia, eram marcadas pelo embricamento do sagrado e do profano. Assim, em 1797, a Câmara de S. Paulo lançou edital para comemoração do nascimento da infanta de Portugal, dando licenças às pessoas para se mascararem e realizarem festejos pelas ruas. Dentre os festejos

¹⁰ As festas da lei eram: a Visitação de Maria a Santa Isabel, a do Anjo Custódio, a do Corpo de Deus", estipuladas nas Ordenações Filipinas, e posteriormente, a de São Sebastião e a de São Paulo (SILVA, 2009: 264).

o Bispo D. Mateus mandou cantar um *Te Deum* na Sé. Em 1802, um edital da Câmara decretou comemorações para selar a paz entre Portugal e França, em festividade que, além de fogos, também previa missa e o *Te Deum Laudamus* na Sé (SILVA *et al.*, 2009: 266).

Festas particulares também ocorriam ocasionalmente em São Paulo, ao menos no nascer do século XIX, muito embora sem a suntuosidade das que ocorriam no Rio de Janeiro. Silva *et al.* (2009), a partir de relato de John Mawe, mencionam como exemplo desse tipo de festa um baile feito pelo Governador, e que teve cerca de 150 convidados, música do compositor Marcos Portugal e modinhas brasileiras, durando até de madrugada (SILVA *et al.*, 2009: 267).

A cidade contava ainda com as festas populares, conhecidas como “danças dos negros”. Após as procissões do Rosário, os negros dançavam ao som de um tipo de música denominado “tambaque”. Nessas festas, ainda havia congadas, batuques, sambas, moçambiques e os caiapós (CAMPOSb, 2004: 285).

O entrudo português era uma das festas mais antigas que a cidade cultivava até o século XIX. Esse festejo, que durava três dias, consistia em uma brincadeira de atacar as pessoas com limões e laranjas feitos com cera e água de cera. Em particular, nas camadas altas a preparação para esse festejo se iniciava até dois meses antes da quaresma, o que envolvia toda a família: os homens tinham de obter a cera e às mulheres cabiam as fabricações dos artefatos para armazenar água de cheiro. O festejo mantinha e reforçava as hierarquias sociais, sendo que os negros eram as principais vítimas das brincadeiras (CAMPOSb, 2004: 289).

Além dessas festas, outro elemento que fazia parte da vida social dos moradores de São Paulo nos séculos XVI, XVII e XVIII, era a participação nas confrarias religiosas. Nestas, mulheres e homens se reuniam visando práticas católicas (como as obras do apostolado e de piedade), a construção de igrejas e altares e a participação em procissões e funerais. Segundo Silva *et al.* (2009) as "ordens terceiras", sob a orientação de uma ordem religiosa, tinham uma organização rigorosa, cobrando de seus participantes elevadas anuidades e exigências quanto à "pureza de sangue" dos antepassados. Já as "irmandades" eram organizadas em torno de exigências comuns e reproduziam a diversidade colonial, havendo associações para brancos, para negros (a mais importante delas a Irmandade de

Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que data de 1711), para pardos e, finalmente, para índios (SILVA *et al.*, 2009: 128).

O grande momento de sociabilidade dos paulistanos livres e brancos era, até o século XIX, a missa dominical. Era a hora em que as mulheres, em traje de festas, ostentavam seus ornamentos e os homens, vestidos com ternos de domingo ou suas melhores roupas, agrupavam-se de forma que era possível reconhecer hierarquicamente a cidade, com a separação nítida entre os membros de famílias poderosos e os mais humildes (CAMPOSb, 2004: 279).

Para a população escrava que residia na cidade, a rua era o espaço por excelência para a sociabilidade. Muitos escravos exerciam pequenas atividades comerciais que geravam ou complementavam a renda de seus senhores, pequenos proprietários de escravaria. Os chafarizes, bicas e tanques da cidade eram pontos freqüentados pelos escravos, numa época em que se dependia da busca de águas nesses pontos, dada a inexistência do abastecimento direto das residências (MACHADO, 2004: 72).

A cidade, a partir do século XVIII, passou a contar também com alguma alternativa para o entretenimento cultural. Por essa época, surgiram as primeiras casas de teatro que ajudaram a quebrar a monotonia de São Paulo. A primeira "casa de ópera"¹¹ deve ter tido sua inauguração em 1763, segundo Azevedo (2004). Esta era de propriedade particular, e a data de seu fechamento não é conhecida. A segunda Casa da Ópera, datada de 1795, era propriedade do Governo da Província e só foi desativada em 1870. Já o Teatro do Palácio construído na década de 1810, também de propriedade do Governo, funcionava no Palácio dos Governadores e durou até pelo menos 1860 (AZEVEDO, 2004: 575).

O fato de haver festas e até espetáculos de teatro em São Paulo no período analisado nesta seção, ou seja, até a primeira metade do século XIX, não significa que esta oferecia a seus habitantes uma vida social agitada com intenso contato social. Na realidade, a cidade ainda não havia deixado de ser um núcleo urbano modesto predominantemente rural. "São Paulo continuava a ser um pouco de tropeiros, pesadamente marcado pela herança bandeirante, sem equiparação com as ricas cidades do litoral" (CAMPOS, 2004b: 251).

¹¹ Casa de ópera era a denominação dada aos teatros. Apesar do nome, não necessariamente serviam a espetáculos de ópera.

Isso é o que se pode comprovar nas discussões realizadas em torno do projeto de criação do curso jurídico na Assembléia Constituinte de 1823. Os deputados que se opunham à escolha de São Paulo como local para implantação da nova faculdade alegavam que a cidade era pobre, escassa de recursos e isolada dos grandes centros. E nos discursos que defendiam a capital paulista, encontramos argumentos que confirmam o seu caráter de centro urbano ainda insignificante: o fato de a cidade ser pequena demais e não ter opções para diversão era visto com bons olhos já que evitaria que os estudantes não perdessem o foco nos estudos (CAMPOSb, 2004: 252).

Mesmo com a Faculdade de Direito (a partir de 1828), este quadro não foi alterado significativamente. A vinda dos estudantes para São Paulo trouxe, é claro, como argumenta Bruno (1954), novos elementos para a vida social e cultural da cidade. Estes organizaram sociedades, criaram revistas literárias e, ainda, recuperaram a casa da ópera (na época já parcialmente abandonada) para ali realizar as apresentações do Teatro Acadêmico. Também movimentaram a cidade com os hábitos de fazer reuniões para discussão e diversão, dando a São Paulo um caráter mais urbano.

Entretanto, como aponta Campos (2004b), a mudança nos hábitos da cidade por influência dos estudantes não atingiu boa parte dos paulistanos, conservando-se o hábito da reclusão. Com o respaldo da análise dos processos criminais, a autora observa que a população que se espalhava pelos subúrbios e com atividades econômicas e sociais eram indiscutivelmente ligadas ao campo (CAMPOS, 2004b: 253). Essa preponderância do rural sobre o urbano era também denunciada pelos próprios estudantes que aqui estiveram, como Álvares de Azevedo, e que muito reclamavam do aborrecimento que sentiam na cidade pela falta de opções de lazer e cultura.

Aliás, uma das alternativas de diversão que a cidade oferecia aos seus moradores e visitantes nos anos 1800, e que foi muito bem aceita pelos estudantes de Direito, era justamente o lazer ligado ao rural: atividades de pesca e de caça nos campos e matas ainda abundantes nas vizinhanças da cidade (CAMPOS, 2004b: 274). Outros momentos de lazer ligado ao campo eram as idas às chácaras existentes, aos finais de semanas, para chupar jabuticaba no próprio pé, mediante pagamento de dez tostões (CAMPOSb, 2004: 275).

Além disso, as opções de lazer e sociabilidade eventualmente oferecidas não eram gozadas por todos os grupos sociais de São Paulo de forma idêntica. Assim, para as

mulheres o âmbito de contato social era bastante restrito, se comparado ao permitido aos homens. É o que se pode constatar a partir da análise dos processos de divórcios paulistanos oitocentistas, que evidenciam critérios bem diferentes para o que era considerado repreensível no comportamento masculino e no feminino:

“Queixas rotineiras [das mulheres] relatam que os maridos davam-se à vadiagem, cometendo contínuos adultérios, embebedando-se freqüentando más companhias, bailes e batuques, dando-se aos vícios de jogos e à libertinagem e dilapidando, como consequência os bens do casal. [...] “Os maridos mencionam mulheres que ansiavam por uma “escandalosa” liberdade, comportando-se “com imprudência” ao andar pelas casas vizinhas ou conversar a sós com homens” (CAMPOSb, 2004: 263).

Até na moradia da elite a cidade demonstrava estar ainda desconectada com os padrões ditados pelo mundo europeu. Até meados do século XIX, “... o morar era ainda bem diferente do mundo burguês europeu contemporâneo” (HOMEM, 1996: 31). A casa nobre da elite era o sobrado de dois pisos, sendo que no térreo ficava ou uma loja, ou um depósito, ou o escritório e a escravaria, residindo-se no primeiro andar. As casas populares, por sua vez eram térreas, havendo muitas vezes uma oficina ou armazém na parte frontal, reservando-se o fundo para a residência da família propriamente dita. Ambas as residências alinhavam-se à rua e eram em geral geminadas. A elite morava ainda nas chácaras existentes nos redores do centro e que “... representavam outra opção de moradia às famílias abastadas, onde se podia usufruir as vantagens da vida rural sem abdicar das prerrogativas urbanas” (PIRES, 2006: 10).

Por fim, é preciso considerar que nesse contexto predominantemente rural, a elite paulistana ainda se considerava próxima ao universo cultural “caipira”. Assim, em cartas publicadas na imprensa existente por volta de meados do século XIX, o termo “caipira” ainda aparece associado a adjetivos como “sincero” e “verdadeiro”, sendo utilizado muitas vezes para designar com certo orgulho aquele que escreveu a carta (OLIVEIRA & KEWITZ, 2009).

1.1.4 - Aspectos Educacionais

Até a segunda metade do século XVIII, o ensino na cidade de São Paulo estava principalmente relacionado aos trabalhos dos padres da Companhia de Jesus. Este ensino foi "... altamente elitista, só atendendo a uma ínfima camada de jovens brancos, proprietários, de famílias da elite colonial, além de introduzir nas primeiras letras e no catecismo elementar as crianças índias das aldeias jesuítas" (MARCÍLIO, 2005: 3).

Em São Paulo, o trabalho dos jesuítas foi marcado por uma interrupção de mais de 40 anos, desde a expulsão dos padres em 1610 - ano em que a Bula do Papa decretava libertos os indígenas do *Novo Mundo* - até 1653, quando o Senado da Câmara de São Paulo os readmitiu. Reaberto o Colégio de Piratininga, este reuniu duas classes, a de português e a de latim, e a partir daí a cidade pôde contar de forma mais regular com a presença de uma instituição de ensino. Entretanto, conforme ressalta Marcílio (2005), o objetivo principal da obra jesuítica era formar religiosos e missionários, evangelizar os "gentios" e promover a moralização dos colonos, relegando para segundo plano os objetivos educacionais.

Paralelamente a este ensino formal, coexistia o ensino pago, ministrado por leigos. Eram mestres-escolas particulares como Antônio Pereira da Costa que, mediante pagamento de meia pataca por criança, ensinava na vila, em 1682, as primeiras letras (MARCÍLIO, 2005: 16).

O ensino foi mantido pelo Governo Português nas mãos dos jesuítas até 1759, ano em que estes foram definitivamente expulsos. O ato que os expulsou, obra da reforma pombalina, também estabeleceu a reestruturação dos ensinos menores em Portugal e no Brasil, e representou a primeira tentativa da Coroa em introduzir o ensino público em seus domínios. Na prática, porém, por falta de regulamentação da diretriz pombalina, a reforma proposta só pôde ser de fato iniciada em 1772, quando Pombal finalmente regulamentou a instrução primária leiga e gratuita (MARCÍLIO, 2005: 20).

Ainda assim, como evidencia Marcílio (2005), em termos sistêmicos, a estrutura educacional de São Paulo até o final do Império, assim como todo o Brasil da época, permaneceu marcada pela penúria. O professor tinha em geral uma baixa formação técnica e ensinava em condições absolutamente precárias. Ensinava sem exemplares de textos

escritos e sem papel para escrita dos alunos¹². Sua remuneração era baixa e o seu papel social era desvalorizado. Além disso, o sistema de ensino era caracterizado pela ausência de estudos ordenados e hierarquizados, já que cada aula era uma unidade de ensino, ministrada por um único professor, de forma autônoma e isolada. Em uma mesma sala reuniam-se alunos de faixas etárias diferentes, e a alfabetização, por exemplo, poderia demorar meses ou anos. Outra questão importante era a inexistência de prédios escolares públicos, cabendo aos professores providenciar lugar para ministrar suas aulas, nos horários que lhes fosse mais adequado.

Em 1828, com a inauguração da Faculdade de Direito, a cidade ganhou importância em termos de ensino superior. Ao lado dela, criou-se ainda o Curso Preparatório, que tinha a função de preparar para a avaliação que selecionava alunos para entrada no curso Direito.

Não havia encadeamento entre as diversas etapas do ensino, de modo que para se tornar um aluno da Faculdade de Direito era necessário apenas ser aprovado na avaliação realizada, sem a necessidade de se ter cursado as Primeiras Letras ou o Secundário.

O sistema de ensino da capital ainda se ressentia da falta de escolas para formação de professores. Em 1846, foi instalada a primeira escola normal de São Paulo. No entanto, esta teve vida efêmera, durando apenas 2 anos, obtendo resultados pífios.

Portanto, durante todo esse período, São Paulo manteve um sistema educacional desagregado e insuficiente. Na avaliação de Marcílio (2005), a cidade, assim como todo o País, era constituída por uma pequena minoria, a elite letrada, circundada por uma imensa massa de analfabetos. E mesmo essa minoria não necessariamente frequentou escola em sua infância, sendo comum a aprendizagem realizada com os preceptores, em ambiente familiar. Muito comum também era o envio dos filhos para a escola pública apenas pelo tempo necessário para que os mesmos aprendessem a contar, a ler e escrever. Este aprendizado era considerado o suficiente para que mais tarde pudessem realizar suas atividades profissionais, ligadas ao comércio, à produção agrícola, ou inclusive, ir para o Curso Preparatório e seguir na Faculdade de Direito.

¹² A escrita era realizada na lousa ou em ardósia.

1.2 - São Paulo de 1850 até as primeiras décadas do século XX

1.2.1 - Aspectos Econômicos

Como vimos na seção anterior, ao final da primeira metade do século XIX, a cidade de São Paulo havia encontrado um relativo desenvolvimento econômico e urbano, mas manteve-se como núcleo predominantemente marcado pelo rural. A partir daí, a cidade iniciou um processo de crescimento econômico que a prepararia para assumir, no século XX, papel central na economia brasileira. Este processo teve sua origem na dinâmica da economia cafeeira que se expandiu rumo ao oeste da Província (depois Estado) de São Paulo e, com a construção das ferrovias, permitiu que São Paulo se vertesse em "Capital do Capital Cafeeiro", denominação sugerida por Saes (2004). Vejamos como isso ocorreu e os impactos deste processo sobre a economia paulistana.

A partir de 1830, o café passou a ser principal produto brasileiro de exportação, sendo responsável por mais de 40% desta, crescendo sua importância a partir de então. Nesse período, a produção foi migrando geograficamente: a partir do Rio de Janeiro, atingiu o litoral norte paulista, e em seguida, o Vale do Paraíba. O Vale se manteve como o grande núcleo produtor de café até pelo menos 1865, período em que a cidade de São Paulo não se beneficiou plenamente dos efeitos dos negócios gerados em torno da economia cafeeira. É que a região produtora se manteve tributária da capital do Império, responsável pelo escoamento da sua produção (SINGER, 1977: 28).

Na realidade, mesmo quando o café migrou para a região mais ao centro da Província de São Paulo (região de cidades como Bragança, Campinas, Jundiaí, Itu, etc.) uma boa parte da produção continuou a ser escoada pelo porto do Rio de Janeiro. De modo que em 1857, 54% da produção paulista de café era direcionada para este porto (SINGER, 1977: 29).

Este quadro foi alterado a partir da construção da ferrovia que ligou São Paulo a Santos, em 1868. Assim, em 1867/68, exportou-se através do porto de Santos mais de 1,8 milhões de arrobas de café paulista, volume este superior aos 1,1 milhões direcionados aos portos fluminenses (SINGER, 1977: 29). Esse processo foi intensificado nas décadas de 1880, com o aumento da malha férrea em direção à zona produtora de café, de modo que ao início da última década do século XIX, Santos passou a ser responsável pelo escoamento de quase 100% da produção cafeeira paulista (NOZOE, 2004: 114).

Com as ferrovias, uma grande leva de trabalhadores foi contratada para trabalhar nas oficinas de montagem e conserto de locomotivas e carros, juntando-se aos que estavam envolvidos na operação do serviço de tráfego (NOZOE, 2004: 117). O resultado foi o aumento da massa assalariada na capital, que seria engrossada pelo desenvolvimento de outros setores econômicos, como veremos adiante.

A ampliação do papel de entreposto comercial permitiu que a capital pudesse se desenvolver no comércio atacadista. Assim, se em 1857 havia apenas uma empresa atuando na capital, em 1873 operavam na cidade 5 estabelecimentos atacadistas, um deles especializado no comércio de ferragens. (NOZOE, 2004: 117).

Mas o impacto do café sobre a economia paulistana não se deu somente por motivos diretamente relacionados à intermediação comercial deste produto agrícola. A economia cafeeira também viabilizou a chegada de imigrantes, muitos dos quais vieram a residir na capital da Província. Estes imigrantes foram amplamente utilizados pelas empresas nascentes da cidade e colaboraram para a ampliação de um mercado consumidor, ainda que, sua maioria tivesse poder aquisitivo limitado.

Outro fator que contribuiu para o crescimento da cidade foi a transferência de vários fazendeiros para a capital. Para Singer (1977), esta fixação se deu em função da necessidade destes estarem envolvidos com a comercialização de sua produção agrícola. Na argumentação do economista "...para o fazendeiro de café, a comercialização do seu produto é pelo menos tão importante quanto a sua produção, se não o é mais. É por isso que ele não pode se fechar na fazenda, mas precisa estar junto às fases decisivas de comercialização, isto é, na cidade" (SINGER, 1977: 36). Como o centro comercial da economia cafeeira passava por São Paulo, muitos destes optaram por manter residência na capital, onde além do mais estava o centro político da Província/Estado. Assim, o café também permitiu o fortalecimento da pequena massa de consumidores com elevado poder aquisitivo.

Um último fator explicativo do crescimento econômico da cidade relacionado ao café pode ajudar a entender o crescimento da economia da cidade nas últimas décadas do século XIX. O aumento da receita provincial, gerado pelo desenvolvimento da economia cafeeira, permitiu que a capital pudesse desenvolver seus serviços públicos: iluminação a

gás (1872), o serviço de bondes (1872), as melhorias no serviço de águas e esgoto, calçamentos de ruas e, finalmente, o serviço telefônico (1884) (SINGER, 1977: 39).

Para termos uma idéia do grau de diversificação que a estrutura produtiva paulistana atingiu ao final do Império, podemos recorrer a Saes (2004), que trabalhou com o relatório apresentado em 1888 pela Comissão Central de Estatística, e que resumimos abaixo:

1. No comércio, constata-se a existência de 593 armazéns de secos e molhados; de 51 armazéns de fazendas, de 102 açougues, 41 padarias; 66 restaurantes e botequins; 17 hotéis; 46 escritórios e agências de comissões, além de empresas atacadistas.
2. Na área industrial, a cidade abrigava duas fábricas de tecido de algodão, uma de fósforos, duas de chapéus, quatro serrarias, duas manufaturas de ferro, dezenas de olarias; uma empresa de material de construção de grande porte e a Companhia Antártica Paulista, registrada no ramo de banha e suínos. A estas, adicionava-se ainda inúmeras oficinas artesanais.
3. Os profissionais liberais eram 58 advogados, 40 médicos, 8 engenheiros, 10 dentistas e 14 redatores de jornais.
4. O setor bancário nascente era ainda menor que o do Rio de Janeiro, mas já mostrava alguma relevância: havia 8 bancos com sede ou agências na cidade de São Paulo, com atuação bastante diversificada. Destes, dois eram de origem inglesa: o London & Brazilian Bank e o English Bank do Rio de Janeiro.

Na década seguinte, a última do século XIX, São Paulo manteve o desenvolvimento econômico, a despeito de eventos negativos gerados pela crise financeira dos primeiros anos da República, pela crise do café a partir de 1896 e pela crise cambial do fim do século, o que é atestado pelos seguintes dados: a) das 162 empresas de fato abertas na euforia da política expansionista do Encilhamento¹³, cerca de 100 sobreviveram; b) apesar da falência dos bancos menores, o mercado financeiro paulista dava sinais de consolidação com a sobrevivência dos grandes bancos que formavam um núcleo sólido; c) o crescimento na área industrial também foi relevante no período, de forma que em 1901 contabilizava-se 165 fábricas no Estado de São Paulo; e d) o comércio havia se consolidado de forma

¹³ O Encilhamento foi a política expansionista de crédito implementada pelo governo republicano que autorizou os bancos privados a emitirem papel para financiar projetos empresariais. A política gerou muita especulação financeira, sendo que muitos recursos foram concedidos em projetos que nunca saíram do papel.

estratificada, com o enorme volume de lojas voltadas para o consumo da população de baixa renda e as luxuosas lojas do centro da cidade, principalmente do chamado Triângulo¹⁴ (SAES, 2004: 221).

É importante perceber que, neste período, importantes fazendeiros de café eram também donos de empreendimentos industriais e bancários. Exemplo desse tipo de empreendedor que investia de forma não especializada foi Antonio da Silva Prado, que, além de proprietário de fazendas de café e presidente da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, cuja implantação foi levada a cabo pela elite cafeeira, fundou em sociedade com Elias Pacheco Chaves a Vidraria Santa Marina (1892). Atuou também no nascente setor financeiro paulistano, tendo sido proprietário do Banco do Comércio e da Indústria do Estado de São Paulo.

Nas décadas iniciais do século XX, ocorreu a modernização da estrutura produtiva da cidade de São Paulo, com a incorporação de técnicas da 2ª Revolução Industrial e o abandono de formas arcaicas como o transporte a burro, a iluminação a gás, o trabalho manual (SAES, 2004: 226). Surgiram as primeiras plantas produtivas com a utilização de energia elétrica, cuja implantação na cidade se fez relacionada à atuação da The São Paulo Light and Power Company Limited. O setor industrial passou por um processo de concentração, com a criação de estabelecimentos de grande porte, que empregavam muitos funcionários, dentre os quais podemos citar a Companhia Nacional de Tecidos e Juta, com 1500 funcionários; a F. Matarazzo & Cia - Fábrica Mariângela, com 450 empregados¹⁵; a Clark Ltda, com 300 funcionários; a Regoli e Crespi, com 610. O "Triângulo" (XV de Novembro, Direita e São Bento) concentrava lojas de comércio de luxo, como a Casa Clark, a Ao Preço Fixo, a Casa Fretin, a Ao Mundo Elegante, a Mappin & Webb e sua concorrente, a Casa Alemã. O setor bancário também se diversificou, de modo que ao lado de bancos nacionais surgiram novos bancos estrangeiros, dentre eles Banca Francese e Italiana per l'America del Sud e o London & River Plate Bank. Além disso, o mercado

¹⁴ O Triângulo era formado pelas ruas do centro que concentravam o comércio de luxo: a XV de Novembro, a Rua Direita e a São Bento.

¹⁵ Algumas das maiores fábricas da capital no início do século XX eram do ramo têxtil. O desenvolvimento deste setor se vinculou a um outro cultivo agrícola, que se expandiu no interior, no século XIX, partindo de Sorocaba e atravessando as áreas do Planalto Paulistas onde não havia terra-roxa, em direção a Botucatu e São Manuel – viabilizado pela ferrovia. (E. F. Sorocabana). Com isso, em 1875 havia apenas uma fábrica de produtos têxteis na capital; em 1925 esse número subiu para 25, chegando a 58 em 1930 (CARONE, 2001: 96).

imobiliário expandiu-se largamente, movimentando a construção civil, com destaque para a Companhia City que passou a atuar na venda de terrenos na Vila América, Butantã, Lapa, Pacaembu, Alto de Pinheiros, e Jardim América, além de explorar a própria Avenida Paulista, aberta nos anos 1890 (SAES, 2004: 231).

Uma das grandes polêmicas acerca dos primórdios da industrialização brasileira diz respeito aos impactos da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918) sobre o desenvolvimento econômico da cidade. Duas correntes interpretativas nesta questão se opõem: a que defende que a guerra foi benéfica por ter gerado um processo de substituição de importações por produção nacional e a que entende que a limitação às importações, em cenário em que as grandes nações se voltavam para o conflito, barrou o crescimento industrial. A análise acurada desse período mostra que ambas as interpretações têm as suas razões já que

"... algum momento da produção deve ter ocorrido nos ramos em que não havia necessidade de insumos importados, aumento esse devido em parte ao grande número de pequenas fábricas estabelecidas durante a guerra. Mas é certo também que não deve ter ocorrido grande investimento na indústria, dada as restrições à importação de máquinas e equipamentos" (SAES, 2004: 235).

O certo é que em função da Guerra Mundial - ou limitado por ela, cerca de 45 % dos estabelecimentos industriais existentes em 1920 no Estado de São Paulo foram fundados entre 1915 e 1919. A maior parte, é verdade, de pequeno porte.

Na década de 1920, os investimentos passaram a se dar não mais na fabricação de insumos industriais, mas nas de bens mais duráveis. Assim, surgiram a Companhia Brasileira de Cimento Portland em Perus, a Fábrica de Aço Paulista na Mooca, e a Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia, esta última de Alexandre Siciliano. Também data da década de 1920 a chegada das grandes empresas automobilísticas na cidade de São Paulo, como a Ford (1919) e a GM (1924)¹⁶, em unidades que operavam para a montagem de veículos. Na área comercial, houve um aumento expressivo de empresas atuantes: de 4.905 empresas existentes em 1914, atingiu-se 11.682 em 1929. Já o sistema bancário agregou novas instituições como o Banespa (resultado da encampação pelo

¹⁶ A GM em 1926 se transferiu para São Caetano.

Governo do Estado do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola), o Banco Noroeste do Estado de São Paulo, o Banco Português do Brasil, entre outros.

Uma mudança importante iniciada nesta década, ou seja, nos anos 1920, diz respeito ao comportamento do empresário. Suas ações passaram a buscar a especialização do capital: "Embora o industrial possa ter uma fazenda ou um banco, sua atividade estará centrada na empresa industrial. Do mesmo modo, o banqueiro pode ser acionista de uma indústria ou de uma empresa comercial ou ferroviária, porém o foco de sua atenção é a atividade bancária" (SAES, 2004: 240). Com isso, o modelo de empresário da virada do século XIX para o XX, descrito por Dean (1971), e que atuava em diversos setores, acumulando as atividades de fazendeiro, de industrial, de comerciante e de banqueiro (ou capitalista) deixava, pouco a pouco, de existir, dando lugar ao investidor que concentrava recursos em um setor específico da economia.

Todas essas mudanças apontam para um processo de modernização da economia paulistana. Entretanto, embora esse desenvolvimento seja inegável, o quadro econômico completo da cidade não era constituído apenas desses aspectos modernizantes. Assim, esse movimento de "evolução" não atingiu todas as áreas da cidade, nem chegou a todas as camadas da população de forma igualitária. Ao contrário, a distribuição de renda da cidade seguiu marcada pela desigualdade. Além dos imigrantes que residiam nos bairros operários da cidade, muitas vezes em condições de miséria, a cidade ainda abrigava uma parcela menor, mas não inexpressiva, de população de origem nacional, "não branca", que habitava regiões como a Várzea do Carmo, mas que também freqüentava as regiões mais centrais. Como mostra a análise feita por Santos (2008), estes eram os chamados "os pretos, os pardos, os caboclos e os caipiras". E vinculada a esta população, a economia da cidade mostrava seu aspecto arcaico, com atividade que se desenvolviam à margem da economia "formal":

São carroceiros (essenciais para o transporte de algumas cargas na cidade), os carregadores, os ambulantes, os coletores de lixo, as lavadeiras, os trabalhos domésticos. Ou seja, são trabalhadores manuais sem qualquer qualificação e que sobrevivem nas franjas da economia urbano-industrial em expansão (SAES, 2004: 234).

Representantes desse comércio informal atuavam no chamado "Mercado Caipira" ou "Mercado dos Caipiras", em frente ao Mercado Municipal. Nesta área, os caboclos ou caipiras, assim chamados por habitarem as áreas mais distantes da cidade, ou ainda, por possuírem origem indígena ou características físicas e comportamentais ligadas à população pobre nacional, comercializavam seus produtos agrícolas, medicinais e artesanais (SANTOS, 2008: 101).

Por fim, é preciso lembrar que esse processo de modernização da economia, em grande medida, foi tributário de um negócio que não deixava que a cidade rompesse com o seu passado rural, embora também a sintonizasse com os mercados mundiais: a "economia cafeeira". Como dissemos, o café forneceu muito do capital e dos empreendedores imprescindíveis para o desenvolvimento das áreas industrial, comercial e bancária da cidade. A cidade se manteve sintonizada a um só tempo com a produção no campo e com as atividades econômicas tipicamente urbanas, relacionadas ou não à exportação de café. Apenas posteriormente, é que o café cederia seu lugar à indústria, com a intensificação do processo de industrialização.

Essa convivência do “moderno” e do “arcaico”, do rural e do urbano, marcava não somente a economia da cidade, mas também se fez evidente nas questões demográficas, de sociabilidade e nas questões da educação paulistana, como veremos nas próximas seções.

1.2.2 - Aspectos Populacionais

Dados de Marcílio (2004), que apresentamos abaixo na Tabela 4, mostram que a população de São Paulo não sofreu modificações significativas nas três primeiras décadas do século XIX. A partir daí a situação começa a se alterar, de forma que, a partir da década de 1870, a cidade passa a crescer a um ritmo acelerado. É o que se pode ver nos saltos dos números de 1872 para 1890, com incremento populacional da ordem de 106%, em 18 anos. Os números da tabela abaixo ainda são mais expressivos se considerarmos que no período houve desmembramentos territoriais: Cotia em (1856), Itapequerica (1870), Guarulhos (1880) e Juqueri (1889).

Tabela 4: População da cidade de São Paulo de 1836 a 1940

Ano	População da cidade de São Paulo
1836	21.933
1854	31.569
1872	31.385
1874	40.614
1890	64.934
1900	239.820
1920	579.033
1940	1.326.261

O incremento populacional da capital da província a partir de 1870 foi fruto do quadro favorável ao desenvolvimento econômico da cidade, em função do café e dos negócios que flutuavam em torno da economia cafeeira (ou paralelamente a ela), conforme vimos na seção anterior.

Esse quadro favorável nas questões econômicas permitiu, já na década de 1870, que a população paulistana jovem (e livre) pudesse se fixar na cidade, não sendo mais necessário a busca de melhores ocupações em outras localidades, como faziam até a primeira metade do século XIX. Prova disso é que a população passou a ter uma proporção mais equilibrada de gêneros, inclusive, com leve favorecimento da parcela masculina: “Se, em 1836 para cada cem mulheres havia, entre o segmento livre, 96 homens, em 1874 esse número subiu para 106 para cem mulheres” (MARCÍLIO, 2004: 264).

O elemento fundamental para esta explosão no volume populacional foi a chegada dos estrangeiros, atraídos para o trabalho nas lavouras de café, e que acabaram em grande medida fixando-se nas áreas urbanas. Assim, a imigração, a partir principalmente da década de 1880, começou a pesar sobre o tamanho e o perfil da população de São Paulo. De 1880 a 1889, cerca de 137,3 mil italianos, 18,4 mil portugueses, 4,8 mil espanhóis e mais 6 mil outros estrangeiros chegaram à Província de São Paulo, de acordo com dados da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (FREITAS, 2006: 41). De modo que em 1893 cerca de 54,6% da população paulistana era estrangeira (HALL, 2004: 121). Considerando os números para o Estado de São Paulo, houve a entrada de 367,8 mil estrangeiros na primeira década do século XX; 446,5 imigrantes nos anos 1910; 488 mil na década subsequente (a maioria, mais de 100 mil, de origem portuguesa) e, por fim, quase 200 mil estrangeiros de 1930 a 1940 (FREITAS, 2006: 41). Em 1934, quando os imigrantes não eram mais

predominantes na população total, 67% dos paulistanos eram estrangeiros ou filhos de estrangeiros (HALL, 2004: 121).

Outro grupo populacional que se transferiu para a cidade ainda no final do século XIX eram as famílias de fazendeiros. Ainda que em número reduzido, o poder econômico-político dessas famílias era incontestável na época.

Nos primeiros tempos, eles adquiriram vastas terras onde instalavam suas residências, com sua escravaria e empregados domésticos em chácaras "urbanas". Surgiram, então, as chácaras nos arredores do núcleo urbano dos fazendeiros mais ricos. Vieram depois as chácaras mais distantes, nos arredores da cidade, na região do espigão da Paulista, no Pacaembu, Bela Vista, Consolação, Mooca, Vila Buarque, etc. (MARCÍLIO, 2004: 265).

A partir da última década do século XIX, a chamada "transição demográfica" também favoreceria o crescimento da população. A cidade iniciava um processo de redução das taxas de mortalidade, em função da importação de técnicas de saúde, com as práticas de vacinação, uso de antibióticos, e com o controle para a redução das doenças infecto-contagiosas e parasitárias. Com isso, as taxas de mortalidade caíram de forma sustentada, favorecendo um intenso crescimento vegetativo (MARCÍLIO, 2004: 266).

Assim, estimulada pelo desenvolvimento econômico e reforçada pela chegada desses fluxos populacionais, em 1890, São Paulo já tem uma população superior a 60 mil habitantes, como vimos na Tabela 4. Dez anos depois o incremento populacional foi de 269%, atingindo um total de quase 240 mil habitantes. Mais 20 anos, e em 1920, a população estava 140% maior que a de 1900, atingindo mais de 570 mil habitantes. O crescimento populacional na década de 1930 manteve-se também acelerado de forma que ao seu final a capital do então Estado de São Paulo era superior a 1 milhão de habitantes.

Se este processo de crescimento populacional colaborava para que a cidade deixasse sua condição de pequeno núcleo urbano marcado pelo rural, a observação mais acurada do perfil das massas populacionais que migraram para a São Paulo no período nos leva a relativizar a sua força "modernizadora" imediata, que funcionou, mas não de forma tão abrupta. Assim, a análise do perfil dos principais grupos de imigrantes que chegaram ao porto de Santos de 1908 a 1936, mostra que grande parte dos imigrantes tinha origem

ligada ao campo. É o que mostra a tabela abaixo constituída a partir dos dados de Klein (1989), cuja fonte original é a Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio, Directoria de Terras, Colonização e Imigração de São Paulo. Como podemos ver, em todos os grupos de imigrantes, a parcela dos que tinham por ocupação as atividades agrícolas era pelo menos 50% do total. O percentual de analfabetismo também era elevado, principalmente dentre os portugueses (52%) e espanhóis (65%).

Tabela 5: Percentual de Agricultores e de Analfabetos dentre os Principais Grupos dos Imigrantes chegados ao Porto de Santos: 1908 - 1936

(KLEIN, 1989: 22)

Se juntarmos isso ao fato de que a elite paulistana era basicamente constituída de famílias oriundas do interior, chegamos à conclusão de que os dois principais grupos populacionais que se transferiram para a cidade de São Paulo, na segunda metade do século XIX até 1930, tinham raízes no campo: parcela significativa dos imigrantes e os membros da elite cafeeira. Estes últimos, é bem verdade, estavam não somente conectados à fazenda, mas também aos grandes centros urbanos e aos mercados internacionais, em função de seus

	POPULAÇÃO TOTAL	% DE AGRICULTORES	% DE ANALFABETOS
ITALIANOS	202.749	50	32
PORTUGUESES	275.257	48	52
ESPAÑHÓIS	209.282	79	65
JAPONESES	176.775	99	10

negócios e de suas viagens.

A face arcaica da população da cidade era mantida ainda pela população nacional, não européia, que ainda, mesmo minoritária, subsistia. Neste grupo, estavam os indivíduos negros e seus descendentes e a população denominada na época como cabocla ou caipira, como já mencionamos na seção dedicada aos aspectos econômicos. Dada a ausência de dados sobre a dimensão de tal grupo social, Santos (2008) realiza a investigação de diversas fotografias da cidade, nas quais invariavelmente em segundo plano, esses elementos apareciam.

Concluindo, de 1850 a 1870 a cidade passou por um crescimento intenso do ponto de vista populacional. A pequena cidade transformou-se em centro urbano importante com

mais de 500 mil habitantes. Esse intenso crescimento é fruto de um processo de urbanização e de modernização que transformava profundamente a urbe. No entanto, o rompimento com o passado rural não se deu de forma abrupta nem homogênea no interior dessa população. Parcelas significativas de indivíduos tinham origem ou vínculo com o campo. O urbano estava contaminado com o rural, ou pelo menos, coexistia com o seu oposto.

1.2.3 - Aspectos do Cotidiano, da Sociabilidade, da Cultura e do Lazer

Como vimos nas análises que fizemos anteriormente, a partir da segunda metade do século XIX, a cidade de São Paulo passa a viver um período de desenvolvimento econômico e demográfico. Mas as mudanças materiais resultantes desse crescimento ainda não haviam alterado a face predominantemente rural da cidade, mesmo para as suas famílias mais abastadas da capital paulista:

"A civilidade acompanhava mais lentamente as transformações materiais da cidade. As famílias abastadas viviam confinadas em chácaras ou sobrados, relegando as ruas da cidade ao domínio dos escravos que brigavam nos chafarizes, quitandeiras loquazes, tropeiros, tipos populares de bêbados e débeis mentais, e à noitinha, mundanas" (CAMPOS, 2004a: 18).

Com o crescimento da cidade a partir de 1870 o quadro começou a se alterar. Na região central, lugar de concentração das casas comerciais e bancárias nascentes, a elite paulista passou a encontrar novos espaços de sociabilidade. Cafés como O Ponto e o Castelões se transformaram em ponto de encontro que durava até as 22 horas, quando os clientes se dispersavam em busca de suas residências (CAMPOS, 2004a: 35).

Por essa época, a elite residia nas chácaras que se situavam em torno do centro e nos sobrados que descrevemos anteriormente. Mas novos tipos de residências surgiram como moradias das famílias abastadas, mais afinadas com os padrões burgueses da Europa. Primeiro surgiram os chalés, construídos sem o contato com as paredes exteriores de vizinhos (HOMEM, 1996: 89). Ainda na década de 1870, apareceriam os primeiros palacetes, que passariam a ser a residência por excelência dos barões do café e dos

primeiros grandes industriais paulistanos. Eram sobrados imensos construídos em alvenaria e recuados do alinhamento, com jardins fronteiros¹⁷.

As primeiras décadas do século XX intensificaram o processo de aumento dos espaços de sociabilidade e de lazer e a busca por parte da elite por hábitos de vida considerados mais urbanos, segundo os critérios europeus. "A vida social fechada nas fazendas e restrita às missas era substituída pela busca cada vez mais constante das ruas e praças, dos passeios e encontros na esfera pública, da vida em sociedade que se constituía referenciada pelos padrões do mundo dito civilizado" (RAGO, 2004: 392).

Guiados pelas memórias de Americano (2004) no livro que se propõe a reconstruir a São Paulo de 1895 a 1915, identificamos novas alternativas de lazer e sociabilidade, ao menos para os membros da elite paulistana. Assim, sabemos que, no Jardim do Palácio e no Jardim da Luz, a Banda da Força Pública que, por volta de 1900, havia “sido melhorada recentemente” realizava apresentações semanais, executando Wagner, Mascagni, Verdi, Bizet e Carlos Gomes. Em meio a programa tão “civilizado”, uma informação evidencia que a “modernização” não veio para todos: “Os vadios eram escorraçados e ficavam do lado de fora das grades” (AMERICANO, 2004: 191). No Jardim da Luz, a apresentação era assistida pelos “abastados” sentados ao bar que funcionava perto do coreto, onde consumiam “gasosas”, chope, sorvetes e “sandwiches”.

Outras opções de passeio para os paulistanos eram: o Parque Antártica, instalado pela Companhia Antártica; o Parque da Cantareira e o Jardim da Aclimação. Esses lugares eram freqüentados não somente pela elite, mas também pelas famílias mais modestas que faziam ali seus piqueniques.

Mas na visão de Americano (2004) a monotonia da cidade ainda era uma das características da cidade: “Era sério o problema de passar o domingo, num tempo em que quase não havia jogo em família ou entre amigos. Visitavam-se os parentes. Mas as crianças se aborreciam, ou faziam peraltices que aborreciam os parentes” (AMERICANO, 2004: 188)

As casas de teatro também se multiplicaram, havendo na virada do século o Apolo, o Santana, o Politeama, o Moulin Rouge (mais tarde, Teatro Avenida) e o Teatro São José

¹⁷ O primeiro de que se tem notícia é o do Barão de Piracicaba II, construído em 1877. “Possuía 68 cômodos, 94 portas e 86 janelas” (HOMEM, 1996: 93).

(construído, entre 1910 e 1915), e finalmente, o Teatro Municipal (1911). Também surgiram, nesse período, as primeiras casas de cinema de São Paulo.

O consumo ganhou *status* de fonte importante de lazer. As mulheres das classes mais abastadas da cidade passaram a fazer compras nas lojas de luxo, como as que haviam se estabelecido na rua Direita e na XV de Novembro, e a freqüentar pequenas confeitarias (RAGO 2004: 393). Com isso, elas que até então viviam reclusas no ambiente privado começaram a conquistar novos espaços de sociabilidade. Americano (2004) menciona o hábito feminino de visitar as vitrines da Livraria Garraux, sob o olhar masculino.

Mas sobre as mulheres da elite ainda recaíam rígidos códigos de controle social, que estabeleciam limites ou iam contra esse processo de mudança dos hábitos. Assim, segundo o memorialista, ainda em 1908 não podiam ir à rua sem estar acompanhadas, ainda assim evitando as ruas de concentração masculina, onde ouviriam “graçolas”:

“Moça jamais poderia sair de casa sozinha, para o centro da cidade. Tinha que ir acompanhada pela mãe, ou por irmão ou irmã, mesmo pequenos ou por um sobrinho. Também a mãe não podia sair de casa sozinha. Tinha que ir acompanhada de um filho ou neto” (AMERICANO, 2004: 76).

À medida que avançamos em direção aos anos 1930 essa maior liberdade espacial das mulheres da elite vai se solidificando e se expandindo, como registra Americano (1962), que se detém sobre o período de 1915 a 1935: "Por outro lado, a liberdade maior que se deu às moças fez com que elas se reunissem à tarde em grupos para passear nas calçadas, de braços dados. A esses grupos aderiram rapazes, modificando por inteiro o tipo anterior do namoro de rua, à distância" (AMERICANO, 1962: 99).

O avanço feminino sobre a rua ainda foi completado pelas mulheres de classe mais baixa que passaram a trabalhar nas indústrias paulistanas, principalmente as do setor têxtil, como operárias (RAGO, 2004, 393). Essa emancipação no trabalho, no entanto, fazia-se por motivos bastante conservadores: a mulher era considerada mão-de-obra de baixa qualificação e, por isso, a melhor opção de custo para as fábricas paulistanas.

Com a crescente urbanização, o caipira foi deixando de ser visto de forma unânime pela elite como o símbolo da paulistanidade. Nas cartas publicadas nos jornais da época, surgem vozes que associam a ele traços que remetem ao "arcaico", "à ignorância" e ao "atraso" (OLIVEIRA & KEWITZ, 2009). Evidentemente que esta mudança de postura em

relação ao caipira não se deu de forma abrupta, mas quanto mais nos aproximamos da década de 1930, mais disseminada estará a sua desvalorização.

A modernidade da cidade trouxe novos espaços de sociabilização para as famílias da elite paulistana, que extrapolavam o ambiente familiar, mas ainda assim mantinham o seu isolamento, evitando o contato com outros grupos sociais. Assim, estas buscavam a recreação em ambientes privados como os recém-criados clubes, como o Paulistano e o Harmonia. Esse mesmo lazer privado, partilhado entre “iguais” por riqueza e tradição, era gozado por parte dessa elite nos salões, “... um dos espaços onde se desenvolveram novas experiências de sociabilidade e, ao mesmo tempo de subjetivação estetizante [...] restritos aos setores mais inquietos da elite paulistana”(RAGO, 2004: 405). Dentre eles, os salões mais famosos estavam o de Dona Veridiana Prado, o de Olívia Guedes Penteado, a casa de Paulo Prado e o salão de Tarsila do Amaral, além da Villa Kyrial, de propriedade do Freitas Vale. Esses espaços atendiam a um duplo objetivo: o de fazer com que a elite nacional pudesse se sentir e viver como se fosse européia e, ao mesmo tempo, mantinha-a longe dos outros grupos sociais da cidade: “Encastelados em seus palacetes, os ‘paulistas de (quase) quatrocentos anos’ protegiam-se da leva de imigrantes, cultivando hábitos rebuscados e dando-se lazeres da arte e da conversação” (CAMPOSb, 2004: 305).

Nesta mesma direção caminhou a renovação do velho carnaval paulistano, substituído por novas formas. O entrudo português passou a ser, então, considerado um “jogo bárbaro” e pernicioso para a saúde, sendo substituído pelos bailes nos novos clubes criados, inspirados nos carnavais venezianos. Esse processo se iniciou por volta de 1855, quando ocorreu o Grande Baile Mascarado, realizado no Hotel Universo. Essa mudança era comemorada como uma conquista dos paulistas que buscavam alcançar a civilização. Optavam mais uma vez por uma festividade privada, que protegia a elite do contato social com as outras classes da cidade. O carnaval da elite, até meados da década de 1910, realizava-se também no chamado “corso”, no qual famílias abastadas desfilavam em seus carros enfeitados pelas ruas do centro e, posteriormente, pela Avenida Paulista. Ainda que esse carnaval fosse “de rua”, o automóvel garantia que os membros das famílias tradicionais paulistanas a possibilidade de se afastar ao menor perigo de contato com outros carnavalescos da cidade, como narra Americano (2004):

O curso seguia devagar pelo centro da rua, os automóveis cheios de famílias. Os rapazes nas calçadas acompanhavam a pé os carros, esguichando lança-perfumes nas moças. Quando os carros aumentavam a velocidade, eles seguiam pelas calçadas e esguichavam lança perfumes nas moças nas portas das casas. (AMERICANO, 2004: 229)

Os imigrantes, por sua vez, principalmente italianos e espanhóis, realizavam também o seu carnaval de rua. E a população negra, muito reprimida pela polícia, buscava nas ruas do município de Bom Jesus de Pirapora, espaços mais livres para o seu carnaval. Esta população cultivava ainda as rodas de sambas realizadas nas casas de sambistas ou ainda nos terreiros dos cortiços, muitas vezes transformados em espaço para o culto da religiosidade de origem africana. Desses grupos surgiram os primeiros blocos e cordões, como o do Grupo Carnavalesco da Barra Funda, em 1914, que mais tarde seria transformado em Camisa Verde e Branco (RAGO, 2004: 411).

Para os homens, os filhos da elite, os estudantes, os jornalistas, os intelectuais e políticos e velhos “coronéis” da cidade, havia ainda a possibilidade de diversão na boemia. Buscando os lares na “geografia do prazer”, estes marcavam presença nos bares, restaurantes, café-concertos e cabarets da cidade, como o Moulin-Rouge. Dentre os bares, o mais conhecido era o Bar Municipal, freqüentado tanto por mulheres e homens da elite, após as apresentações no Teatro.

O esporte passou a ser visto como a "libertação do corpo" e recomendado principalmente aos homens. Passam a ser amplamente incentivados, inclusive como alternativa aos prazeres da boemia (RAGO, 2004: 400). A natação, o remo, o ciclismo, as corridas de cavalo e o futebol são alguns dos esportes que ganharam adeptos pela cidade nas primeiras décadas do século XX.

As comunidades de imigrantes, por sua vez, encontravam nas associações e entidades de sua “colônia” espaço para os contatos sociais. Estas tinham como finalidade o apoio mútuo, a beneficência, dando assistência aos seus membros mais pobres. Tinham ainda o objetivo de promover a manutenção dos hábitos e tradições da pátria-mãe, bem como a promoção de atividades artísticas, culturais, políticas e de lazer.

Com todas essas opções de lazer e socialização, o que dizer sobre o papel das festas religiosas, antes o grande momento para a socialização e o lazer do paulistano, como vimos

na seção anterior? Americano (2004) nos dá pistas sobre estas festas no período de 1895 a 1915: as procissões, como as da semana santa, ainda eram relevantes; também se comemoravam as festas juninas (de Santo Antônio, São Pedro e São João) e festas como o círio de devoção de Nossa Senhora do Pocinho. Na festa do divino, os caipiras corriam as casas da capital levando pombos que simbolizavam o espírito santo, e recolhendo com isso doações. No entanto, em Americano (1962), descobrimos que a festa de São Pedro no período posterior a 1915, havia ficado circunscrita às chácaras, até por pressão da Polícia que tentava reduzir os incêndios por balões. Não há menções a outras festas religiosas no mesmo período, o que nos leva a acreditar que, para os membros das famílias mais ricas da cidade, como a do autor, as festas religiosas deixam de ter a relevância que tinham até o século XIX.

Mas para outros segmentos da população paulistana, o catolicismo manteve a sua importância enquanto mecanismo de sociabilidade. Assim, para os imigrantes italianos, as festas das santas Aquilopita e Casaluce eram cultivadas pela comunidade constituindo-se em momentos importantes para a preservação da identidade da pátria deixada, como atesta Bernardo (1998), a partir dos depoimentos que recolheu de idosas oriundas de famílias de italianos. Essas festas ainda eram frequentadas também pelas famílias negras, vistas como elementos estranhos pelos estrangeiros, sob olhar discriminatório (BERNADO, 1998: 85).

Na realidade, a despeito de toda discriminação, os negros participavam não só das festas, mas dos cultos católicos (BERNARDO, 1998: 68). Muito importante para a comunidade negra era a Igreja de Nossa Senhora dos Homens Pretos, e a que a sucedeu no Largo do Paissandu após a desapropriação levada a cabo pela prefeitura nas reformas urbanas da cidade. Além do aspecto religioso, tais igrejas eram locais privilegiados para os contatos sociais entre seus membros (BERNARDO, 1998: 70).

A comunidade negra cultivava ainda a religiosidade afro-brasileira, nos terreiros de macumba, nos lugares menos populosos da cidade como a Casa Verde e a Freguesia do Ó. Tais cultos eram discriminados pelos membros da elite, pelos imigrantes e seus descendentes, e tratados como casos de polícia, como mostra a crônica de Americano (1962):

Reuniram-se na macumba, para fazer sair o demônio do corpo da moça. Dançaram, cantaram, a moça ficou em transe e o 'pai de santo' pisou-lhe o corpo,

para expulsar o demônio. A moça morreu com os ossos quebrados e as vísceras esmagadas e o demônio saiu do corpo. Mas o ‘pai de santo’ foi processado (AMERICANO, 1962: 156)

Para os negros que viviam na época, o “feitiço”, como eram denominado tais cultos, tinha outro significado:

Na memória das velhas negras, o feitiço emerge em um primeiro momento como vingança dos negros contra brancos, mas no meio da conversa, o feitiço não é mais vingança, é amor: é segurar o homem amado, é realizar o casamento desejado; o feitiço é sobrevivência, é conseguir trabalho; o feitiço também é cura, é curar o filho querido, a mãe sofredora (BERNARDO, 1998: 71).

Esses aspectos que giram em torno da religiosidade dos imigrantes e dos negros mostram que a cidade de São Paulo não rompeu de forma imediata com o seu passado, não sendo atingida de forma homogênea pela “onda de modernidade”. Ou seja, uma avaliação precisa do quadro histórico-social de São Paulo não pode ser realizada apenas a partir do ponto de vista da elite paulistana e daquilo que ocorria nos palacetes e nos clubes privados da elite.

Aliás, é preciso levar em conta que mesmo no interior da elite as inovações do século XX, trazidas do “mundo civilizado”, não eram uma unanimidade. A coexistência de gerações diferentes no coração das famílias mais abastadas de São Paulo levava a movimentos que restringiam esse processo de absorção das inovações. Americano (1962), em “Cabelo Alto”, mostra o conflito de gerações restando tais mudanças de hábitos, em que uma mãe e sua filha divergem quanto ao penteado mais adequado para esta última, que, com 15 anos, queria se pentear como as moças mais velhas (AMERICANO, 1962: 189).

Já mencionamos anteriormente que a “novidade” nos hábitos não atingiu de forma idêntica o sexo masculino e o feminino, havendo para as mulheres muitas restrições na conquista dos novos espaços de sociabilidade. Algumas concepções tradicionais resistiam aos novos tempos como podemos perceber na crônica “Feminismo, Voto Feminino e Divórcio” de Jorge Americano. Nesta, o autor cria um diálogo em que alguém faz a defesa do voto feminino e ouve do seu interlocutor uma sentença que nos remete à São Paulo tradicional: “Mas o lugar da mulher é o lar” (AMERICANO, 1962: 271).

Por fim, nem todas as “inovações” se difundiram e foram adotadas pela elite, que agia conservando seus hábitos, como se eles fossem considerados marcas de distinção social, de nobreza e de civilização. É o que notamos em outra crônica no livro de Jorge Americano em que há um diálogo entre dois homens acerca das roupas femininas na década de 1920. Um deles comenta que, após a Guerra, as mulheres estavam se vestindo de forma cada vez mais masculinizada. Mas seu interlocutor alertou: “Mas o hábito não atingiu as classes ricas” (AMERICANO, 1962: 196).

1.2.4 - Aspectos Educacionais

Com o enriquecimento das famílias paulistas ligadas ao café, passou a ser comum, na segunda metade do Século XIX, o envio dos filhos homens para a Europa, principalmente para a França e para a Alemanha, para que pudessem ali estudar. Havia ainda a possibilidade de colocar os filhos nas poucas escolas privadas que existiam à época e que ocupavam o espaço deixado pela ausência do ensino público de qualidade¹⁸. Às meninas, em geral, reservava-se uma educação exclusivamente doméstica, com preceptores e aulas individuais e particulares.

O ensino público permanecia, na época da proclamação da República, desestruturado, com professores mal pagos e de baixa formação, sem prédios apropriados para o ensino e sem coesão entre as diversas etapas do ensino formal (do primário ao curso superior).

O governo republicano pôs, então, em prática uma série de reformas com vistas a superar esse quadro: assim iniciou uma série de mudanças. Tratou, em primeiro lugar, de implantar a terceira e mais importante Escola Normal pública de São Paulo, partindo da avaliação de que sem cuidar da formação dos professores nenhuma reforma obteria sucesso. Anexo a esta, implantou-se também o Jardim-de-infância, freqüentado

¹⁸ Dentre as escolas de primeiras letras particulares fundadas após esse período está a escola da d. Rachel Amora de Andrade e Silva, voltada para as filhas de famílias abastadas; o Colégio Santana de Maria das Dores Amaral Fontoura; O Colégio Dona Rita; O Colégio Emulação, de Joaquim Correa de Mendonça Furtado e Queirós; a Aula Nacional (votada para o sexo feminino); dentre outros. Também é desse período o Liceu Paulistano, colégio interno fundado por Joaquim Russel, fechado rapidamente por falta de interessados. No secundário, a Província contava, em 1860, com os seguintes estabelecimentos: do Ipiranga, Brasileiro, Emulação, Ateneo Paulistano, o Culto à Ciência, além do importante Seminário Menor Diocesano, que inovou no ensino da cidade.

basicamente por membros da elite paulistana, e as Escolas-Modelos (Preliminar, Complementar e Secundária). O sucesso desta terceira Escola Normal pode ser medido pela melhora na qualidade do ensino público, mas também por seus resultados numéricos: de 1890 a 1911, a Escola Normal da praça da República formou 1.188 professores (MARCÍLIO, 2005: 212).

A reforma republicana do ensino formal criou ainda os tão importantes Grupos Escolares, ou seja escolas formadas a partir da reunião de diversas aulas oferecidas de forma isolada anteriormente, mas sob nova organização didática. “Os grupos escolares eram tanto a base da reforma como o seu símbolo. Instalados, muitos deles, em ricos edifícios construídos conforme as prescrições pedagógicas, dispunham de muitas salas de aula e vários professores” (BONTEMPI JR, 2004: 536). Além de conferir espaço adequado ao ensino, os Grupos eram responsáveis por garantir a adoção de um só programa de ensino, dando unidade ao ensino primário. Os Grupos eram ainda espaço de sociabilidade de alunos de diversas ascendências e classes sociais, permitindo a inserção das meninas na escolarização.

E o esforço de construção dos Grupos foi significativo. Na cidade de São Paulo, o primeiro foi construído em 1894. Em 1924, havia 25 grupos funcionando na capital, número que dobrou em 1930 (MARCÍLIO, 2005: 172).

Outras novidades do período são: 1) a inovação metodológica pela divulgação de novas metodologias, como o método da "Lição das Coisas", que substituiu a memorização e a repetição pela aprendizagem que partia do particular para o geral, do concreto para o abstrato, e que buscou abandonar a palmatória propondo a persuasão do aluno com base na relação de afeto com o professor; 2) a revisão dos materiais didáticos, buscando conteúdos mais adequados para o ensino de crianças; 3) a criação de mecanismos de controle, como o diário de classe e o estabelecimento de horários fixos para as aulas; 5) a distribuição nas escolas de exemplares de programa de ensino e, finalmente, 6) o surgimento das revistas pedagógicas.

A reforma republicana ainda valorizou a profissão do professor, que passou a ser prestigiado socialmente. “[O professor republicano] Nada teve em comum com o antigo mestre régio de primeiras letras que trabalhava solitário em sua escolinha isolada. Iniciava-

se a profissionalização do magistério, agora dignificado, reconhecido” (MARCÍLIO, 2005:168)

Mas o ensino público da República Velha não conseguiu grandes avanços no Ginásio, não sendo ainda necessário cursá-lo para concorrer às vagas na Faculdade de Direito. O Ginásio Público passou a funcionar a partir de 1894 e era uma instituição voltada inicialmente apenas para meninos¹⁹. A timidez das ações do governo republicano no nível ginasial pode ser medida pelo fato de que, em 1930, o único Ginásio público da capital atendia tão somente 555 alunos.

Aproveitando-se dos espaços não cobertos pelo Estado e para atender aos anseios da elite paulistana as grandes escolas privadas se consolidaram na cidade de São Paulo. Dentre os particulares havia escolas como o Mackenzie College, o Liceu Coração de Jesus, o Nossa Senhora de Sion, o Sacré-Coeur de Marie, o Des Oiseaux, o colégio Santa Inês, o Colégio São Bento, o Arquidiocesano, o Santo Agostinho, o Dante Alighieri e o Rio Branco, dentre outros.

Outro tipo de escola que floresceu no período que cobre as últimas décadas do século XIX e início do XX era a pequena escola criada por imigrantes para atender os filhos de seus compatriotas. Tinha por objetivo zelar pela manutenção da língua, da cultura e das tradições de sua pátria de origem. Por isso, esta era, na verdade, um dos alvos combatidos pela “instrução pública” levada a cabo pelos republicanos, buscando proteger a cultura nacional, e homogeneizar a diversificação social, em uma população largamente constituída por imigrantes (SILVA, 1988: 173)²⁰. A maioria das escolas ligadas às colônias de imigrantes acabou sucumbindo diante do processo de aculturação dos imigrantes e seus descendentes, o que muito se deveu à concorrência da escola pública implantada na República.

No ensino superior São Paulo passou a contar com novas faculdades, como nos informa Americano (1962): a Escola Politécnica (1893), cuja implantação teve o nome de Paula Souza como o seu principal artífice; a Faculdade de Medicina, instalada por Arnaldo

¹⁹ As primeiras mulheres a entrar no ginásio, aproveitando brecha na lei para alunos saídos da Escola Normal que queriam obter o título de bacharel, só se diplomaram em 1907.

²⁰ Na década de 1920, por exemplo, a Lei estadual 1.750 estabeleceu que o ensino de português só poderia ser feito por portugueses ou brasileiros natos e que o de geografia era restrito para professores brasileiros natos. Além disso, o ensino de língua estrangeira só poderia ser ministrado para crianças com mais de 10 anos ou que já estivessem alfabetizadas (SILVA, 1988: 181).

Vieira de Carvalho (1913); a Escola de Farmácia e Odontologia (1898) e o Instituto Biológico (1927). Havia, ainda: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento (1908); a Escola de Engenharia Mackenzie (1896) e a Escola de Comércio Álvares Penteado (1904). Mesmo com essas novidades no ensino superior, a avaliação de membros influentes da elite, como Júlio de Mesquita Filho de “O Estado de São Paulo”, ainda no final da década de 1920, é que o sistema educacional paulista era insuficiente para formar uma elite intelectual que conduzisse o país. Em seu argumento isso só seria alcançado com uma universidade, projeto de educação das elites que só foi lançado a cabo na década de 1930 com a criação da Universidade de São Paulo (BONTEMPI JR, 2004: 541).

A escola pública implantada a partir de 1892 contribuiu muito para a modernização e urbanização da cidade de São Paulo. Mas sua implantação não implicou em uma mudança cultural abrupta em todos os segmentos da sociedade paulistana, com o abandono completo das concepções tradicionais. Assim, na própria elite havia pessoas, principalmente mulheres, cuja formação educacional não tinha sido feita nem na escola pública republicana implantada, nem nas escolas privadas que haviam se consolidado, mas em ambiente familiar, tendo como mestres membros da família, ou ainda, professores particulares. Foi esse o tipo de educação que recebeu Marina, filha do Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho. Em um contexto de estruturação das escolas, a opção pela educação em ambiente familiar só se explica em função da restrição dos espaços sociais femininos, o que é índice da persistência de uma concepção herdada do passado rural de muitas das famílias que constituíam a população paulistana naquela época.

É preciso ressaltar que, ainda na década de 1920, embora tenha obtido resultados significativos, a escola republicana ainda não havia conseguido superar o analfabetismo, numa população que crescia a taxas vertiginosas.

“A proporção de analfabetos da cidade de São Paulo caiu pouco em 1920 em relação ao primeiro censo, de 1872, apesar dos grandes esforços em expandir a escolarização primária. A população crescia a taxas mais velozes. Nesse ano [em 1920], a população acima de 15 anos e analfabeta era de 71,4%” (MARCÍLIO, 2005: 164).

E mesmo os resultados obtidos em termos de alfabetização escondem o fato de que, na prática, havia alto índice de evasão escolar após os dois primeiros anos dos Grupos Escolares, período em que os alunos eram alfabetizados. Ou seja, muitos paulistanos mantiveram o procedimento comum ao período pré-reforma republicana do ensino: o de se buscar na escola apenas o aprendizado da leitura e da escrita. Essa mentalidade persistia não somente como um comportamento da população, mas no interior do governo republicano, como ficou evidente na reforma do ensino determinada pela Lei 1.750 de dezembro de 1920, que reduziu a duração da escola básica obrigatória gratuita para os dois primeiros anos oferecidos pelos Grupos, deixando o 3º e o 4º ano fora dessa condição, e institucionalizando o abandono escolar²¹.

Por último, mesmo no ensino primário, marcado por um grande avanço em função da implantação dos Grupos Escolares, não se eliminou as Escolas Isoladas que funcionavam precariamente com um único professor atendendo numa mesma sala alunos de idade e nível de escolarização diversificada. Ao contrário, estas continuaram a existir na capital paulista, e tiveram o seu número incrementado até a década de 1920: eram 66 em 1898 e chegaram a ser, em 1927, 135 unidades (MARCÍLIO, 2005: 172). Ao seu lado, em menor número, ainda foram criadas nas décadas de 1920 as “Escolas Reunidas”, um tipo intermediário entre as “isoladas” e os grupos escolares. Eram as marcas do arcaico que insistiam em sobreviver na cidade.

1.3 – O novo e o velho no processo de urbanização de São Paulo

Segundo Frehse (2005), o desenvolvimento urbano de São Paulo do século XIX e início do XX é visto pela historiografia sob a ótica de três grandes interpretações. A primeira, surgida nos trabalhos iniciais de Richard Morse e Pierre Moinbeig, mas também em trabalhos recentes publicados por Ana Lucia Duarte Lana, dá ênfase à mudança e à ruptura: o desenvolvimento econômico, social e urbano da cidade significou o fim do modo de vida ligado ao rural, substituído pelas inovações vindas ou importadas da Europa.

Contrapondo-se a esta primeira visão está a que defende que as mudanças se deram sem que ocorresse uma ruptura completa; o moderno implantado estava impregnado do

²¹ “Em 1924, para uma matrícula de 248.472 alunos matriculados no curso primário [do Estado de São Paulo], somente 19.789 encontrar-se-iam cursando os chamados cursos médios [3º e 4º anos da educação básica]”. (SILVA, 1988: 181)

modo arcaico de vida. É o que encontramos nas interpretações de Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre que enxergaram no processo de urbanização - não só da capital paulista, mas de todas as grandes cidades brasileiras - a presença de elementos como o patriarcalismo a moldar as relações sociais que se estabeleceram a partir do século XIX. Esta visão também está presente nos trabalhos de Florestan Fernandes e Emília Viotti da Costa, que identificaram na São Paulo dos séculos XIX e XX muitos elementos tributários do mundo rural e/ou tradicional paulista ou brasileiro.

A última visão sobre o processo de desenvolvimento paulistano está presente nos trabalhos de historiadores que deram ao cotidiano o *status* de categoria histórica privilegiada. E ao analisar os fatos sob este ponto de vista perceberam a complexidade do quadro paulista no início do século, marcado por temporalidades múltiplas, em que o novo e o velho, o moderno e o arcaico, coexistem em um mesmo espaço. É o que encontramos nos trabalhos de Maria Odila Leite Silva Dias que defende haver uma "simultaneidade entre a continuidade e a ruptura". Os processos históricos em curso seriam múltiplos de maneira que não seria possível falar em mudança sem considerar a permanência coexistente, e vice-versa.

Também é o que encontramos em José de Souza Martins que defende a emergência do antigo no interior daquilo que é aparentemente mais moderno.

O que procuramos mostrar nas páginas anteriores é que a urbanização de São Paulo do final do século XIX a 1930 não significou uma ruptura completa e imediata com o seu passado rural. A coexistência do “moderno” e do “arcaico” pode ser verificada em Americano (1962). O memorialista atribui alguns cheiros à cidade no livro dedicado a cobrir os anos de 1915 a 1935. Vejamos o que ele escreve:

CHEIRO DE CIDADE, cheiro de campo. Cheiro de flores. Cheiro de terra revolvida, assentamento de paralelepípedos, asfaltos. Cheiro de eucaliptos e terebintos. Capim-melado. Suor de gado. Gasolina de automóveis. Aroma de ozona e cheiro de barata dos subterrâneos da Light. Bocas de esgoto em tempo de seca. Verduras e frutas que começaram a apodrecer no mercado. Verduras fervidas na Rua 25 de Março. Terra de esgoto nas valetas abertas. Jasmim em dia de finados. Cheiro de perfumes franceses. De éter nas farmácias. De hospital. De óleo queimado nos motores. De café queimado na Lapa e em Pinheiros (AMERICANO, 1962: 61).

Os cheiros de campo, de flores, de eucaliptos, de capim, de gado, do jasmim em dia de finados, do esgoto em valetas abertas, mantêm a cidade amarrada a seu passado “rural”. Os cheiros de cidade, das obras urbanas, da gasolina e óleo, de automóveis, dos subterrâneos da Light, dos perfumes franceses, das farmácias e hospitais, são os sinais de que o “progresso” está presente, pronto para romper com a cidade arcaica.

O mesmo se pode dizer quando rememora os barulhos ouvidos naquela época:

Automóveis e bondes. Latidos de cães, miados de gatos. Canto de galo. Mugidos de vacas. Balidos de cabra. Farfalhar do arvoredo. Borbulhar das águas correntes. Campainhas de ambulâncias, depois sirenes de ambulâncias e Corpo de Bombeiros. Escapamento aberto de motocicletas. Vitrolas. Rádios. De vez em quando um ruído de avião (AMERICADO, 1962: 62)

Cidade e campo se misturam. A São Paulo do passado sobrevive nos sons que atestam a presença dos animais e do arvoredo. Mas os barulhos do “progresso” são ouvidos na rua, advindos dos veículos motorizados e privadamente, no som dos novos aparelhos domésticos como as vitrolas e os rádios.

Mesmo a elite que procurava na Europa tomar o seu “banho de civilização” ainda não havia rompido, ao fixar sua residência na cidade, os laços com o rural. A transferência para a capital não implicou na transformação imediata de seus membros em tipos citadinos, desconectados com a cultura rural. O negócio do café exigia que estes homens permanecessem na zona transitória entre o urbano e o rural. Assim, muitos alternavam estadias na cidade ou suas viagens para a Europa com residência nas suas fazendas em parte do ano, para melhor acompanhar seus negócios.

O café fez com que rústicos fazendeiros do interior do Rio ou de São Paulo migrassem material e culturalmente para referências e valores da sociedade européia. Era inevitável que fossem ressocializados e se tornassem europeus nos modos, na língua doméstica, nas vestes, na habitação e nos costumes. Mas estrangeiros dilacerados pelo duplo viver, aqui e lá, duplamente orientados. Foi

essa dupla orientação que fez dos paulistas e neo-paulistanos personagens liminares e ambíguos, mesmo os mais pobres (MARTINS, 2004: 209).

É este o contexto histórico que norteará a análise que faremos a seguir acerca do fenômeno lingüístico da distribuição entre a categoria vazia e a plena na realização do sujeito de sentenças, pela população da capital paulista.

Faz-se necessário agora explicitarmos melhor o quadro de mudança lingüística para podermos, em seguida, realizar uma reflexão do fenômeno a partir da História Social de São Paulo.

Capítulo 2 – Resenhando os estudos sobre a distribuição de sujeitos vazios e expressos no Português Brasileiro

Introdução

Nas primeiras décadas do Século XX, enquanto o quadro histórico descrito no capítulo anterior se formava em São Paulo, o PB passava por mudanças. Estudos recentes apontam que este passou naquele mesmo século por um processo que levou à utilização predominante do sujeito expreso (ou pleno) em detrimento dos pronomes não expressos (ou seja, nulos).

Com isso, o PB acabou por se distanciar de línguas como o PE, que continuou fazendo do pronome vazio a forma por excelência para realização do sujeitos sentenciais, relegando ao pronome expreso a contextos específicos.

Faremos, na seção que se segue, um resumo das principais pesquisas realizadas sobre distribuição de sujeitos vazios e expressos no PB. A partir desses estudos, em primeiro lugar, constituiremos um quadro da trajetória dessa distribuição em perspectiva diacrônica. Depois, buscaremos identificar a situação mais recente do nosso objeto lingüístico na fala culta e não-culta e na língua escrita, sempre que possível buscando a contraposição com o PE. Em seguida, procuraremos mapear as principais variáveis que têm sido identificadas para explicar o fenômeno do aumento do sujeito pleno no PB, opondo a interpretação da “mudança paramétrica” ou “substituição de formas” à tese que defende que o fenômeno brasileiro constitui um caso de “especialização de formas”. Por último, relacionaremos o fenômeno de mudança lingüística com o quadro sócio-histórico que apresentamos no capítulo anterior, detalhando o problema que esta tese tem por alvo explicar.

2.1 O parâmetro do sujeito nulo

Como veremos no capítulo 3, a partir da proposta de Chomsky (1988a), o gerativismo incorporou a noção de “parâmetro”, responsável por diferenciar as línguas naturais. Um dos parâmetros mais investigados desde a década de 1980 é o “parâmetro do sujeito nulo”. Esse critério é o que separa línguas como o Inglês (em que sentenças como

(1) são possíveis, mas não como (2)) de línguas como o Português (em que tanto (3) como (4) são possibilidades para os seus usuários).

- (1) I read the book.
- (2) * cv read the book.
- (3) Eu leio o livro.
- (4) cv Leio o livro.

A criança durante a aquisição da linguagem passará por um processo de desenvolvimento ao fim do qual o parâmetro estará preenchido ou definido com uma das duas possibilidades: a) língua materna não aceita sujeito vazio, implicando na atribuição de valor “0” (zero) para esse parâmetro; ou b) língua materna aceita sujeito vazio, atribuindo, nesse caso, o valor “1” (um).

O que foi dito anteriormente pode dar a falsa impressão de que uma língua de sujeito nulo deixa ao seu usuário a possibilidade de livremente construir sentenças com sujeito vazio ou expresso. Ao contrário, o que foi chamado de “Princípio Evite Pronome”²² faz com que uma língua como o PE, o italiano e o espanhol optem maciçamente por sentenças com sujeito não realizado, deixando o sujeito expresso para contextos específicos e mais raros (DUARTE, 1995).

Como veremos, vários estudos apontam que o PB sofreu alterações que relegaram o sujeito vazio para a condição minoritária, optando claramente pela construção de sentenças com sujeito expresso. É esse o fenômeno que pretendemos estudar no presente trabalho.

2.2 O aumento de sujeitos plenos no PB em perspectiva diacrônica

O processo de mudança na distribuição de sujeitos vazios e expressos no PB foi atestado por Tarallo (1985). Segundo o autor, a comparação dos dados de fins do século XIX aos dados das últimas décadas do século XX evidenciou um maior favorecimento da realização expressa do sujeito. É o que se constata a partir da análise de *corpus* constituído de cartas, peças e diários escritos por autores nascidos no Brasil a partir do século XVIII.

²² No capítulo 3, discutiremos as noções de “princípio” e de “parâmetro” propostas pelo gerativismo.

Assim, se em 1775 a retenção de sujeitos era 23,3% dos casos; em 1775 esta passou a 26,6%; reduziu para 16,4% nos textos de 1825; e, finalmente, atingiu 32,7% dos casos em 1880. Esses dados podem ser contrastados aos que o autor encontrou em *corpus* de língua falada constituído por entrevistas realizadas em 1981, no qual os sujeitos expressos eram 79% do total.

Outro estudo diacrônico importante sobre o tema foi feito por Duarte (1996)²³ que trabalhou com *corpora* constituídos por peças teatrais brasileiras escritas no século XIX (a partir de 1845) e no século XX (a última é de 1992), com foco nas construções de referências definidas. Seus resultados atestam que até pelo menos 1918 o sujeito nulo era forma predominante, mantendo uma produtividade acima de 70%.

A situação, no entanto, se modificou significativamente no período compreendido entre 1918 e 1937. Assim, os dados da peça publicada nesse último ano atestam que a distribuição de vazio e expressos já havia praticamente se equilibrado, cada qual com uma produtividade próxima dos 50%. Esta situação de igualdade se manteve ainda no material de 1955, e, a partir daí, a forma plena tornou-se predominante: em 1975, o percentual de uso do sujeito vazio se reduziu a pouco mais de 30% dos casos, produtividade que se reduz ainda mais em 1992 - quando não é mais do que 25% das ocorrências.

Assim, esses dois trabalhos apontaram para um processo de mudança marcado pelo avanço da forma expressa sobre a vazia, o que indicaria que o PB já não se comportava mais como uma “língua de sujeito nulo”.

Por último, gostaríamos de mencionar que Tarallo (1985) e Duarte (1996) são pesquisas realizadas no âmbito da lingüística histórica. Nesse sentido, não há em ambos a preocupação de discutir os dados lingüísticos encontrados na pesquisa diacrônica com o contexto sócio histórico em que foram produzidos. O *corpus* constituído por Tarallo tinha por função constituir uma amostra do PB, e nesse sentido, exigiu de seus escritores apenas a necessidade de serem brasileiros, sem maiores preocupações sobre sua condição e origem social. O trabalho de Duarte teve a preocupação de trabalhar com peças de natureza popular, buscando com isso se aproximar da oralidade carioca, de forma ampla. Os resultados encontrados, nas palavras da própria autora, devem ser entendidos não de forma absoluta, mas com indicativos da “tendência de uso de cada época” (DUARTE, 1996: 108).

²³ Este estudo foi publicado pela primeira vez em 1993.

Por isso, na constituição do *corpus* exigiu-se que as peças fossem populares e tivessem sido escritas por autores que exerciam suas atividades no Rio de Janeiro. Entretanto, pelo que o leitor tem acesso, não houve aqui novamente uma preocupação de explicitar a condição social dos personagens e dos contextos situacionais em que a produção lingüística se deu.

Embora esses trabalhos tenham obtido resultados de extrema relevância para a pesquisa lingüística acerca da questão da distribuição de sujeitos vazios e expressos, motivo pelo qual são pontos de partida da pesquisa que propomos, entendemos que há a necessidade de olhar a questão do ponto da história social da língua. Mais adiante, no capítulo 4, proporemos uma metodologia adequada a esse objetivo.

2.3 Estudos Sincrônicos

2.3.1 Estudos sobre a Oralidade

A questão da distribuição de sujeitos vazios e expressos no PB oral atual foi amplamente investigada por diversos lingüistas nas últimas décadas. Estes estudos se propuseram a se deter sobre a língua falada urbana culta, entendida como aquela produzida pelos moradores das cidades com formação universitária, e sobre a modalidade urbana não-culta, entendida como a produção de falantes urbanos com formação escolar até o que hoje denominamos “ensino médio”.

A língua oral culta, entendida como a dos falantes com formação universitária, foi estudada principalmente com base nos materiais do projeto NURC, cujas gravações foram realizadas na década de 1970 e 1980. O primeiro estudo importante que gostaríamos de mencionar baseado nesse material foi realizado por Duarte (1995), que se dedicou ao estudo sincrônico da distribuição de sujeitos vazios e expressos, mapeando o uso na fala carioca. Os resultados que encontrou no NURC/RJ aparecem consolidados na tabela 6, a seguir²⁴.

²⁴ Neste trabalho, Duarte excluiu de sua análise os sujeitos vazios categóricos (em expressões fixas como 'sei lá' e em respostas afirmativas que no português brasileiro se constrói com o pronome vazio e o verbo); os casos de pronome lexical categórico (aqueles em que o sujeito aparece modificado por numeral ou quantificador, as sentenças com construções clivadas e os usos contrastivos); as sentenças com verbos epstêmicos como "(eu) acho"; e, finalmente, as coordenadas não iniciais com sujeitos co-referentes.

Tabela 6: Distribuição de sujeitos vazios e expressos na fala culta

	Sujeito Vazio	Sujeito Expresso
Sujeito de Referência Definida	415 (29%)	1.009 (71%)
Sujeito de Referência Arbitrária	116 (35%)	216 (65%)

Fonte: Duarte (1995)

Como se pode ver nos dados acima, na oralidade, as pessoas com formação universitária já têm a forma expressa como a estratégia predominante para realizar tanto os sujeitos definidos, como os arbitrários. Nos primeiros, a produtividade do sujeito preenchido chega a 71% dos casos. Nos sujeitos de referência arbitrária, os dados de Duarte (1995) constataam que a forma expressa atinge 65% das sentenças, o que reflete, segundo a autora, a perda da construção com sujeito vazio + clítico “se” pelos brasileiros, que foi substituída pelas sentenças com “você” e “a gente”²⁵.

Tomando por base amostras cariocas, Duarte sugeriu que o PB oral culto não guarda mais a característica de privilegiar as sentenças com sujeito vazio e não mais mantém as formas expressas apenas em casos especiais, como ocorre no italiano, no espanhol e no PE. Em sua interpretação teria perdido o chamado Princípio “Evite Pronome” e, com isso, “... é natural esperar que estruturas com sujeito nulo se tornem cada vez menos freqüentes substituídas pelas que exibem sujeito pleno” (DUARTE, 1995: 31).

Estudo realizado com material mais amplo, com maior representatividade em relação ao PB, foi realizado por Berlinck, Duarte e Oliveira (2009), com base em material de fala recolhido dos *corpora* do NURC de 5 capitais brasileiras. Por este trabalho constatamos que a massificação da forma expressa é de fato um fenômeno adotado pelos brasileiros. “... o comportamento dos falantes das cinco capitais é bastante semelhante, com índice mais baixo [de sujeitos expressos] ficando com Recife (67%); seguem-se Salvador (74%), Porto Alegre (77%), São Paulo (79%) e Rio de Janeiro (87%)” (BERLINCK, DUARTE & OLIVEIRA, 2009: 124). Este predomínio da forma expressa ocorre inclusive nos registros mais formais analisados por este trabalho.

A oralidade não-culta, de pessoas que ainda não obtiveram formação universitária, foi estudada por Duarte (2003a) que mais uma vez trabalhou com registros da fala carioca. O estudo compara dados recolhidos pelo PEUL/RJ nos anos 1980 ao de amostras mais

²⁵ Este uso opõe ao feito na oralidade no PE, no qual as indeterminações são construídas predominantemente com o clítico “se” (DUARTE, 2003b: 406).

recentes, focando desta vez apenas os usos de referência definida. Os dados gerais dispostos na tabela 7 consolidam os resultados para o “estudo de painel”, que compara mudanças temporais em um grupo de indivíduos, e para o “estudo de tendência”, que compara os dois períodos a partir de amostras aleatoriamente escolhidas numa mesma comunidade:

Tabela 7: Sujeito Expresso com Referência Definida na fala não-culta

	1980	2000
Estudo de Painel	1696/2168 (78%)	1646/2056 (80%)
Estudo de Tendência	3640/4540 (80%)	3421/4264 (80%)

Como podemos ver, a fala não-culta, assim como a culta, mantém a forma expressa como a preferida, relegando os sujeitos vazios a apenas 20% de suas sentenças. “Tais resultados sugerem que, ao contrário do que ocorre nas línguas de sujeito nulo, o sujeito pleno no português do Brasil é a opção não marcada nos contextos sintáticos examinados...” (DUARTE, 2003a: 116)

Portanto, os estudos mencionados acima mostram que na oralidade, ao longo do século XX, o PB fez do sujeito expresso a forma mais comum e reduziu drasticamente os casos de sujeito vazio. Vejamos agora se isso também se deu na escrita.

2.3.2 Sobre a Escrita

Sobre o uso feito na escrita, gostaríamos de mencionar, em primeiro lugar, o trabalho de Paredes da Silva (1988), realizado a partir da análise do fenômeno em cartas pessoais²⁶ escritas por informantes adultos, com idade entre 17 e 38 anos, nascidos na cidade do Rio de Janeiro e pertencentes à “classe média” carioca.

Com proposta de pesquisa que uniu procedimentos oriundos do funcionalismo à metodologia variacionista laboviana, a autora identificou uma distribuição de sujeitos vazios e expressos diferenciada em função das pessoas do discurso e do tipo de sentença. Mais adiante, em seção dedicada às variáveis explicativas para a variação e para a mudança, veremos mais detalhadamente estes resultados. Por ora, interessa-nos saber que a

²⁶ Nas cartas pessoais estudadas pela autora, os remetentes e seus destinatários mantêm uma relação de proximidade, seja por serem parentes ou por manterem laços de amizade.

análise apontou para um predomínio do sujeito expesso na 2ª pessoa do discurso, contexto em que este atinge 70% das ocorrências. O pronome expesso também tem elevada produtividade na 3ª pessoa, em contexto de sentença principal (quanto atinge 71%) e nas ocorrências com subordinadas (com produtividade de 58%).

Em estudo mais recente, Barbosa, Duarte & Kato (2005), por sua vez, também analisaram a distribuição de sujeitos vazios e expressos na escrita. Com objetivo de comparar o uso do PB ao do PE, as autoras constituíram um *corpus* de análise com entrevistas colhidas de jornais brasileiros e portugueses, focando atenção no uso da 3ª pessoa. Nesse recorte encontraram os seguintes resultados:

Tabela 8: Ocorrência de sujeito vazio de 3ª pessoa no corpus escrito – entrevistas jornais

	Sujeito Vazio
PE	126/162 (78%)
PB	63/142 (44%)

Ou seja, o resultado encontrado pelas autoras mostra que na entrada do século XXI, no uso da terceira pessoa em entrevistas escritas publicadas na imprensa, há uma maior tendência ao uso do sujeito expesso. Portanto, podemos dizer que o avanço dessa variante sobre o sujeito vazio se deu inclusive neste gênero textual de um nível de formalidade significativo e que, como sabemos, está sujeito ao controle exercido pelos profissionais de revisão, que tendem a ter uma postura mais conservadora nas questões lingüísticas.

Também trabalhando com entrevistas escritas de jornais e revistas, os dados de Duarte (2003b) mostram o mesmo na referência arbitrária ou indeterminada. Em sentenças finitas, os brasileiros preferem utilizar a forma expressa para formar os sujeitos sentenciais. Para tanto, usam “você” em 40% dos casos e “a gente” em 22% das ocorrências. O uso do sujeito vazio foi feito em 33% das sentenças, nem sempre realizadas com o clítico “se”²⁷.

Já Duarte (2007), que também trabalhou material da imprensa escrita constituído por textos de opinião e de notícias, encontrou os seguintes resultados para os sujeitos de 3ª pessoa:

²⁷ Esses dados do PB para o sujeito indeterminado podem ser contrastados aos resultados obtidos pela autora para o PE, no qual 83% das sentenças finitas são constituídas com a forma vazia (que requer necessariamente o clítico “se”) (DUARTE, 2003b: 406).

Tabela 9: Ocorrência de sujeito vazio de 3ª pessoa no corpus escrito – textos de opinião e notícias

	Sujeito Vazio
PE	227/244 (93%)
PB	119/241 (49%)

Como podemos ver, assim como Barbosa, Duarte & Kato (2005), Duarte (2007) confirma que o PE mantém o sujeito vazio como a forma marcada, ou seja, a mais utilizada via de regra. No PB, ao contrário, há um equilíbrio entre o preenchimento do sujeito e seu apagamento, não sendo possível aqui identificar qual é a forma marcada.

Assim, também na escrita é possível notar que no PB o sujeito expresso avança sobre os usos antes reservados ao sujeito vazio. O conservadorismo da escrita evidentemente faz com que este processo seja mais lento, comparativamente ao que ocorre na oralidade.

Antes de terminarmos esta seção, é preciso apontar que os estudos que mencionamos acima têm o grande mérito de mapear o fenômeno lingüístico na escrita, mas se inserem em um programa de pesquisa que não tinha por objetivo um aprofundamento sobre o impacto do dado sócio-histórico no dado lingüístico. Paredes da Silva (1988), embora indique que seu estudo tem por objeto a escrita de um grupo social específico, não discute como este grupo se insere socialmente, nem se atém sobre as relações desta inserção sobre o dado lingüístico que este produziu. Barbosa, Duarte & Kato (2005) e Duarte (2007), que trabalham com dados de imprensa, também focam sua atenção sobre o fenômeno lingüístico, sem discutir questões como: Que tipo de imprensa produziu tais dados lingüísticos? A qual grupo da sociedade se dirigiam e/ou representavam? Questões que não poderão ser esquecidas por trabalhos que, como o nosso, propõem-se a investigar este mesmo objeto sob a perspectiva da História Social da Língua.

2.4 Variáveis Explicativas

Agora que já expusemos os resultados gerais para a distribuição de sujeitos vazios e expressos no PB, podemos passar à exposição das principais variáveis explicativas, que

selecionamos a partir dos estudos mais importantes sobre o tema. Iniciaremos com variáveis sociais (faixa etária, escolaridade e gênero do falante), para, em seguida, resumirmos o impacto que foi mapeado por variáveis mais propriamente lingüísticas: a pessoa do discurso, o traço semântico do referente, as questões ligadas à configuração estrutural das sentenças e, relacionada a esta última, a acessibilidade que o pronome (vazio ou expresso) tem em relação ao seu referente.

2.4.1 A questão etária

A questão da influência da faixa etária na distribuição de sujeitos vazios e expressos foi realizada por Paredes da Silva (1988), que como já mencionamos trabalhou com *corpus* constituído por cartas pessoais. A autora encontrou os seguintes resultados para o uso de 1ª pessoa²⁸:

Tabela 10: Sujeitos vazios no uso de 1ª pessoa – Cartas Pessoais

	Sujeito Vazio
De 17 a 24 anos	594/800 (74%)
Se 26 a 38 anos	677/850 (80%)

Os dados mostram a presença de um percentual de sujeitos vazios menor na escrita dos mais jovens. Para a autora, isso é índice de que estes trazem mais comumente para escrita as formas que se utilizam com frequência na oralidade, enquanto os mais velhos tenderiam a controlar mais essa influência.

O diagnóstico de mudança em tempo aparente também foi feito por Duarte (1995), em sua análise de amostras da fala carioca culta. É o que podemos perceber no Gráfico 1 que reproduzimos do trabalho da autora, e que é o resultado do cruzamento de duas variáveis: a faixa etária e a pessoa.

²⁸ Paredes da Silva (1988) não explicita os resultados por idade nos usos da 2ª e da 3ª pessoa.

Gráfico 1: Ocorrência de sujeito vazio na fala espontânea segundo a pessoa gramatical e a faixa etária (%)

Assim, a evolução segundo a faixa etária mostrou haver uma oposição entre o grupo mais idoso (de 59 a 70 anos) e os dois outros grupos etários mais jovens (aquele com idade entre 45 e 53 anos e o que cobre a faixa de 25 a 32 anos). As faixas mais jovens são as que fazem um uso menos freqüente (ou mais raro) do sujeito vazio.

Duarte (2003a), que trabalhou com material recolhido do PEUL/RJ, e portanto, da fala não-culta, mostrou que o uso do sujeito expresso é superior a 75% em todas as faixas etárias, tanto na amostra recolhida nos anos 1980, como naquela constituída nos primeiros anos do século atual.

Assim, podemos dizer que na fala não-culta, o processo que levou a transformar o sujeito expresso em opção predominante do falante está tão avançado que não há diferenciação de uma faixa etária à outra. Na fala culta, registra-se um processo de mudança em tempo aparente que favorece a forma expressa. Na escrita, mais precisamente nas cartas pessoais, o uso do sujeito vazio ainda resiste, mas já há indícios de que a geração mais nova começa a conceder ao sujeito pleno elevados índices de produtividade.

2.4.2 O gênero do falante

A análise dos impactos da variável gênero do falante sobre a distribuição de sujeitos vazios e expressos no PB foi feita por Duarte (1995). Seus resultados sobre a fala culta carioca mostraram que os homens fazem um uso mais elevado do sujeito vazio (34%),

comparativamente às mulheres (com 25%). Para a autora, a estas certamente coube o papel de liderar o processo de difusão do uso do sujeito pronominal pleno.

Já a análise que esta mesma pesquisadora fez da fala não-culta em Duarte (2003a) deu indícios de que a variável “gênero do falante” não se mostrou relevante para determinar a variação pronominal aqui analisada, sendo sistematicamente rejeitada.

É preciso notar que esses dois trabalhos de Duarte - o primeiro sobre a oralidade culta e o segundo sobre a modalidade não-culta - não exploram de forma completa os impactos do "feminino" sobre o fenômeno lingüístico estudado. Os trabalhos se preocuparam em apontar o peso dessa "variável", mas não avançam em discutir a inserção social da "mulher": qual o seu status social? o que significa ser mulher no grupo social em questão? São pontos que ficam em aberto, já que o foco maior do trabalho da pesquisadora está direcionado ao dado lingüístico, limitando-se a deixar ao dado social a condição de "variável estatística" explicativa, sem refletir de fato sobre ele. A divergência de resultados nos dois trabalhos sobre o peso da variável gênero do falante talvez esteja exatamente na diferença do significado social de ser "mulher" (ou ser "homem") nesses dois grupos sociais, ou seja, no que domina o dialeto culto e naquele que não o domina.

2.4.3 A Escolaridade

A questão da escolaridade foi tratada por Duarte (2003a). A autora constatou em seus dados da fala não-culta (sem formação universitária) que à medida que aumenta a escolaridade há um maior índice de uso dos sujeitos expressos. Assim, nos dados dos anos 2000, o grupo do ensino fundamental 2 preencheu os sujeitos em 77% dos casos, enquanto os falantes do ensino médio se utilizaram desse procedimento em 85% das sentenças analisadas. A autora interpreta esse resultado como um “... indício de maior naturalidade e desenvoltura no comportamento desses falantes, gerando mais estruturas encaixadas ...” que como veremos adiante favorecem os sujeitos expressos (DUARTE, 2003a: 119).

Mas se compararmos esses resultados àqueles encontrados por Duarte (1995) na fala culta, com preenchimento do sujeito em 71% dos casos, teremos que sustentar que a formação universitária pode colaborar para o aumento dos sujeitos vazios. De fato, como sabemos, a escola estimula a produção de textos com sujeito vazio, seja porque considera a

“elipse” como a forma não marcada permitida pelas desinências verbais²⁹, seja sob pretexto de se evitar, com essa estratégia, a repetição de palavras. Isso se justifica talvez porque na universidade lida-se com textos com relativo maior grau de formalidade (resenhas, monografias, artigos, etc.) em relação àqueles que são produzidos até o ensino médio (uma narração, por exemplo, permite ao autor uma maior liberdade em relação à norma padrão).

Aqui novamente é preciso apontar que o dado social, desta vez a “escolaridade”, serviu apenas como contexto estatístico que impactou na distribuição de sujeito nulos e plenos. Entretanto, os estudos acima apontados não se dedicaram sobre o papel histórico-social da escola, aprofundando-se no entendimento do impacto da questão educacional sobre o fenômeno lingüístico estudado. O foco era descrever a distribuição de sujeitos vazios e expressos em contexto de um certo nível de escolaridade, sem buscar explicações sócio-históricas para a distribuição encontrada.

2.4.4 Pessoas do Discurso e a tese da mudança paramétrica em função do enfraquecimento da concordância

A partir dos dados encontrados por Paredes da Silva (1988) no *corpus* constituído de cartas pessoais, formamos o quadro abaixo, que mostra a distribuição dos sujeitos vazios em função do cruzamento de duas variáveis: o tipo de sentença e da pessoa do discurso.

Tabela 11: Sujeito Vazio por tipo de sentença e pessoa do discurso – Cartas Cariocas

	1ª Pessoa	2ª Pessoa	3ª Pessoa
Principais	372/446 (83%)	8/46 (17%)	25/87 (29%)
Subordinadas	230/350 (66%)	52/205 (25%)	74/175 (42%)
Independentes(*)	669/854 (78%)	35/100 (35%)	954/1266 (75%)
Total	1271/1650 (77%)	95/351 (27%)	349/574 (61%)

*Inclui as coordenadas.

Como podemos ver na Tabela 11, os resultados encontrados pela autora apontam que a 1ª pessoa é a que mais favorece o apagamento do sujeito e o avanço do sujeito expresso se mostra bastante consolidado na 2ª pessoa, com 27% somente de vazios³⁰. Em

²⁹ Ver análise de Paredes da Silva (1988) sobre os manuais de gramática tradicional.

³⁰ Considerando somente as principais e as subordinadas, poderíamos opor o comportamento da 1ª pessoa ao bloco formado pela 2ª e 3ª pessoas, que amplamente favorecem o sujeito expresso.

especial, a autora aponta que esse baixo percentual de omissão do sujeito na 2ª pessoas justifica-se em função da “ambigüidade”, que nem sempre é resolvida pelas informações do contexto.

Com a adoção de ‘você’, perde-se em princípio a possibilidade de distinguir 2ª de 3ª pessoa através de marcas morfológicas do verbo. O contexto frequentemente fornece as pistas para a identificação correta do sujeito, mas pode também não ser esclarecedor, como já se viu nos exemplos discutidos nessa seção. A informação, contudo, precisa ser preservada. Afinal, o que está em jogo é a interpretação do sujeito da oração. Nesse caso, a solução é mantê-lo explícito. Preserva-se a identificação da pessoa gramatical em causa através da explicitação do pronome que a representa [grifos do autor] (PAREDES DA SILVA, 1988: 229).

A questão das pessoas do discurso foi também analisada por Duarte (1996), que, como mencionamos antes, realizou estudo diacrônico a partir dos textos escritos de peças teatrais cariocas. A partir dos resultados obtidos em sua pesquisa, a autora sustenta que, enquanto os sujeitos vazios predominavam, estava em pleno funcionamento o paradigma flexional em que “tu” e “vós” ainda estavam ativos. Assim, na vigência desse paradigma, o uso do nulo ocorria na 2ª pessoa direta (tu e vós) e na 2ª pessoa indireta (ou seja, “você”, que tomava emprestada a forma da 3ª pessoa). A queda da frequência de sujeitos nulos, de 69% em 1918 para 25% em 1937, coincidiu com a perda da forma direta. Ou seja, em sua interpretação, foi a entrada de “você”, que substituiu “tu” e “vós”, que determinou a perda significativa de produtividade do sujeito não expresso.

Nos dados de Duarte, a 1ª pessoa também foi afetada igualmente pela redução do sistema flexional, porém de forma menos intensa que a 2ª. O fato da 1ª pessoa ter mantido uma desinência exclusiva não impediu que o sujeito vazio perdesse sua produtividade. Para a autora este fato “... corrobora a tese de Roberts, segundo a qual quatro formas distintivas comprometem definitivamente a riqueza funcional de um paradigma flexional” (DUARTE, 1996: 114). Em 1992, quando “você” era predominante no uso da 2ª pessoa e o pronome “nós” foi preterido por “a gente”, o percentual de sujeitos não expressos para a 1ª pessoa passou a ser ainda menor. Se consideradas separadamente, as sentenças continham 100% de sujeitos vazios até 1918 e passaram a ser apenas 7% em 1975, zerando em 1992.

Segundo Duarte (1996), a 3ª pessoa é a menos afetada pela redução dos paradigmas. Os sujeitos vazios ainda mantiveram uma produtividade acima de 50% na 2ª metade do século XX. Para explicar este fato, a autora retoma Calabrese (1986) que, estudando o italiano, propõe restrições para a possibilidade do sujeito vazio com a 3ª pessoa.

Mesmo na 1ª e na 2ª pessoas a vitória dos sujeitos plenos sobre os vazios ainda não se concretizou, segundo Duarte (1996). Na 1ª, são contextos de resistência do pronome vazio: as orações independentes com verbos simples, no presente ou no passado, geralmente precedidos por negação ou com uma locução verbal; e, mais raramente, as orações com co-referência ou na principal ou na subordinada. Para a 2ª pessoa, a resistência se dá nas interrogativas, nas sentenças negativas com verbo "precisar", e por fim, nas subordinadas condicionais antepostas à matriz.

Duarte (1995) também analisou essa questão em seu estudo sincrônico. Ao se debruçar sobre o uso do sujeito nas referências definidas, constatou que havia em seus dados um comportamento não uniforme do sujeito vazio em todas as pessoas do discurso. Os percentuais mais baixos se deram na 2ª pessoa que

“[...] foi a um só tempo a detonadora da mudança - graças a sua substituição pelos pronomes de tratamento (você(s), o(s) senhor(es)), que se combinam com formas verbais de 3ª pessoa - e a que mais rapidamente incorporou seus efeitos, mostrando-se como um processo de mudança mais adiantado” (DUARTE, 1995: 49).

Na 2ª pessoa, o grupo de faixa etária mais alta opta pelo pronome vazio em 20% dos casos; o grupo de idade intermediária, em 6% de seus usos e o mais jovem, em 8%. Na primeira pessoa, esses percentuais sobem para 33%, 21% e 21%. Finalmente, para a terceira pessoa, os índices chegam a 50%, 35% e 29% (DUARTE, 1995: 48). Portanto, a 3ª pessoa aparece novamente nesta pesquisa como a última a ser impactada pelo massivo uso da forma plena. Todos estes fatos levaram Duarte (1995) a sustentar que o atual sistema está em fase de “mudança paramétrica”. Para a autora, “o PB atual convive com um sistema agonizante, em que ainda se refletem as características *pro-drop*, e um sistema em desenvolvimento, em que a 'riqueza funcional' perdida já não permite a identificação de *pro*” (DUARTE, 1995: 141).

Mais recentemente, Berlinck, Duarte e Oliveira (2009), que como dissemos anteriormente trabalharam com dados do NURC de 5 capitais brasileiras, encontraram, na análise do sujeito referencial de sentenças finitas, um comportamento semelhante nas três pessoas do discurso. Na 1ª pessoa, os sujeitos expressos atingiram 76% para os usos no singular e 78%, para os usos com plural. Na 2ª pessoa, nas regiões onde o pronome utilizado é “você”³¹, os expressos chegam a 85% para os usos no singular e 88% quando há plural. Na 3ª pessoa, o preenchimento do sujeito pronominal tem produtividade de 78% no uso feito no singular e 71%, no plural. As autoras alertam que os elevados índices de sujeitos expressos encontrados podem ser explicados pelo fato de que boa parte das sentenças analisadas ocorreu em contexto em que o referente apresentava traço semântico [+humano], o que, como veremos na próxima seção, favorece a forma expressa.

Se os resultados de Berlinck, Duarte e Oliveira (2009) não questionam a tese de que o PB está deixando de ser um língua *pro-drop* em função do enfraquecimento (ou empobrecimento) do paradigma flexional, responsável pela concordância entre sujeito e verbo, já que a igualdade de comportamento nas três pessoas foi justificada pela presença do traço [+humano], essa tese foi seriamente questionada dois alguns estudos. Um dos mais importantes trabalhos de contestação é Negrão & Müller (1996). Para as autoras, se a trajetória da flexão é a raiz do processo de mudança, era de se esperar que o maior preenchimento do sujeito ocorresse na 2ª e na 3ª pessoas, não mais diferenciadas morfologicamente (“Você canta” / “Ele canta”), e menos na 1ª pessoa, facilmente recuperada pela flexão (“Eu canto”). Os fatos, entretanto, não comprovam tais expectativas, de modo que não há diferenças significativas entre a 1ª e a 2ª pessoas, além do fato de que o processo de mudança rumo ao preenchimento evolui menos na 3ª pessoa.

As autoras ainda apontam que a proporção de vazios e expressos se mantém havendo ou não concordância do verbo com o sujeito. Com isso afirmam que “... o padrão de preenchimento para a posição de sujeito quando o verbo está na 3ª pessoa do singular independe da presença ou ausência de uma ‘concordância’ entre os traços morfológicos do verbo e a pessoa do sujeito” (NEGRÃO & MÜLLER, 1996: 138). Isso não permite inferir que o “enfraquecimento da concordância” é a causa do aumento dos sujeitos pronominais expressos.

³¹ É também maioria nas ocorrências com tu, com ou sem a sua marca canônica na desinência verbal.

Além disso, segundo as autoras há uma tendência à estabilização da proporção de sujeitos plenos e de nulos, já que a comparação dos dados do início da década de 1980 para o início da década de 1990 mostraria até uma redução no uso dos sujeitos expressos (de 80% para 65%)³².

Negrão & Müller (1996) apresentam, então, sua interpretação de que o processo não é o de “substituição”, mas configura-se em uma “especialização de formas” em contextos específicos. Neste sentido, a categoria vazia teria se especializado nos contextos em que aparece presa, ou seja, nos quais há um SN antecedente ou um que-relativo que permita sua recuperação pelo falante.

Subsidiando esta análise está a noção de que o PB é uma língua orientada para o discurso, e, sendo assim, a flexão tem uma reduzida importância na recuperação dos seus vazios. Por isso, perdeu sua capacidade de determinar a proporção de sujeitos preenchidos ou nulos:

[...] because BP is a discourse-oriented language that can express the informational content of the sentence constituents in the overt syntax, and because the recoverability of interpretation of empty categories is done via the discourse prominence, the role of the inflectional makers has decreased, to the point that may no longer be necessary (NEGRÃO & VIOTTI, 2000: 109).

Além disso, é preciso considerar que mesmo com o enfraquecimento do paradigma pronominal, há certos contextos em que a categoria vazia é necessariamente a única opção. É o que aponta Modesto (2000) a partir dos exemplos abaixo:

(5) O Pedro₁ disse que cv₁ / ele₁ ganhou na loto.

(6) Ninguém₁ disse que cv₁ / ele^{*}₁ ganhou na loto.

Como se pode ver, a ocorrência do sujeito pleno e do sujeito vazio depende da "natureza" do seu antecedente. Em sentenças como (5) onde o antecedente "Pedro" apresenta traço [+específico], o sujeito pronominal da encaixada que o toma por

³² Mas, nesse ponto, devemos explicitar que as autoras correram o risco de comparar índices advindos de corpora diferentes, além de diagnosticarem a estabilização a partir de uma série temporal por demais reduzida.

antecedente pode ser vazio ou expresso. Entretanto, em (6), cujo antecedente é o quantificador indefinido "ninguém", a única possibilidade para se evitar a agramaticalidade é um sujeito nulo.

Outro questionamento do diagnóstico de que o processo de mudança no uso do sujeito nulo no PB se deu em função do enfraquecimento da concordância verbal encontramos em Oliveira (2002a). A autora coloca em cheque o papel da entrada de “você” no lugar de “tu” como fator detonador do processo de redução do quadro de flexões verbais e seu conseqüente efeito no uso de sujeitos nulos. Segundo o seu argumento, “você” não poderia ser o responsável por este processo já que sua entrada no sistema é posterior às mudanças que tal inserção teria acarretado. Para a autora, “você” tem origem em “vossa mercê” e substituiu, mais tarde, não “tu”, mas “vós”.

Nessa nova interpretação, o processo de enfraquecimento da concordância observado no PB tem sua origem ainda no Português Medieval com a queda do /d/ intervocálico nas formas verbais de 2ª pessoa. Este processo resultou em duas gramáticas diferentes. A primeira, atestada pela maior parte das gramáticas históricas, recompôs a diferenciação entre a 2ª do singular e a do plural, equacionando o hiato criado com a queda da consoante intervocálica, por meio da semivocalização, opondo o morfema <-s> (singular) ao morfema <-is> (plural). Esta gramática teria gerado o PE. A segunda, a que gerou o PB, foi identificada pela autora nos textos da *Demanda do Santo Graal* e *Cronica de D. Pedro de Meneses*, e levou à neutralização das formas de plural e singular da 2ª pessoa, já que foi resolvida por meio da crase. Ou seja, ao contrário do que sustenta Roberts (1996), o processo de enfraquecimento do paradigma flexional do verbo no Brasil tem sim origens em mudanças fonológicas.

2.4.5 O traço semântico

A questão da distribuição de vazios e expressos em função do traço semântico do referente foi analisada por Duarte (1995), que identificou a influência do contexto marcado pelo traço [+animado] do referente, favorecendo o preenchimento dos sujeitos na fala culta carioca. Considerando todos os grupos de falantes, nesse contexto os sujeitos expressos de 3ª pessoa atingiram 68% nas referências definidas. Referentes animados mostraram uma

produtividade acima de 80% (DUARTE, 2003a). Estes fatos confirmam a importância da questão da animacidade para a avaliação da distribuição de sujeitos vazios e plenos.

Se este é o funcionamento para a oralidade, vejamos como esta questão apareceu nos estudos que se dedicaram à análise da escrita. Paredes da Silva (1988) constatou que, nas cartas pessoais cariocas, os contextos de referente inanimado levaram a um percentual de sujeito vazio de 57%. Nas sentenças em que o referente era animado, este número se reduziu para 47%, havendo, portanto, um maior equilíbrio na distribuição entre sujeitos expressos e vazios.

Já Duarte (2007), que analisou essa mesma questão no *corpus* de escrita formado por textos jornalísticos, também constatou a pertinência desse fator. Seus resultados mostram que em contextos marcados pelo traço [+animado] o sujeito preenchido atingiu 55% dos casos; na presença do [-animado] essa produtividade se reduziu a 39% das ocorrências³³.

A questão do traço semântico foi analisada de forma mais ampla por Cyrino, Duarte & Kato (2000), que propuseram uma interpretação alternativa para a questão da trajetória do sujeito preenchido no PB. O processo de mudança teria sido norteador pela Hierarquia Referencial e pela Hipótese de Mapeamento Implicacional, descritos a seguir:

"I. Referential Hierarchy

non-argument	proposition	[-human]	[+human]
		3rd p.	2nd. p. 1st. p.
-specif.			+specif.
[-ref]<-----			[+ref]

II. The Implicational Mapping Hypothesis

- the more referential, the greater the possibility of a non-null pronoun.
- a null variant in a specific point on the scale implies null variants to its lefts, in the referential hierarchy" (CYRINO, DUARTE & KATO, 2000: 59)

³³ Para as amostras do PE, a autora identificou que o traço semântico não se mostrou relevante nem do ponto de vista do percentual de sujeitos expressos, nem do ponto de vista de seu peso relativo.

Realizando um trabalho diacrônico, as autoras constatarem que o aumento do sujeito pleno no PB se deu da direita para a esquerda na "hierarquia referencial" acima descrita:

"The spread of the change, as can be seen, confirms our hypothesis: the more referential items were the first to become phonetically substantive. Subjects referring to a proposition or to a non-human entity have been more resistant to a change" (CYRINO, DUARTE & KATO 2000:64)

Como aponta Kato (2006), o esquema apresentado acima permite a interpretação do processo de mudança como uma "sub-parametrização" das línguas (não como mudança de parâmetro), no quadro teórico que divide as línguas a partir do parâmetro do sujeito nulo. Nesse sentido, uma das possibilidades seria imaginar que o PB manterá os nulos não referenciais, como hoje ainda ocorre, e isto não seria incompatível com a teoria.

Para que a mudança paramétrica pudesse se tornar uma realidade no PB seria necessário que o pronome "ele", hoje já utilizado para coisas inanimadas, passasse a ser utilizado como um expletivo. De fato, o preenchimento de posições pré-verbais não-referenciais vem sendo feito pelos brasileiros com a utilização de elementos lexicais referenciais (KATO, 2006: 301), como mostram as sentenças (7) e (8) abaixo:

(7) cv Tem prédios bonitos em São Paulo.

(8) São Paulo tem prédios bonitos.

(9) cv Custou-lhe muito chegar lá.

(10) Ela custou muito a chegar lá.

2.4.6 Estrutura CP

Passemos agora aos condicionamentos sintáticos estruturais, analisando a configuração da estrutura CP.

Vejamos primeiro a posição de Spec de CP. Esta é ocupada por pronomes relativos ("que", "o qual", "onde", etc.), nas sentenças relativas e por pronomes interrogativos ("que", "quem", etc.), nas sentenças interrogativas - sejam elas indiretas ou diretas.

Duarte (1995) aponta que sempre que a posição de Spec de CP está preenchida - o que ocorre quando há a presença de pronomes relativos ("que", "o qual", "onde", etc.) ou de pronomes interrogativos ("que", "quem", etc.) - o percentual dos sujeitos plenos aumenta. Assim, quando o preenchimento dessa posição é feito por um pronome relativo somente 7% dos sujeitos são vazios. É o que ocorre em sentenças como (11) abaixo, que retiramos do trabalho da autora, no qual se observa a presença do pronome "onde" e a forma pronominal expressa "eu":

(11) Talvez tenha sido entrevistado onde eu morei.

Os dados da autora indiciam que as interrogativas diretas e indiretas também favorecem o sujeito expreso, que mostram frequência de 8% e 18%, respectivamente. É o que ocorre na sentença (12) e na (13), a primeira interrogativa direta e a segunda, indireta:

(12) Mas aí o que que ele vai fazer?

(13) Você poderia dizer em que funções o Estado não está atuando e em que funções ele poderia atuar para a vida na cidade melhorar?

Dos resultados obtidos nas sentenças com a presença do pronome relativo e do pronome interrogativo (nas construções diretas e indiretas), Duarte (1995) confirma que o preenchimento da posição de Spec de CP favorece amplamente o uso do sujeito plenamente realizado, tendo sido fundamental no processo de perda do sujeito vazio no PB.

Nas orações com C^0 preenchido, o percentual de nulo atinge 26% dos casos, segundo Duarte (1995). Esta posição é preenchida por uma conjunção integrante como "que" em sentenças como (14) ou ainda nas adjuntas pospostas como (15), nas quais conjunções como "se" ou "quando", dentre outras, fazem essa função:

(14) Mas ele₁ sentiu que cy₁ era o único ali novo. E ele tinha de ir à luta.

(15) Ele₁ tremeu quando cy₁ foi tirar foto lá do cara.

Como se pode ver nos exemplos acima, esses são contextos em que há a possibilidade de co-referência, ou seja, a categoria vazia que faz a função de sujeito recupera o referente a partir de um antecedente por ela facilmente acessada. Isso explica por que esse contexto aumenta o percentual de não expressos. Mas contextos de co-referências obrigam, em línguas como o italiano e o PE, o uso do sujeito nulo, o que faz com que possamos considerar baixo o percentual obtido nesta amostra do PB³⁴.

Por último, as sentenças com CP vazio, ou seja, as que nem Spec de CP, nem C° estão preenchidos - o que ocorre nas orações principais e nas independentes, apresentam, segundo Duarte (1995), 35% de vazios, sendo, portanto, um dos contextos de resistência do nulo frente ao avanço do sujeito pleno. A sentença (16), abaixo, exemplifica o uso do nulo neste contexto:

(16) A garota₁ é nova. cv₁ abandonou a profissão para se dedicar ao marido.

Com base na análise realizada por Duarte (1995), podemos agora realizar uma síntese: o preenchimento de CP favorece o preenchimento dos sujeitos sentenciais; enquanto o CP vazio, por outro lado, aumenta a produtividade do sujeito vazio.

Antes de terminarmos este item, gostaríamos de apontar que esta análise de Duarte (1995), ao nosso ver, favorece mais a argumentação de Negrão & Müller (1996) do que sua própria tese central que vê na perda da “riqueza flexional” do paradigma flexional do PB a causa da intensificação do uso de sujeitos expressos. A estrutura CP é exatamente a “parte” da sentença que estabelece o vínculo com o discurso. O seu preenchimento interfere no acesso que o pronome tem a seu antecedente e/ou referente, levando o usuário da língua a evitar, em função disso, o sujeito vazio. No mesmo trabalho em que argumenta em favor da tese do enfraquecimento flexional, Duarte encontra um motivo estrutural para explicar o fenômeno de mudança que estuda. Aliás, na mesma direção caminha sua análise da estrutura IP, que exporemos no próximo item.

³⁴ No total das sentenças marcadas pela co-referencialidade, 32% são sentenças de sujeito nulo, segundo Duarte (1995, 1996a).

2.4.8 Acessibilidade pronome-antecedente

Uma outra forma de estudar a questão é comparar a posição do pronome (vazio ou expreso) em relação ao seu referente, identificando as condições de acessibilidade. Isso foi feito por Barbosa, Duarte & Kato (2005) que classificam as sentenças do *corpus* constituído por textos escritos em jornais para o estudo em quatro tipos, focando nos pronomes de 3ª pessoa:

Sentenças do Tipo I: são aquelas em que o sujeito em questão está em uma subordinada, retomando o antecedente que está na oração principal, como temos a seguir³⁵:

(20) Mas as pessoas₁ querem continuar como cv₁ estão a qualquer preço

Sentenças do Tipo II: são aquelas em que o sujeito em questão se encontra em sentença adjacente à de seu antecedente, ou seja, sem a presença de outra interveniente, como em (21).

(21) O Dudu é o devagar. Ele₁ não bebe, não fuma, mas tem outras virtudes.

Sentenças do Tipo III: são aquelas em que o sujeito e seu antecedente estão em sentenças intermediadas por outra.

(22) Quando as pessoas do Sul₁ descobriram o Brasil, as culturas se uniram. Conseqüentemente, hoje já não sou mais uma criatura tão regional. cv₁ Passaram a compreender melhor a cultura do nordeste.

Sentenças do Tipo IV: sentenças em que o antecedente do sujeito não tem essa função sintática, o que exemplificamos a seguir:

(23) Já conversei com alguns autores₁ e eles₁ sempre se mostraram interessados, acessíveis.

³⁵ Retiramos todos exemplos do trabalho de suas autoras.

Barbosa, Duarte & Kato (2005), analisando o material de PB e do PE segundo essa classificação, apontam que do padrão de sentença I para o IV há em ambos, grosso modo, um aumento do preenchimento do sujeito. Mas, no PE, nenhum desses contextos determina que o sujeito pleno seja a forma predominante, como podemos ver na tabela abaixo.

Tabela 12: Sujeito Preenchido de acordo com o modelo estrutural

Padrão	PE	PB
I	1/40 (3%)	5/23 (22%)
II	6/55 (11%)	20/48 (42%)
III	8/28 (29%)	21/28 (75%)
IV	8/24 (33%)	13/23 (57%)

Como se pode ver na Tabela 12, o PB se comporta de forma bastante distinta. Nas sentenças do padrão III, em que há uma sentença interveniente entre o pronome e o seu antecedente, e nas sentenças do padrão IV, em que a falta de paralelismo de função entre o sujeito pronominal investigado e seu antecedente, os brasileiros optariam de forma predominante pelo preenchimento do sujeito.

Resultados semelhantes são obtidos por Duarte (2007) que analisou seus dados recolhidos de *corpus* formado também por textos escritos publicados na imprensa de acordo com essa mesma tipologia de sentenças. Para a autora, os resultados mostram que o PE tem um comportamento de língua de sujeito nulo, aumentando a produtividade do sujeito pleno nos casos de mudança de referência (padrão III e IV), mas mantendo-o entre 13 e 18%. “Os índices percentuais para o PB, por outro lado, ainda mostram a força do padrão I na manutenção do sujeito nulo, com .24 de peso relativo e 27% de sujeitos preenchidos – o que não é pouco se comparado ao percentual obtido para o PE [5%]. O padrão II já apresenta .48 de peso relativo e 50% de preenchimento, o que ainda indica sua atuação em favor do sujeito nulo; nos demais, já é claro o preenchimento na escrita dos jornais”³⁶. (DUARTE, 2007: 98).

Duarte (2003a), que avaliou a questão na fala não-culta carioca, também confirma a influência da acessibilidade do pronome ao seu antecedente como fator relevante para a

³⁶ No modelo variacionista laboviano, o peso relativo é o índice que mede o grau de importância de uma variável para a ocorrência de uma dada variante.

definição da distribuição de nulos e plenos também na fala não-culta carioca. Em seu estudo de tendência, a autora encontra resultados dispostos na Tabela 13:

Tabela 13: Sujeitos Expressos e as condições de referência – Fala não-culta

Condicionamento	Amostra anos 1980		Amostra anos 2000	
	%	P.R.	%	P.R.
Referente sintaticamente acessível	78	.45	80	.48
Referente não acessível	91	.71	82	.57

Para a autora,

... embora todos os índices percentuais sejam igualmente elevados, os contextos em que o referente esteja acessível sintaticamente ainda favorecem o não preenchimento do sujeito. A distância entre os pesos relativos, entretanto, é bem menos na Amostra 00 [dos anos 2000], o que é previsível num sistema que marca com tanta frequência até mesmos os referentes esperados (DUARTE, 2003a: 123).

2.4.9 Estrutura IP

Passemos, então, ao nódulo da categoria funcional IP. O sujeito vazio é favorecido, segundo Duarte (1995), pela presença de um elemento entre Spec de IP, posição do sujeito da sentença, e I^0 , local em que está o verbo e a flexão, atingindo percentual de 36%. Portanto, traduzindo para os não-gerativistas, quando entre o sujeito e o verbo, há uma partícula de negação ("não"), ou pronomes clíticos ("lhe", "me", etc.) ou advérbios (como "já", "sempre" etc.), o uso do nulo se faz mais frequente comparativamente aos contextos em que não há esses elementos intermediadores. Vejamos os exemplos a seguir:

(17) cv Não agüentou o tranco.

(18) cv Me tornei um pouco mais independente.

(19) cv Já trabalhava naquela época.

Interessante notar que Duarte mais uma vez aponta um fator estrutural, a presença de elementos adjuntos à IP, para explicar a distribuição de vazios e expressos nos sujeitos

pronominais. Como vimos na introdução, IP é o nóculo sentencial que guarda a flexão verbal. Mas o que nos parece estar em jogo aqui, não é este fato, mas uma certa competição entre os elementos que podem adjungir ao nóculo da flexão e o elemento em Spec de IP - “competindo”, de certa forma, com um sujeito expreso. Assim como na análise feita da configuração de CP, há novamente um afastamento de sua tese principal que vê no empobrecimento do paradigma flexional a causa da perda de produtividade do sujeito vazio.

2.4.10 Ordem SV *versus* ordem VS

O processo que levou a um uso preferencial de sujeitos expressos no PB foi associado a um outro processo de mudança lingüística no que diz respeito à ordem sentencial. Berlinck (2000) mostrou que a ordem VS (Verbo-Sujeito) era predominante até a primeira metade do século XVIII. No material que analisa datado de 1780, entretanto, a ordem SV já representava 76% dos casos. O século XIX consolida esta situação de predominância da ordem SV, que manteve produtividade em torno de 90%. No século XX, os dados da autora confirmam que esta ordem atinge 94% dos casos em 1930, chegando a 96% dos usos nos materiais datados de 1970-1990 (BERLINCK, 2000: 183).

Os casos de sentenças com ordem VS só mantêm produtividade relevante nos contextos de verbos inacusativos, ou ainda, nos usos com verbos auxiliares.

Estes dados mostram, portanto, que de fato o fenômeno que levou à massificação dos sujeitos expressos no PB não ocorreu de forma isolada, sendo acompanhado (ou antecedido) por um processo que alterou a ordem sentencial preferencial dos brasileiros, da ordem VS para a ordem SV.

2.5 Sujeito vazio e expreso como objeto para estudo da História Social da Língua

Como vimos, a intensificação do uso de sujeitos plenos no PB se deu a partir das primeiras décadas do XX (DUARTE, 1996; TARALLO, 1996). Para a cidade de São Paulo, este período é marcado por transformações, havendo um processo de diversificação do ponto de vista populacional, econômico, cultural e sociais, em um processo de modernização que não excluiu todos os elementos tradicionais da vida da cidade.

Um dos elementos tidos pela historiografia como fator de inovação e modernização da cidade foi a chegada dos imigrantes, que, como mostramos no capítulo 1, em geral tinham uma origem rural. E um fator que poderia determinar os rumos da “batalha” travada entre os pronomes vazios e expressos no interior da língua falada e escrita na cidade de São Paulo era, sem dúvida, a pressão das línguas maternas dos estrangeiros que se fixaram na capital no período. Desse ponto de vista, considerando que as três nacionalidades predominantes dentre tais imigrantes – italiana³⁷, portuguesa e espanhola - eram portadoras de uma gramática que favorecia o sujeito vazio, é de se estranhar que a fala paulistana tenha mantido, no decorrer do século XX, o mesmo comportamento das demais variedades do PB, ou seja, favorecendo de forma progressiva o uso dos sujeitos plenos em detrimento aos sujeitos não expressos.

Então, cumpre perguntarmos: que impactos estes fatos histórico-sociais trouxeram na trajetória do sujeito vazio descrita pelos estudos que resenhamos anteriormente? Colaborou no sentido de acelerar o preenchimento do sujeito pela elite paulistana ou funcionou como freio à mudança?

Por outro lado, a transferência dessa elite do interior para a cidade de São Paulo não apagou sua raiz rural de uma hora para outra. Afinal, a primeira geração desses indivíduos cresceu em cidades do interior ou nas fazendas. Além disso, como vimos no Capítulo 1, esta elite manteve, em função de suas relações econômicas, um contato constante com o universo do interior do Estado, no contexto da economia cafeeira. E isso nos coloca mais uma questão: como se configurava na fala das populações “caipiras” a questão do preenchimento do sujeito? A partir da resposta a essa questão, deveremos ver que aproximações havia entre a gramática da elite paulistana com aquela que genericamente englobaremos no “dialeto caipira”. Na questão do processo de mudança rumo ao maior preenchimento do sujeito, a elite se aproximou ou repeliu a padrão dos habitantes do interior?

Buscando resposta a essas questões, a proposta que fazemos aqui exigirá um maior diálogo entre os dados lingüísticos e os dados sócio-históricos. Os estudos apresentados no presente capítulo colaboraram em muito para o entendimento do processo de variação e de

³⁷ Não encontramos estudos sobre os dialetos italianos no início do século XX para nos certificarmos de que todos os grupos de imigrantes italianos eram portadores de línguas que admitiam sujeito vazio. Entretanto, atualmente tanto o Italiano standard, como os dialetos do norte, do centro e do sul da Itália permitem sentenças finitas com sujeito não-expresso (D’ALESSANDRO, LEDGEWAY & ROBERTS, 2009: 4).

mudança lingüística ocorrido no interior do PB. Mas o aspecto histórico dessa mudança procurou não ultrapassar as fronteiras da análise lingüística. A inclusão de variáveis sociais como fatores explicativos para a mudança, quando realizada, limitou-se a provar estatisticamente a sua relevância e o seu impacto sobre a produtividade das variantes vazia e expressa do sujeito, sem aprofundar de fato sobre as interações entre o dado social e o dado lingüístico.

Para colocarmos em prática uma pesquisa que supere essas limitações, passemos, agora, a explicitar nossos pressupostos teóricos e o tratamento metodológico que proporemos para responder essas questões, o que faremos nos capítulos seguintes.

Capítulo 3 - Perspectiva Teórica: uma proposta para se fazer História Social da Língua

Introdução

A pesquisa na área de História Social da Língua requer do pesquisador uma postura de rompimento com a especialização que as ciências modernas realizaram. Ainda que tais especializações tenham gerado um grande desenvolvimento do conhecimento, a língua tomada numa perspectiva histórica e social é um objeto trans-sistêmico, e, por isso, não pode ser analisada com viés fragmentado. Ou seja é preciso romper, ou ao menos relativizar, as fronteiras entre a língua, a cultura e a história e seus correlatos disciplinares - Lingüística, Sociologia, Antropologia, História, etc.

Para subsidiar nossa pesquisa buscamos um aparato teórico que tratasse a língua desse modo e superasse as oposições entre o seu aspecto de estrutura internalizada nos indivíduos e sua concepção como produto social. Queríamos assim uma proposta teórica que sustentasse que a língua é um processo mental/cerebral, herdado biologicamente de nossos ascendentes, e, ao mesmo tempo, que concebesse que esta só ganha significação e sentido no seu uso social³⁸.

Partiremos das propostas que herdamos da tradição dos estudos lingüísticos realizados no Brasil, e que isoladamente constituem programas científicos bastante distintos: o gerativismo de Noam Chomsky e a sociolingüística de William Labov.

A proposta gerativista, como veremos, foca naquilo que Chomsky mesmo definiu como sendo Língua-I, ou seja, a estrutura internalizada na mente/cérebro do falante. Seu modelo tem a preocupação de propor um dispositivo mental, entendido como um "órgão" ou sistema do corpo humano, o qual, depois de desenvolvido, capacita o indivíduo a gerar infinitas sentenças, a partir de recursos finitos, em um processo regido por Princípio (invariáveis trans-lingüísticamente) e por Parâmetros (que fixam a linguagem humana nas diversas línguas naturais).

William Labov, por sua vez, é conhecido como o grande nome da Sociolingüística Variacionista. Trabalhando numa perspectiva de Língua-E, para ele, a língua deve ser

³⁸ Como veremos adiante, a pesquisa lingüística no Brasil tem procurado romper com tais limitações. Entretanto, sentimos falta de um modelo teórico explícito que subsidie esta prática de pesquisa.

entendida como produto social que só ganha sentido em uso. Sua proposta propõe correlacionar fatores internos à língua e fatores sociais para estudar um dado fenômeno lingüístico. Na sua concepção, a língua é marcada pela heterogeneidade e pelo dinamismo. Daí seu foco ser direcionado para o estudo da variação e da mudança lingüística, esta última entendida como a faceta diacrônica da primeira. Em Labov, não há a preocupação de criar um modelo que explique como a linguagem é estruturada individualmente e como, a partir daí, é colocada em uso.

Após o estudo separado desses teóricos chegaremos à proposta de conciliação entre Chomsky e Labov levada adiante pelos lingüistas brasileiros, cuja formalização teórica se deu em torno da “harmonia trans-sistêmica” de Tarallo & Kato (2009) e dos trabalhos realizados com base na chamada “sociolingüística paramétrica” ou “variacionismo paramétrico”. Nessa perspectiva, as mudanças paramétricas sugeridas pelo gerativismo são estudadas num modelo em que fatores internos e externos à língua podem ser relevantes, à maneira dos estudos labovianos.

Nós avaliaremos tal conciliação, enquanto teoria lingüística capaz de descrever e explicar a linguagem (CHOMSKY, 1970). Procuraremos mostrar que embora atendam ao critério da “adequação descritiva” apresentam problemas quanto à “adequação explicativa”, critérios almejados pela Teoria de Noam Chomsky e que, entendemos, devem ser mantidos por uma pesquisa que pretende contribuir para o estudo da História Social da Língua, numa perspectiva de lingüistas.

Para superar essa lacuna estudaremos a proposta de Pierre Bourdieu. A teoria do sociólogo francês, que de forma idêntica a Labov trabalha com o conceito de Língua-E, tem a grande vantagem de propor um modelo explicativo de como o social é internalizado pelos indivíduos para a partir daí gerar os produtos de sua linguagem. Sugere, para isso, a substituição do conceito chomskyano de “competência lingüística” pelo de “capital lingüístico”, entendido como aquilo que dá ao indivíduo capacidade de produzir expressões lingüísticas ou discursos significativos socialmente³⁹. Para isso, supõe um modelo que, assim como o de Chomsky, tem característica gerativa, permitindo ao indivíduo a produção infinita de discursos, em um processo regulado pelo *habitus* lingüístico. Como veremos, o

³⁹ O modelo de Chomsky se propõe a explicar como as sentenças de uma língua são geradas. O modelo de Bourdieu fala em geração de expressões lingüísticas ou de discursos e, portanto, supera o nível de linguagem estudado pelo gerativismo chomskyano.

habitus é o sistema de disposições acumuladas social e historicamente, e que deve ser internalizado pelo usuário da língua. Ele servirá para a seleção do que pode ser falado e daquilo que deverá ser silenciado. Os produtos lingüísticos produzidos por esse sistema serão lançados no mercado lingüístico, onde concorrerá com outros produtos de outros agentes (outros falantes ou interlocutores). O mercado, assim como o que encontramos na Economia, é marcado pela distribuição desigual do capital (lingüístico) entre os agentes, de modo que alguns discursos e suas formas (sintaxe, fonética, etc) trarão um maior lucro ou poder simbólico que outros.

A partir daí, iremos propor um arcabouço teórico que denominamos "Modelo Gerativo Trans-Sistêmico". Com ele, procuraremos explicar as expressões lingüísticas/discursos como produtos que são gerados no "módulo gerativo estendido", constituído pela "Competência Lingüística" descrita por Chomsky e pelo "Capital Lingüístico" proposto por Bourdieu, e ofertados em um dado mercado lingüístico, caracterizado pela variação e pela heterogeneidade, tal qual encontramos na concepção de língua de Labov.

Antes de iniciarmos, gostaríamos de explicitar a concordância com defesa feita por Kato (1997) para que as pesquisas lingüísticas sejam feitas não por uma perspectiva de "-ismos" que não dialogam, mas por uma perspectiva de programas de pesquisa.

No entanto, discordamos desta autora no que concerne à proposta de que devemos compreender as diferenças nas "teorias sintáticas" que geram denominações como "estruturalismo", "gerativismo", "funcionalismo", "sócio-variacionismo", etc., como estágios de um único programa de pesquisa, que foi evoluindo ou se transformando através do tempo.

Em nossa visão, um programa de pesquisa bem definido carrega pressupostos e instrumentos apropriados às perguntas que se propõe a responder. Cada um desses "-ismos", numa perspectiva de programa de pesquisa científica, tem preocupações diferentes e lidam com objetos de pesquisa específicos.

As relações de parentesco e de sucessão que podem existir entre esses programas não desembocam em um único programa, mas apresentam ramificações variadas. Assim, pode-se argumentar que o "estruturalismo saussuriano" desembocou no "gerativismo", mas este hoje convive com outros programas que, mesmo sendo também tributários do mesmo

"estruturalismo", não possuem uma relação de continuidade com a teoria lingüística proposta por Noam Chomsky.

Isso não implica que não possa haver diálogos entre essas ramificações (esses programas). Ao contrário, exatamente por serem programas diferentes, podem estabelecer entre si relações de complementaridade.

Entendemos com ressalvas as críticas radicais que os cientistas que trabalham dentro um programa científico específico fazem às outras propostas, porque no fundo não lidam com o mesmo objeto, nem tomam o objeto pelo mesmo ponto de vista. A avaliação de um programa de pesquisa não pode ser realizada com os critérios e conceitos de outro programa de pesquisa quando estes têm objetivos distintos.

A divisão proposta por Chomsky (1986) entre os cientistas que tomam por objeto a "língua-E" e aqueles que, como ele, focam na "língua-I" nos parece crucial. Programas científicos que partam de uma dessas perspectivas necessariamente se diferenciam das que partem da outra, em termos de pressupostos, hipóteses e metodologia de tratamento de dados. Nesse sentido, uma opção não deve ser considerada "erro" ou "equívoco" se estiver adequada ao que se propõe responder.

O presente trabalho tem a pretensão de construir uma análise de um objeto de História Social da Língua, numa perspectiva não de historiador, mas de um lingüista. E enxergamos nesta possibilidade de complementaridade entre os programas dedicados à Língua-I e aqueles que focam na Língua-E o melhor caminho para estudar objetos nesta área. Isso nos leva a realizar um esforço de colocar em uma mesma mesa perspectivas teóricas distintas para trabalhar para um fim comum e atender ao programa científico que nós almejamos.

3.1 Noam Chomsky e o Gerativismo

Noam Chomsky revolucionou os estudos da Lingüística quando levou a cabo o que se convencionou chamar de "Gerativismo" ou "Gramática Gerativa". Trazendo para a Lingüística a perspectiva das Ciências Cognitivas, para as quais muito também contribuiu, sua proposta implicou em uma mudança importante de foco: "do estudo do comportamento e de seus produtos (como os textos) para os mecanismos internos envolvidos no pensamento e ação" (CHOMSKY, 2005: 33).

Para entender melhor essa mudança de perspectiva, devemos recorrer a Chomsky (1986), trabalho no qual o lingüista norte-americano explicitou a mudança de visão trazida pelos trabalhos gerativistas em uma questão básica, mas fundamental: a concepção do que é a língua. Assim, uma primeira perspectiva é a sustentada pela lingüística tradicional -e facilmente encontrada nas asserções feitas pelo senso comum⁴⁰, que concebe a língua de forma externalizada, extensional e social, visão esta que é denominada por Chomsky como a Língua-E. É o que está por trás da noção saussuriana de língua como produto social, ou ainda, no entendimento da língua como sistema de oposições de sentenças ou de eventos. A língua-E subjaz à noção Bloomfieldiana⁴¹ que concebe a língua como coleção de individualidades agrupadas sob um mesmo comportamento lingüístico a formar as comunidades de fala. Poderíamos acrescentar aqui que trabalham com o conceito de Língua-E os sociolingüistas que procuram relações entre as questões sociais e os fenômenos lingüísticos. Todos esses pesquisadores, mesmo pertencendo a correntes significativamente diferentes, têm em comum a preocupação com o comportamento lingüístico ou seus produtos finais, e, portanto, com a Língua-E.

O Gerativismo colocou em pauta um programa científico baseado em uma outra concepção de língua, denominado por Chomsky de Língua-I. Este conceito já estava presente no trabalho do lingüista dinamarquês Otto Jespersen, que sustentou que há uma "noção de estrutura" na mente do falante, e que está definida de forma suficiente para guiá-lo na composição de suas próprias sentenças e na criação de expressões livres, que podem ser novas para o falante e para os seus ouvintes. Assim, o conceito de Língua-I entende a linguagem como interna, individual e intensional. Esta perspectiva é, portanto, mentalista, preocupando-se com os processos e mecanismos internos, mentais, que formam o conhecimento lingüístico e determinam o uso de uma língua.

Ao optar pela Língua-I, Chomsky procura respostas nos processos internos, mentais e biológicos, que levam o homem a adquirir e a fazer uso da linguagem. E com esta delimitação, as concepções de língua como produto social, ou como algo definido somente no entorno das comunidades de um mesmo comportamento lingüístico, de pouco

⁴⁰ Chomsky cita a diferenciação que se faz no senso comum da separação entre um dialeto e uma língua. Assim, falamos na existência do "Chinês" que contém dialetos, ignorando o fato de que muitos desses dialetos são tão diversos entre si como as línguas românicas se diferenciam uma das outras.

⁴¹ O termo se refere a Leonard Bloomfield, lingüista ligado ao estruturalismo behaviorista norte-americano.

adiantariam. O foco do programa de pesquisa deveria, na proposta gerativista, voltar-se, então, para os estados da faculdade da linguagem:

A preocupação básica consiste em determinar e caracterizar as capacidades lingüísticas de indivíduos particulares. Preocupamo-nos assim com estados da faculdade da linguagem, entendidos como constituindo alguma série de características e capacidades cognitivas, uma componente particular da mente/cérebro humanos (CHOMSKY & LASNIK, 1999: 52).

Entendida dessa forma, a língua é para Chomsky um fenômeno individual, um sistema de representação na mente/cérebro de um indivíduo particular. A partir desse ponto de vista, Chomsky argumenta que é impossível encontrar dois indivíduos que dividam exatamente a mesma língua (Língua-I), ainda que sejam gêmeos que cresceram no mesmo meio social. Portanto, a noção de comunidade lingüística no gerativismo só poderia ser utilizada para reunir indivíduos com linguagem similar, ou falando tecnicamente, com línguas-I semelhantes, o que permite que entre eles possa existir comunicação (CHOMSKY, 1988: 36).

O gerativismo toma por objeto, então, a faculdade da linguagem, seu estado inicial e os estados que atingirá após seu desenvolvimento. Esta faculdade é entendida por Chomsky como uma propriedade que individualiza e define a espécie humana: "A faculdade humana da linguagem parece ser a verdadeira 'propriedade da espécie', variando pouco entre os seres humanos e sem um análogo significativo em outro domínio" (CHOMSKY, 2005: 29).

Para expor o modelo gerativista proposto por Chomsky não pretendemos aqui, nessa breve resenha, responder todas questões tratadas pelo seu programa de pesquisa. Antes responderemos àquelas que acreditamos ter os elementos de que precisamos para posteriormente propor a concepção que norteará nosso trabalho.

Assim, entendemos que primeiramente é importante definir o que é este sistema de conhecimento lingüístico adquirido pelo falante. Para Chomsky, o que cada indivíduo adquire é a língua-I, capaz de gerar suas expressões lingüísticas. Esta deve permitir especificar a forma e os significados dos itens lexicais, bem como o tratamento adequado das expressões mais complexas da língua. Ao adquirir a língua-I, o falante desenvolve sua "competência lingüística", ou seja, o saber e o conhecimento sobre uma dada linguagem.

É muito importante perceber que esse conhecimento, este saber sobre a linguagem, independe do falante ter ou não consciência desses fatos. A maior parte dos falantes usa este conhecimento sem saber evidenciar a sua forma.

Mas como se adquire a língua-I? Esta questão retoma, na verdade, o chamado "Problema de Platão" que questionava sobre a facilidade com que demonstramos conhecer certos saberes, sem que tenha havido um ensino formal sobre eles. Essa mesma questão foi reformulada mais recentemente por Bertrand Russell: como o homem, que tem um contato tão breve, pessoal e limitado com o mundo é capaz de saber tanto sobre ele? Trazendo o raciocínio para a Língua: como uma criança de apenas dois ou três anos, sem lidar com muitos falantes de português, sem ter ouvido todas as sentenças possíveis neste idioma, sem ter recebido qualquer explicação formal, pode lidar com a sua língua materna e demonstrar um sólido conhecimento sobre a linguagem?

A chave para a compreensão destes fenômenos, no entender de Chomsky, está no fato de que este conhecimento é inato: "... certain aspects of our knowledge and understanding are innate, part of our biological endowment, genetically determined, on a par with the elements of our common nature that cause us to grow arms and legs rather than wings" (CHOMSKY, 1988: 4). O ser humano está, segundo Chomsky, programado geneticamente para desenvolver sua faculdade da linguagem, para atingir sua "língua-I".

Nessa perspectiva biológica, a faculdade da linguagem é entendida pelo Gerativismo como um "órgão da linguagem" que se desenvolve assim como outros órgãos ou sistemas (sistema circulatório, imunológico, etc). Assim a teoria sustenta que a língua tem, pois, um estado inicial que precisa ser desenvolvido até atingir o seu estado firme, o que em muito dependerá do recolhimento de pistas na experiência:

... cada linguagem é o resultado da inter-relação de dois fatores: o estado inicial e o curso da experiência. Podemos conceber o estado inicial como um 'sistema de aquisição da linguagem' que toma a experiência como *input* e fornece a linguagem como *output* - um *output* que é internamente representado na mente/cérebro (CHOMSKY, 2005: 31).

Assim, Chomsky assume que no processo de aquisição da língua partimos de um estado inicial que, como dissemos, é uniforme e invariante para toda a espécie humana. À

teoria do estado inicial da faculdade da linguagem, ele dá o nome de "Gramática Universal" (doravante GU). A GU deve ser rica o suficiente para permitir que a criança atinja o conhecimento de uma língua específica, a despeito da pobreza dos dados que encontra na experiência.

Ao longo da primeira infância, este estado inicial sofrerá alterações até alcançar um "estado firme", relativamente estável, apresentando poucas alterações a partir de então. Quando este "estado firme" é atingido, podemos considerar que a "competência" da criança está madura e que sua "Língua-I" foi adquirida. A partir deste momento, podemos falar que a teoria que expressa seu conhecimento é a sua "gramática".

Mas ao conceber esse processo de amadurecimento, o gerativismo se viu obrigado a superar um dilema trazido pela pesquisa empírica: o de entender as línguas naturais como "... variações de um mesmo tema e, simultaneamente, registrar fielmente suas intrincadas propriedades de som e significados..." (CHOMSKY, 1998), as quais, no nível mais superficial, distinguiriam o Inglês, do Espanhol, do Italiano, do Português, do Francês, do Alemão, etc. Nos anos 1980, a resposta de Chomsky a isso foi dada pelo chamado programa P&P (Princípios e Parâmetros)⁴². Com esta abordagem, Chomsky passa a sustentar que há um conjunto de Princípios que são universais, válidos para todas as línguas naturais, e, portanto, invariantes na linguagem humana. As diferenças entre as línguas apareceriam porque há questões que são parametrizáveis; cada língua natural escolhe a sua forma.

Para ficarmos no exemplo mais pertinente ao presente trabalho poderíamos pensar que se constitui um Princípio o fato de que todas as sentenças das línguas naturais requerem sempre que algum elemento sentencial receba o caso (ou ocupe a posição) de sujeito. Entretanto, é parametrizável a necessidade ou não de sempre realizá-lo foneticamente, ou tecnicamente, de preencher ou não a posição de sujeito. Vejamos as sentenças abaixo:

1a - You know math.

1b - * cv Know math.

2a - Tu sabes matemática.

⁴² Mais adiante discutiremos algumas divergências no uso dos conceitos "princípios" e "parâmetros". Por ora, ficaremos com seu significado mais geral.

2b - cv Sabes matemática.

Se apresentarmos as duas primeiras sentenças a falantes nativos de Inglês e as duas últimas àqueles que têm como língua materna o PE, chegaríamos a conclusões interessantes. Os falantes de Inglês sabem que a sentença (1a) é perfeitamente possível de ser encontrada no Inglês, mas (1b), em que o sujeito "you" não foi expresso ou realizado, não pertence à sua língua. Por sua vez, os falantes de Português sabem que tanto a forma (2a) como (2b) são possíveis em sua língua materna. Assumindo que em (2b) há um sujeito não expresso ("oculto"), que não foi realizado (foneticamente ou escrito), concluiríamos que tanto as sentenças do Inglês como as do Português estão sujeitas ao fato (tecnicamente, ao Princípio) de que as sentenças de uma língua natural sempre pressupõem um sujeito sentencial. Entretanto, o parâmetro que exige ou não que os sujeitos sejam expressos distingue as duas línguas naturais: o Inglês nunca permite que ele seja apagado ("ocultado") em sentenças como (1b), enquanto o PE permite tanto sentenças como (2a) como (2b).

A proposta de P&P mantém uma concepção da faculdade da linguagem como tendo um sistema computacional complexo, pronto para uso, mas que precisa ser configurado para funcionar perfeitamente:

Podemos imaginar o estado inicial da faculdade da linguagem como uma rede de relações fixa conectada a um painel de controle; a rede de relações é constituída pelos princípios da linguagem, enquanto os controles são as opções a serem determinadas pela experiência. Quando os controles estão fixados de um modo, temos o bantu; quando estão fixados de outro modo, temos o japonês. Cada língua humana possível é identificada como uma fixação particular dos controles - uma fixação de parâmetros, na terminologia técnica" (CHOMSKY, 1998: 25).

Nessa perspectiva, a gramática do estado inicial da faculdade da linguagem, a GU, é constituída por princípios, invariantes trans-lingüisticamente, e por parâmetros que não receberam marcação ou definição de valor. O processo de maturação da competência lingüística se dará quando a criança passar a "ligar" os parâmetros de sua língua materna com valores positivos [+] ou [1] ou negativos [-] ou [0]:

The fixed network is the system of principles of universal grammar; the switches are the parameters to be fixed by experience. The data presented to the child learning the language must suffice to set the switches one way or another. When these switches are set, child has command of a particular language and knows the facts of that language: that a particular expression has a particular meaning, and so on (CHOMSKY, 1988: 63).

Gostaríamos de chamar atenção para um conceito importante no programa de pesquisa gerativista: a noção de gramaticalidade e, o seu oposto, a agramaticalidade. Estes foram os conceitos que utilizamos para exemplificar o que era um parâmetro ao comparar o inglês e o PE com as sentenças (1a), (1b), (2a) e (2b). Como já dissemos (1b) não seria tida como uma sentença possível em Inglês por um falante dessa língua natural. Tecnicamente, (1b) é tida como agramatical, enquanto (1a), (2a) e (b) seriam julgadas gramaticais pelos falantes consultados em nosso exemplo hipotético.

É importante perceber que o conceito de "gramaticalidade" não tem a ver apenas com um julgamento de "aceitabilidade" do ponto de vista semântico. As sentenças abaixo são apresentadas por Chomsky (1980) para evidenciar este ponto. Ambas não têm qualquer significação (valor semântico), mas um falante de inglês reconheceria como possível em sua língua a sentença (3) – que é ao menos gramatical - e não (4) – que é ao mesmo tempo agramatical e inaceitável:

(3) Colorless green ideas sleep furiously

(4) Furiously sleep ideas green colorless

3.1.1 Conclusão sobre a proposta de Noam Chomsky

Podemos agora fechar um quadro sintético das noções gerais do programa gerativista. A proposta de Chomsky se preocupa com os estados internos que a faculdade da linguagem atinge. Recupera com isso o objetivo colocado por Otto Jespersen, ou seja, o de estudar a estrutura internalizada da linguagem na mente/cérebro humano. Para Chomsky, a faculdade da linguagem é inata, geneticamente herdada e tem o mesmo comportamento de um órgão ou sistema do corpo. Assim, ele pressupõe que cada indivíduo parta de um estado inicial de sua linguagem, estágio que é invariante para toda a espécie

humana. A gramática que se refere a este estágio inicial é a chamada Gramática Universal. A maturação desse saber lingüístico, ou seja, da competência lingüística, deverá levar o indivíduo a adquirir o que Chomsky denomina a sua língua-I. Esse processo de maturação que o levará a se tornar falante de uma língua natural particular (Português, Inglês, Italiano, Francês, etc.) é regulamentado por "Princípios" que são comuns trans-lingüísticamente, além da fixação ou da ligação de "Parâmetros", responsável por sua diferenciação. Por último, o modelo abre a possibilidade de conceber as mudanças lingüísticas como alterações paramétricas, ocorridas nas Línguas-I dos indivíduos de uma geração à outra.

3.2 William Labov e a Sociolingüística

William Labov é reconhecido como o precursor da "Sociolingüística". O termo pode dar a impressão de que esta área se separa da Lingüística, constituindo área científica específica. Na verdade, como o próprio pesquisador sugere, o termo só foi cunhado para se opor ao que tradicionalmente se entendia por escopo desta ciência: o sistema lingüístico, visto como homogêneo e autônomo.

Em sua concepção, "a língua é uma forma de comportamento social" (LABOV, 2008: 215). Para ele, o conceito de língua só se aplica em uso, o que pressupõe um contexto social: "Crianças mantidas em isolamento não usam a língua; ela é usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, idéias e emoções uns aos outros" (LABOV, 2008: 215).

Nos termos de Chomsky (1986), a concepção de língua de Labov se enquadra na pesquisa da língua-E, que é exteriorizada, extensional e social. Entende a língua como um produto, uma produção humana, cujo sentido só se completa no uso.

Na visão laboviana, a Lingüística é o estudo da estrutura e da evolução da língua dentro do contexto social da comunidade da fala. Lida com diversos problemas tratados pela chamada "lingüística geral", ou seja, os propostos pela fonologia, pela morfologia, pela sintaxe e pela semântica, sempre discutidos no âmbito do contexto social da comunidade de fala. Ao sociolingüista cabe identificar uma dada regra lingüística presente no dialeto de uma comunidade; mapear os fatores e contextos determinantes para que ela ocorra; entender como essa regra se combina com outras existentes no sistema lingüístico onde

opera; estudar como ocorre a mudança lingüística, ou seja, a alteração nos sistemas de regras (LABOV, 2008: 242).

Como proposta para levar a cabo seu projeto científico, Labov defende uma lingüística baseada em dados reais recolhidos da fala, afastando a metodologia mentalista (usada pelos gerativistas) de focar nos julgamentos dos falantes e em sentenças produzidas pelo idioleto do falante, uma vez que o contexto em que são apresentados interfere nesses julgamentos. Além disso, sugere que a intuição de pesquisadores envolvidos profundamente com as questões teóricas pode interferir na análise já que há uma alta probabilidade de haver afastamento entre os resultados encontrados por essa metodologia e os encontrados na língua utilizada na vida real e cotidiana. Somente analisando os dados reais de fala, recolhidos em um dado contexto social, é que afinaremos nossa análise:

Para lidar com a língua temos que lidar com os dados da fala cotidiana o mais perto e diretamente possível, e caracterizar seu relacionamento com as teorias gramaticais do modo mais acurado que pudermos, corrigindo, adequando a teoria para que ela se ajuste ao objeto visado" (LABOV, 2008: 236).

Assim, Labov propõe que os pesquisadores devam ter como missão estabelecer a correlação entre as variáveis lingüísticas e as variáveis não-lingüísticas do contexto social, considerando: os dados sobre o falante, o seu interlocutor, o público e o ambiente. Sempre que possível busca a distribuição dos traços lingüísticos, associando-os a perfis socioeconômicos, étnicos, de gêneros e etários. Também deve considerar as diferenciações estilísticas do contexto imediato de interação lingüística, identificando a atenção dada à fala pelo informante, as questões ligadas às normas de comportamento, à estigmatização consciente e aos processos inconscientes de julgamento dos comportamentos lingüísticos.

Embasado em dados reais, o autor vê como uma característica própria de qualquer língua a sua heterogeneidade. Em seu argumento, "... a heterogeneidade não é apenas comum, ela é o resultado natural de fatores lingüísticos fundamentais. [...] a ausência de alternância estilística e de sistemas comunicativos multiestratificados é que seria disfuncional." (LABOV, 2008: 238).

Direcionando os holofotes para a heterogeneidade da língua, a sociolinguística laboviana toma como matéria-prima a sua variabilidade. A variação linguística é fenômeno que pode ser descrito e analisado. É também motivada, ou seja, encontra o seu controle em fatores (internos ou externos à língua), sendo possível de ser sistematizada e tornando-se previsível (MOLLICA, 1996: 14).

Se a proposta laboviana concebe que não há homogeneidade quando se fala em língua, também não há estabilidade diacrônica. Assim, a mudança linguística tem espaço especial no programa de pesquisa produzido por Labov. Na realidade, a própria heterogeneidade está na raiz dos processos de mudança, embora nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística leve necessariamente a uma situação de mudança linguística (WEINREICH; LABOV & HERZOG, 2006: 125).

Vejamos agora a sua visão sobre como se dá esse processo de mudança linguística. Em um primeiro momento, esta apareceria de forma silenciosa, surgindo apenas um traço linguístico no interior de um subgrupo social específico. À medida que sua ocorrência aumenta no interior desse grupo, o processo de mudança pode se expandir e atingir outros grupos sociais próximos ao original. Neste momento, o traço linguístico pode ficar associado com as características expressivas do grupo social original, sendo carregado de valores de prestígio negativo ou positivo. Se este prestígio for negativo, pode inclusive haver descontinuidade no processo de mudança.

Na sequência, o traço vai aos poucos se desenvolvendo dentro do grupo original de falantes e se generalizando. Sua generalização no interior do sistema linguístico não é feita sem que haja implicações para outros fenômenos e para outras formas linguísticas da estrutura em que foi inserido. Essas formas podem se mover na mesma direção do traço inovador ou até na direção oposta. Além disso, como este processo pode levar décadas, outros fatores sociais podem influenciar no curso da mudança, fruto, por exemplo, da entrada de falantes de outros dialetos neste mesmo grupo social, os quais poderiam reinterpretar o traço linguístico introduzido.

À medida que a mudança vai, então, atingindo um maior grau de complexidade, escopo e extensão, o traço consolida o seu valor social, sendo muitas vezes refreado e sofrendo um processo de correção na fala formal. Em determinado momento o traço se

torna um "estereotipo", ou seja, passa a ser debatido e notado por todos. Porém, a sua sobrevivência depende da sorte do grupo social a que está associado:

Se o grupo se mover para a corrente dominante da sociedade, e receber respeito e proeminência, então a regra nova pode não ser corrigida, mas sim, incorporada ao dialeto dominante às custas da forma mais antiga. Se o grupo for excluído da corrente dominante da sociedade, ou se seu prestígio diminuir, a forma lingüística ou regra será estigmatizada, corrigida e até mesmo extinta (LABOV, 2007: 366).

Para avaliar o processo de mudança descrito acima, o lingüista deve enfrentar, na proposta laboviana de pesquisa, três problemas:

- 1) Deve avaliar a "transição": neste ponto, deve descobrir os caminhos da mudança desde o seu estágio inicial, e identificar ao máximo os seus estágios intermediários.
- 2) Deve descrever o processo de "encaixamento", ou seja, enfrentar a "matriz contínua de comportamento social e lingüístico em que a mudança lingüística é levada a cabo" (LABOV, 2008: 193). Na estrutura lingüística, é preciso identificar os efeitos sistêmicos da mudança, buscando os seus impactos e correlações a outros fenômenos da língua. Na estrutura social, deve-se perceber que a mudança lingüística está inserida em um contexto mais amplo da comunidade de fala e que os fatores sociais impactam sobre esse fenômeno de maneira desigual. O papel do lingüista é o de "determinar o grau de correlação social que existe e mostrar como ela pesa sobre o sistema lingüístico abstrato" (WEINREICH; LABOV & HERZOG, 2006: 123).
- 3) Deve mapear o problema da "avaliação": aqui o lingüista tem por missão "encontrar os correlatos subjetivos (ou latentes) das mudanças objetivas (ou manifestas) que foram observadas" (LABOV, 2008: 193). Isso é obtido através das abordagens que o pesquisador faz correlacionando as atitudes e aspirações dos falantes com o seu comportamento lingüístico, bem como suas reações subjetivas diante da variável lingüística, estigmatizando ou prestigiando a forma lingüística inovadora.

3.2.1 Conclusão sobre a proposta de William Labov

William Labov propõe um programa científico que concede à língua uma condição de estrutura não independente. Ela é, para o sociolinguísta, um produto social, ou seja, não pode ser estudada sem sua contextualização social. Ao contrário da visão tradicional da Linguística, herdada de Saussure, Labov acredita que sua característica principal é a heterogeneidade. A variação não é, nesse ponto de vista, um fenômeno marginal que foge a um padrão de normalidade do sistema, mas algo constante. Esta variação é um poderoso gatilho que desencadeia mudanças linguísticas, que por sua vez são também estudadas de forma contextualizada, correlacionando-se com outros fenômenos do sistema linguístico e com as condições sociais pertinentes às comunidades em que ocorre.

O linguísta afirma que sua proposta não tem a pretensão de se constituir numa "teoria linguística", mas apenas inovar metodologicamente. Diz ele: "Não acredito que necessitemos, neste ponto, de uma nova 'teoria da linguagem'; em vez disso, precisamos de um novo modo de fazer linguística que produza soluções decisivas" (LABOV, 2008: 298). Mas ao propor seu método, ele acaba por ampliar o próprio escopo da linguística e o seu objeto de estudo, na medida em que correlaciona os fatos internos da língua aos fenômenos sociais. De forma não marginal, a estrutura linguística interage e sofre constantemente os efeitos de outros sistemas não-linguísticos. Ao linguísta cabe a função de descrever esse processo complexo.

3.3 Noam Chomsky e Willian Labov, juntos nas pesquisas linguísticas brasileiras

Nossa busca por um aparato teórico que nos dê sustentação em pesquisa na área de História Social da Língua nos levou até aqui a estudarmos de forma isolada, e em linhas gerais, os programas de Noam Chomsky e Willian Labov. Esses autores foram tomados como ponto de partida porque buscamos um modelo teórico que dê conta das duas dimensões da linguagem, que têm, em nossa concepção, uma dimensão individual, biologicamente herdada pelo homem, e, ao mesmo tempo, outra social.

Na verdade, o diálogo entre essas duas linhas teóricas não é novidade na pesquisa linguística brasileira. A partir da proposta dos Princípios e Parâmetros, as pesquisas gerativistas e sociolinguístas no Brasil passaram a estabelecer algum diálogo. A variação

lingüística dialetal presente na proposta de Labov passou a ser relacionada com o processo de parametrização da língua proposto por Chomsky. Nessa nova visão uma língua natural se distingue de outra porque no nível do indivíduo um dado parâmetro foi "ligado" de forma distinta.

E se a base de uma mudança lingüística encontra boa parte de sua explicação na variação, ao passar a considerá-la em seu modelo, os gerativistas puderam realizar pesquisas no âmbito da diacronia, assim como os sociolingüistas já faziam. Portanto, as diferenças programáticas de Chomsky e Labov foram reconsideradas quando os pesquisadores se dispuseram a buscar respostas para uma mesma pergunta. E a convergência levou à constituição de um aparato de pesquisa mais adequado para o sucesso no programa de pesquisa que almejavam construir.

O diálogo entre as duas teorias foi expresso na proposta da "harmonia trans-sistêmica" de Tarallo e Kato (2007), publicada inicialmente em 1989, e que apontava para a

[...] compatibilidade entre as propriedades paramétricas do modelo gerativo e as probabilidades do modelo variacionista, seja para provar seu espelhamento e reflexo, seja para realinhar um modelo em função do outro. Acreditamos, assim, num direcionamento mútuo entre a variação intra- e inter-lingüística, enfim: na harmonia trans-sistêmica (TARALLO & KATO, 2007: 16).

Esta compatibilidade encontra justificativa no fato de que o próprio Labov, explorando as possibilidades de análise de dados reais em sua proposta de lingüística de probabilidades, não abriu mão de sistematizar seus resultados à maneira de uma lingüística das propriedades. Também estaria justificado no fato de que trabalhos de cunho variacionista chegam a resultados semelhantes ou compatíveis aos encontrados por gerativistas. A metodologia sociolingüista poderia fornecer aos gerativistas elementos para realinhar seu modelo lingüístico; a pesquisa gerativista, por sua vez, poderia mostrar aos sociolingüistas novos fenômenos para o estudo da variação e da mudança lingüística.

Sustentados por essas possibilidades, diversos trabalhos de pesquisa lingüística se inseriram na chamada “sociolingüística paramétrica” ou “variacionismo paramétrico”, que muito colaborou para o desenvolvimento da pesquisa lingüística nos últimos 30 anos. Dentre esses trabalhos estão Tarallo (1985), Duarte (1995, 1996a; 1996b; 2003a), Cyrino,

Duarte & Kato (2000) - só para ficar em alguns exemplos pertinentes à presente pesquisa. Tais pesquisadores passaram a conciliar o programa gerativista chomskyano com o da sociolinguística laboviana, analisando formas linguísticas retiradas de dados reais de fala (ou escrita) a partir do aparato de análise gerativista. Assim fazem uma opção metodológica que conjuga a análise probabilística dos fatos da língua e procedimentos de natureza mentalista. Buscam não somente descrever uma dada língua ou dialeto, mas procuram analisar fenômenos relevantes inter-linguisticamente. Por último, avaliam a influência das variáveis sociais nos fenômenos linguísticos, como: a escolaridade, a idade, o grau de instrução, o gênero, etc.

O “variacionismo paramétrico”, ao propor a conciliação das propostas de Chomsky e Labov, concebe que a língua tem duas dimensões: a individual, entendendo-a como um órgão geneticamente herdado; e a social, definida pelo seu uso em um dado contexto social e de produção.

Essa concepção nos parece bastante adequada para um estudo que pretende se desenvolver na área de História Social da Língua, como procuramos fazer no presente trabalho. Mas esta junção do social e do individual em uma teoria linguística não é levada a cabo sem consequências teóricas que gostaríamos de apontar. Nesse sentido, é preciso perceber que o esquema proposto pelo “variacionismo paramétrico”, embora acerte ao mostrar o impacto das variáveis sociais sobre a linguagem, não explicita como se dá a passagem da dimensão individual para a social. Parte-se de um módulo da linguagem presente no indivíduo e salta-se, em seguida, para a análise de noções como “grupo social”, “classe social”, “gênero”, “prestígio social”, “estigma”, etc., sem que haja entre esses dois – o individual e o social - um elo intermediário.

Nesse ponto, gostaríamos de retomar a proposta de Chomsky (1970) sobre uma teoria linguística. Se for capaz de enumerar as classes de sentenças, as classes de descrições estruturais dessas mesmas sentenças, de indicar os métodos de realizar tais descrições e de identificar as classes de gramáticas gerativas possíveis, uma dada teoria seria dotada de “adequação explicativa”, sendo, portanto, capaz de descrever a diversidade dos fenômenos linguísticos e as gramáticas onde são possíveis. Se conseguir ir mais adiante e explicar como, dentre todas as gramáticas possíveis, uma criança, após avaliar as gramáticas

disponíveis e optar por uma delas, esta teoria atingirá status de "explicativa" (CHOMSKY, 1970: 30).

Por analogia, uma teoria lingüística que pretenda agregar ao módulo da linguagem herdado geneticamente o impacto do uso social ficará limitada à "adequação descritiva" se somente se propuser a apontar as variáveis sociais relevantes para um dado fenômeno lingüístico e descrever os seus impactos sobre sua configuração⁴³. Por outro lado, terá caráter explicativo se, além disso, preocupar-se com a questão de como o dado social emerge no indivíduo para a partir daí determinar sua linguagem. Para isso é necessário propor a existência de um mecanismo através do qual o indivíduo apreende as regras sociais e, a partir dessa apreensão, avalia as normas lingüísticas disponíveis, escolhendo uma delas para colocar em uso.

Para explicar esse processo de apreensão das regras e normas sociais que podem impactar na linguagem do indivíduo, uma alternativa que temos é supor que esta apreensão se dá expressão-a-expressão lingüística. Assim, somente após assistir a um determinado uso e constatar que sobre ele não recai qualquer estigma, ou que sua utilização implica em prestígio social, é que o nosso usuário da língua poderá optar por utilizá-lo em sua fala ou em sua escrita. Entretanto, essa opção teórica se configuraria em um retorno aos pressupostos das teorias behavioristas, que sustentam o aprendizado da língua por repetição e imitação, contra o que a teoria chomskyana tanto se debateu, apontando seus equívocos.

Ao contrário, para ser coerente com a proposta de Chomsky, a inclusão da dimensão social da linguagem em nosso modelo de teoria lingüística deve conceber que os indivíduos contam com um módulo (construído socialmente e que deve ser interiorizado) que apresente propriedades também gerativistas. Ou seja, deve ser capaz de gerar infinitamente as expressões lingüísticas que avalia serem significativas socialmente.

Na busca de solucionar esta questão chegamos até a proposta de Pierre Bourdieu. O sociólogo, que muito se apoiou nas pesquisas lingüísticas de Willian Labov, e que tantas críticas dirigiu ao gerativismo de Noam Chomsky, tem uma proposta teórica das práticas lingüísticas que, acreditamos, pode nos ajudar a solucionar as lacunas do "variacionismo

⁴³ Não queremos com isso minimizar o trabalho de pesquisa baseada em um programa científico cujo foco está no trabalho descritivo. Apontamos aqui, entretanto, que se faz necessário manter os critérios da "adequação descritiva" e da "adequação explicativa" se quisermos obter um modelo teórico coerente no tratamento que dá ao individual e ao social.

paramétrico” e nos fornecer uma teoria social adequada para a realização do trabalho que aqui propomos. Antes de vermos como isso é possível, devemos nos deter detalhadamente ao modelo teórico do sociólogo francês, o que faremos no próximo item.

3.4 Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu propõe em sua teoria uma alternativa às propostas estruturalistas⁴⁴ - que, segundo ele, explicam as ações humanas como resultantes mecânicas de uma "estrutura objetiva" - e, simultaneamente, às propostas subjetivistas - que apostam na individualidade como a chave explicativa dessas mesmas ações. Para o sociólogo, as ações dos indivíduos não são fruto exclusivo nem de estruturas autônomas (sociais, culturais, etc.), nem é o mero resultado da criação e produção de um indivíduo que é livre para agir e realizar suas escolhas de forma independente de qualquer determinismo social. Sua “terceira via” aposta na relação dialética entre o nível individual e o social, entre a interioridade e a exterioridade (BOURDIEU, 1994a: 60).

Sua proposta consegue conciliar o objetivismo ao subjetivismo, sustentando que toda prática - incluindo a ação de produção lingüística, como veremos na próxima seção - "... é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*..." (BOURDIEU, 1994a: 65).

Para entendermos esta tese, deixaremos de lado momentaneamente a "situação" e passaremos a nos deter mais detalhadamente sobre as questões que envolvem o conceito de *habitus*.

Nas palavras do sociólogo, *habitus* se define como

um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como matriz de percepções, de apreciações e de ações - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por esses resultados" (BOURDIEU, 1994a:65).

⁴⁴ Na noção de estruturalista, Bourdieu inclui não somente o estruturalismo tradicional tributário a Saussure, mas também o gerativismo de Chomsky com sua noção de estrutura internalizada na mente do falante.

O *habitus* assim concebido é um sistema socialmente constituído, resultante do acúmulo das experiências passadas, e que foi interiorizado pelo indivíduo, para, a partir daí, funcionar como estruturador das ações individuais. Esse processo de interiorização é individual, mas não está restrito ao domínio da individualidade. "A relativa homogeneidade dos *habitus* subjetivos (de classe, de grupo) encontra-se assegurada na medida em que os indivíduos internalizam as representações objetivas segundo as posições individuais que efetivamente desfrutam" (ORTIZ, 1994: 19). O depósito do *habitus* no indivíduo se dá através das instituições de socialização da qual participa desde os primeiros momentos de sua vida (ou seja, sua família, sua escola, etc).

Para Bourdieu, esse processo de interiorização faz com que a História seja vertida em natureza. Por isso, para o indivíduo não haverá uma clareza de que se trata de algo definido historicamente: é resultante de um processo de "esquecimento da história que a própria história produz" (BOURDIEU, 1994a: 65).

Mas como o *habitus* atua para direcionar as práticas do indivíduo? De forma inconsciente ou "quase consciente", através do *habitus*, o indivíduo antecipa o valor e o significado que o seu ato pode ganhar, antes de partir para a sua execução. Com isso, este dispositivo atua de forma decisiva para a definição daquilo que será produzido ou executado, já que foi filtrado por essa matriz de valoração, de apreciações e de sanções dos atos práticos.

Voltando à definição do conceito de *habitus* dada por Bourdieu (1994a), percebemos a menção de que este tem caráter "durável", o que revela sua tendência conservadora. Na medida em que oferece uma "matriz de apreciações" resultante da experiência passada, prevendo censuras e prestígios, silenciando ou moldando os discursos, o *habitus* colabora para a conservação das estruturas sociais que o produziram.

Por outro lado, Bourdieu associa ao *habitus* o adjetivo de "transponível", indicando que pode ser transposto. Ou seja, sua tendência conservadora não lhe dá um caráter de categoria imutável ou estática. Assim, ele "... é durável mas não estático ou eterno: as disposições são socialmente montadas e podem ser corroídas, contrariadas, ou mesmo desmanteladas pela exposição a novas forças externas..." (WACQUANT, sem data: 3).

É preciso perceber que o *habitus* não gera mecanicamente ações e que estas não são facilmente dedutíveis das estruturas sociais (das condições objetivas) que o originaram. A relação não é imediata, o que implica que o *habitus* não é um sistema que torna previsível as ações individuais. Isso porque o *habitus* é

... um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objectiva dos condicionamentos mas fazendo-a sofrer uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que 'reproduzamos' as condições sociais da nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não podemos passar simples e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos (BOURDIEU, 2003: 140).

Como não gera mecanicamente as ações, o conceito de *habitus* não mantém qualquer relação com as noções behavioristas que concebem o desenvolvimento do conhecimento como resultante da imitação e repetição de atos. Aliás, Bourdieu justifica sua escolha lexical pelo termo em latim porque esse ressaltaria a sua capacidade criativa e geradora, que a palavra "hábito" não contém (BOURDIEU, 1994a: 61).

Essa imprevisibilidade ocorre porque o modelo prevê que o indivíduo faça ajustamentos diante da situação que enfrenta, na tentativa de se adaptar a esta. Tais ajustamentos "... podem determinar transformações duradouras do *habitus*, mas que permanecem dentro de certos limites" (BOURDIEU, 2003: 141).

Na medida em que o *habitus* torna possível "a realização de tarefas infinitamente diferenciadas", podemos concluir que este "sistema de disposições" tem propriedades gerativas: gera de forma infinita as ações (e os discursos) dos indivíduos (WACQUANT, sem data: 3). Aliás, a homologia com a proposta de Chomsky é reconhecida pelo próprio Bourdieu:

Sendo as minhas posições próximas das de Chomsky que elaborava, por então, e quase contra os mesmos adversários, a noção de *generative grammar*, eu desejava pôr em evidência as capacidades 'criadoras', activas, inventivas, do *habitus* e do agente ..." (BOURDIEU, 1998: 61).

Mas como o *habitus* é adquirido? O *habitus* que, é como vimos, um dispositivo formado socialmente é interiorizado de forma constante pelos indivíduos em um processo que se inicia nos seus primeiros contatos sociais. Adquirido inicialmente somente em ambiente familiar, será posteriormente transformado também pelas experiências vividas em outros espaços sociais, como por exemplo, a escola (MICELI, 1974: XLVII).

Feitas estas observações sobre o *habitus*, podemos passar agora para a discussão da variável que falta para explicar a prática, na visão de Bourdieu, ou seja, a situação, o contexto, e que diz respeito "às condições de exercício desse mesmo *habitus*" (BOURDIEU, 1994a: 65). Devemos então perguntar: onde se dá esse exercício? Chegamos, então, ao conceito de "campo", ou seja, o espaço social onde os agentes se encontram e se enfrentam para impor seus interesses, suas crenças e suas visões de mundo: "Bourdieu denomina 'campo' esse espaço onde a posição dos agentes se encontra *a priori* fixada. O campo se define como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão" (ORTIZ, 1994: 19). Assim, no campo científico, o embate procura definir quem será a autoridade científica; no campo da arte a luta é para saber quem dirá o que tem ou não valor artístico; e, como muito nos interessa, no campo lingüístico, o jogo é para saber quem, como e o que será dito, impondo sua gramática e seu discurso, em detrimento de outras.

Com a idéia de campo, Bourdieu define o espaço social que será caracterizado pela luta em torno do poder simbólico. Para expressar esse ponto de vista, o sociólogo lança mão da analogia com a Economia, atribuindo ao campo uma estrutura de "mercado". Essa associação é feita porque será em seu âmbito que os diversos agentes se encontrarão para ofertar, para colocar em circulação os seus produtos simbólicos, e, portanto, realizar suas trocas simbólicas. Para exemplificar, no campo científico, os agentes - no caso intelectuais ou cientistas - oferecem suas teses científicas, seus pressupostos e suas crenças. No campo da moda, os agentes oferecem suas concepções de gostos e de estilos.

Além disso, este jogo concorrencial para a oferta de produtos não é marcado pela livre concorrência. Os indivíduos, vistos como agentes de mercado, não partem de condições iguais para a colocação de seus produtos no mercado. Alguns têm maior poder que outros para impor seus produtos e preços, aferindo maiores lucros simbólicos da troca realizada.

Assim, o campo é estruturado "... a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. Bourdieu denomina esse *quantum* de 'capital social'" (ORTIZ, 1994: 21).

Estamos diante de uma situação que implicará em dominação. Os agentes dominantes são aqueles que possuem o máximo deste capital social, enquanto os dominados, na outra extremidade, são aqueles que possuem pouco ou nenhum capital social. Portanto, o capital social diz respeito à capacidade de impor os seus produtos, ou seja, suas práticas, recebendo por elas um maior valor simbólico.

Impor-se como o produto de maior valor é ganhar *status* de "legítimo". Este adjetivo em Bourdieu tem significado estrito: o "legítimo" é fruto de um processo histórico que faz com que dominantes e dominados passem a reconhecer esta legitimidade, de forma tão inconsciente que passam a concebê-la como natural, como a-histórica. Nas palavras de Bourdieu: "É legítima uma instituição, ou uma acção, ou um uso que é dominante e desconhecido como tal, quer dizer tacitamente reconhecido" (BOURDIEU, 2003: 116).

Concluindo, a teoria da prática de Bourdieu procura explicar qualquer ato, seja ele uma ação revolucionária ou um discurso, como resultante da relação dialética de um *habitus* e de uma ação conjuntural. Por esse mecanismo, a prática está a um só tempo no indivíduo e na estrutura objetiva, que isoladamente não são capazes de explicá-la. O *habitus*, dispositivo gerativo constituído historicamente e socialmente, norteia as ações do indivíduo, que age dentro de certos limites, mas de forma criativa. O *locus* onde o seu ato será realizado, o campo, tem estrutura de mercado, o que implica em uma desigualdade na distribuição de poder simbólico, entre todos os agentes que deles participam. A dominação obtida pelo grupo social detentor desse poder simbólico é reconhecida como legítima por dominados e por dominantes, já que todos inconscientemente passam a aceitá-la como natural e tomá-la como modelo.

Podemos, pois, direcionar nossa análise para a proposta que Bourdieu fez para o "campo lingüístico".

3.4.1 O Campo Lingüístico e o *habitus* lingüístico

Bourdieu dedicou parte de seu trabalho à discussão da questão específica da língua. Coerentemente com sua ambição de superar o embate entre o objetivismo e o subjetivismo, o sociólogo propôs sua teoria a partir da crítica do estruturalismo saussuriano que trata, segundo sua interpretação, a língua de maneira naturalizada e autônoma. Para Bourdieu, "a linguagem é uma *praxis*: ela é feita para ser falada, isto é, utilizada nas estratégias que recebem todas as funções práticas possíveis e não simplesmente as funções de comunicação" (BOURDIEU, 1994b: 158).

Vejamos, então, qual é sua proposta. Se a linguagem é uma *praxis*, ela pode ser explicada nos mesmos termos da teoria da prática, exposta na seção anterior. E de fato é o que o sociólogo propõe: "O que gostaria fundamentalmente é de explicitar um modelo muito simples que poderia formular-se assim: *habitus* lingüístico + mercado lingüístico = expressão lingüística, discurso" (BOURDIEU, 2003: 127).

Iniciemos pelo *habitus* lingüístico. Como vimos na seção anterior, *habitus* é o dispositivo construído socialmente que gera de forma infinita as ações ajustadas a um mercado. *Habitus* lingüístico é o sistema de disposições, produto das condições sociais, adquirido através da própria prática desde os primeiros contatos sociais ainda no ambiente familiar, e que contém a matriz de apreciação, de valores que censuram ou prestigiam os discursos. É responsável, pois, não somente pela geração infinita de discursos, "mas produção de discurso ajustado a uma 'situação' ou antes ajustado a um mercado ou a um campo" (BOURDIEU, 2003: 128).

Se estamos falando de "campo lingüístico", devemos nos ater ao funcionamento do mercado lingüístico. Começemos por melhor conceituá-lo. Numa primeira definição, o sociólogo sustenta que "há mercado lingüístico sempre que alguém produz um discurso em intenção de receptores capazes de o avaliar, de o apreciar e de lhe dar um preço" (BOURDIEU, 2003: 129). E poderíamos supor, então, que nesse mercado, os produtores se igualam na sua capacidade de ofertar produtos lingüísticos, obtendo o lucro dos juízos feitos em sistema de "concorrência perfeita". Mas Bourdieu alerta para o fato de que essa visão "liberal" do mercado é tão falsa para o campo dos bens econômicos como para o mercado lingüístico:

Do mesmo modo que no mercado económico há monopólios, relações de força objetivas que fazem com que todos os produtores e todos os produtos não sejam iguais à partida, assim também no mercado lingüístico há relações de força. Portanto, o mercado lingüístico tem leis de formação de preços que são tais que nem todos os produtores de produtos lingüísticos, palavras, são iguais (BOURDIEU, 2003: 132).

Para Bourdieu, "a língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos ser somente compreendidos mas obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos" (BOURDIEU, 1994b: 161). E nesse sentido, aquele que obtém êxito de se impor, ou seja, aquele que consegue colocar o seu produto lingüístico no mercado e por ele receber o maior lucro simbólico possível, possui mais do que domínio da estrutura lingüística de sua língua, possui o que o autor chama de capital lingüístico ou competência legítima⁴⁵.

Capital lingüístico ou a competência legítima é "o poder sobre os mecanismos de formação de preços lingüísticos, o proveito de fazer funcionar em proveito próprio as leis de formação dos preços e de recolher a mais-valia específica" (BOURDIEU, 2003: 130). Ou seja, o capital lingüístico expressa o *quantum* de poder possuído para se impor um discurso, para se fazer ouvido, para ordenar, para se valorizar socialmente. Os que não possuem capital lingüístico suficiente para impor preços no mercado lingüístico são obrigados a silenciar, a aceitar sua condição de dominados social e lingüisticamente.

Neste ponto, ao trabalhar com o conceito de "capital lingüístico", Bourdieu pretende superar a noção de competência lingüística chomskyana. O sociólogo sustenta que de nada vale postular que o homem é dotado de um aparelho lingüístico que lhe permite a competência para gerar infinitas sentenças gramaticais, se não se incorporar a essa competência a habilidade de produzir discursos passíveis de serem "ouvidos", impostos, obedecidos e aceitos socialmente⁴⁶. "Os locutores desprovidos de competência legítima se encontram de fato excluídos dos universos sociais onde ela é exigida, ou então se vêem

⁴⁵ Como vimos na seção anterior, o adjetivo "legítimo" aqui se refere ao fato de que há por parte de todos os usuários da língua os que dominam e os que são dominados, um reconhecimento de que esta competência, em detrimento de todas as outras, deve ser considerada válida, correta e com valor social.

⁴⁶ Devemos perceber aqui que competência legítima no esquema proposto por Bourdieu não se resume a ter competência comunicativa. É preciso ter a capacidade de impor discursos e produtos lingüísticos para se alcançar uma competência legítima.

condenados ao silêncio" (BOURDIEU, 2008: 42). Condenação esta tão difícil de ser contestada por ser tácita e também tão silenciosa.

Note que Bourdieu não nega a existência de uma competência lingüística, mas vincula o seu valor à validação pelo mercado lingüístico. A competência chomskyana é pré-condição para o capital lingüístico, mas não é o bastante para obtê-lo: "A competência lingüística (como toda competência cultural) só funciona como capital lingüístico quando em relação com um certo mercado" (BOURDIEU, 1994b: 164).

Mas o que mais define esse capital lingüístico? O que é de fato necessário para obtê-lo, além dessa capacidade de gerar discursos repletos de gramaticalidade? Na proposta de Bourdieu, possui essa competência lingüística aquele que possui habilidade suficiente para "antecipar os lucros" resultantes da troca (ou da circulação) lingüística. Ou seja, aquele que consegue realizar cálculo não consciente e não mecânico acerca do valor que suas expressões lingüísticas ou seu discurso ganharia, antes de colocá-los em circulação, prevendo censuras, sanções e buscando as formas e os conteúdos de maior aceitação social. Retornamos, nesse ponto, ao papel crucial do *habitus* lingüístico:

...na verdade, o princípio das estratégias é o *habitus* lingüístico - disposição permanente em relação à linguagem e às situações de interação, objetivamente ajustadas a um dado nível de aceitabilidade. O *habitus* integra o conjunto das disposições que constituem a competência ampliada [o capital lingüístico] que está adaptada às suas chances particulares de lucro, tendo em vista sua competência específica e sua autoridade (BOURDIEU, 1994b: 170).

Por último, é importante perceber, como aponta Bourdieu, que se uma dada competência é considerada legítima em relação a outras, houve necessariamente uma "unificação desse mercado", uma vez que todos escolheram tal competência como modelo. Com isso, o sociólogo não quer sustentar homogeneidade da língua, mas que uma determinada competência passa a ser legítima quando se torna dominante. Ou seja, é preciso que diferentes competências passem a ser avaliadas por seus falantes em função da competência tomada como legítima. Esses falantes aceitam a dominação da competência legítima sobre as suas competências como natural e não conseguem perceber que esta resultou de um processo histórico-social.

3.4.2 Conclusões sobre a Proposta de Pierre Bourdieu

Podemos, agora, fechar o quadro da teoria de Bourdieu para a questão da língua. O sociólogo pressupõe um dispositivo social com capacidade geradora dos discursos, o *habitus* lingüístico. O *habitus* é resultante de um processo histórico-social e tem caráter durável de conservação dessa mesma estrutura que o gerou, constituindo-se em uma matriz de apreciação, de percepção e de sanção dos discursos. O uso desse *habitus* se dá no campo lingüístico, o lugar onde os usuários da língua se encontram para ofertar seus produtos no mercado lingüístico: seus discursos e suas expressões lingüísticas. Como um mercado, ele é marcado pela desigualdade: alguns agentes têm maior capital lingüístico, ou seja, um maior poder para impor seus discursos como legítimos a todos os participantes, que passam a tomá-los como parâmetro modelo, não percebendo de forma consciente o caráter histórico da relação de dominação construída. O capital lingüístico é sustentado pelo *habitus*, que permite ao dominador antecipar o valor que seus discursos e expressões lingüísticas ganharão antes mesmo de ofertá-los, constituindo na matriz de formulação da melhor estratégia para garantir o poder simbólico que uma relação de comunicação sempre contém.

Por prever um sistema que, como em Chomsky, tem natureza gerativista, construído socialmente e interiorizado no indivíduo, e, ao mesmo tempo, por conceber a língua como produto social carregado de poder simbólico - de forma similar à proposta de Labov trabalhando no âmbito da Língua-E, encontramos em Bourdieu o elo que procurávamos para o paradigma teórico que iremos propor para nortear este trabalho, o que explicitaremos na próxima seção.

3.5 Uma Proposta Teórica: Modelo Gerativo Trans-sistêmico

No modelo que propomos a língua é um sistema complexo que tem uma dimensão biológica, herdada geneticamente, e por outro lado, não se separa do social, ganhando valor e sentido no seu uso. Disso decorre que as oposições como individual *versus* social, língua enquanto processo *versus* língua enquanto produto, mental *versus* uso, devem ser também eliminadas. Cada um dos termos colocados em oposição é uma face importante que deve ser analisada, mantendo relações de trocas mútuas com o que é tomado como seu oposto. O modelo deve ser trans-sistêmico, assim como foi proposto por Tarallo e Kato (2007).

Assim pressupomos que o modelo gerativista de Chomsky seja assumido como uma primeira face da linguagem. No processo de aquisição, temos a GU (gramática universal), que iguala todos os seres humanos. A faculdade da linguagem parte deste estágio inicial para, como módulo da mente/cérebro humano, atingir o seu amadurecimento, e chegar ao seu estado firme e sua gramática. Esse amadurecimento parte de Princípios, invariantes trans-lingüísticas, e de Parâmetros que devem ser "ligados" ou marcados pela criança, a partir dos poucos fragmentos de linguagem com que tem contato ainda na primeira infância. Ao final desse período de amadurecimento, ou seja, desta etapa de parametrização, a criança adquire sua competência para uso da linguagem, que a habilita a produzir discursos gramaticais regidos pelos princípios e pelos parâmetros já ativados. Assim, tem a capacidade de gerar discursos gramaticais infinitos a partir dos recursos finitos disponíveis para o uso da linguagem.

Mas o desenvolvimento cognitivo da criança para uso da linguagem não depende somente desse processo interno de amadurecimento da linguagem que "cresce" da mesma forma que outros "órgãos" do corpo se desenvolvem. A criança vai também entrar em contato com o *habitus lingüístico* de sua família, de sua classe social, da comunidade a que pertence, do *status* social que assumirá. Construído historicamente, este *habitus* deverá também se tornar uma estrutura interna no nível do indivíduo que guardará as regras e os comportamentos sociais a que o indivíduo estará sujeito. Nele está prescrito (ou recomendado) o que poderá ser dito e o que deverá ser silenciado. Está carregado de um esquema de sanções e de prestígios, definido pelo código social a que pertence. Através dele, o seu falar se posicionará em função dos outros falares possíveis.

Se do processo de amadurecimento da faculdade da linguagem resulta a competência lingüística deste indivíduo, a internalização do *habitus lingüístico* dará a ele o seu capital lingüístico.

Competência e capital lingüístico não são etapas alcançadas de forma isolada, sem que haja inter-relação entre elas. Sem adquirir uma certa competência lingüística, um certo capital lingüístico nunca será alcançado; por outro lado, sem ser validada pelo capital lingüístico, a competência de nada valerá do ponto de vista da produção lingüística, podendo nunca ser colocada em uso. Aliás, se uma determinada expressão lingüística for

silenciada pelo *habitus*, a criança talvez nunca terá chance de ativar positivamente um determinado parâmetro.

Partindo do individual para o social, é possível identificar indivíduos que se agrupam em termos de similaridade quanto à configuração de sua faculdade da linguagem já amadurecida (após ter sido parametrizada) e em seus *habitus* lingüísticos. Como resultado, temos as diferentes comunidades lingüísticas ou os dialetos que no interior de uma língua se distinguem, evidenciando a heterogeneidade e a variação, estudadas no programa laboviano de pesquisa. As distinções que determinam essa heterogeneidade se dão tanto no âmbito da competência lingüística, como no âmbito do *habitus* lingüístico.

A faculdade da linguagem – que, como sustentado por Chomsky, precisa ser amadurecida – e o *habitus* lingüístico – que, como proposto por Bourdieu, deverá ser internalizado – constituem mecanismos potencialmente geradores de formas, de estruturas, de expressões lingüísticas e de discurso. De modo que o que temos é um conceito gerativista “estendido”, que vai além do proposto por Chomsky. A este modelo propomos a denominação de “modelo gerativo trans-sistêmico”, por prever interações mútuas entre as dimensões do indivíduo e do social⁴⁷.

Os produtos produzidos nesse “módulo gerativo estendido” da linguagem serão apresentados no mercado lingüístico, tal qual proposto por Bourdieu. É no mercado que os indivíduos poderão submeter seus discursos às apreciações ou julgamento sociais. Estas apreciações, no entanto, são realizadas em um contexto em que certos agentes – alguns usuários da língua – possuem mais capital lingüístico que outros, e conseguem por isso impor seus produtos, impondo preços e aferindo maiores lucros simbólicos. Em outros termos, impõem seu modo de falar e o seu discurso como “legítimos”, que passam a ser tomados por todos os demais agentes como “modelo” a partir do qual um dado falar deve ser julgado. Quanto mais o indivíduo se distanciar desse modelo, mais será estigmatizado ou refutado.

Podemos descrever o esquema de nossa proposta com os diagramas que se seguem. Em um primeiro nível, ainda no indivíduo há o módulo gerativo estendido da linguagem constituído pela competência lingüística e pelo capital lingüístico. Até este ponto, nosso modelo concilia elementos que retiramos das teorias de Chomsky e Bourdieu:

⁴⁷ Tomamos aqui emprestado o adjetivo sugerido por Tarallo e Kato (2007).

Módulo Gerativo da Linguagem

Em um segundo nível há o uso da linguagem, que se dá em um dado mercado, marcado pela variação e heterogeneidade lingüística e social, tal qual sustentam Labov e Bourdieu:

Uso da Linguagem

Por fim, o modelo gerativista trans-sistêmico que propomos não é estático no tempo, havendo a possibilidade de mudança lingüística, como propunha Labov. Essas mudanças podem ocorrer em função de alterações no âmbito do processo de amadurecimento da faculdade da linguagem, ou seja, alterações paramétricas determinam que mudanças lingüísticas ocorram. Além disso, mudanças nas disposições do *habitus* lingüístico levam a alterações no julgamento de uma determinada forma lingüística e o que era antes tido como prestigiado pode passar a ser recusado, ou vice-versa. Além disso, uma

mudança lingüística pode ter origens em alterações no âmbito do funcionamento do mercado lingüístico. Por exemplo, a chegada de falantes estrangeiros poderá determinar alterações no mercado, acrescido com novos agentes e com a oferta dos produtos lingüísticos. Todas essas esferas podem isoladamente ou em conjunto determinar um processo de mudança lingüística.

Vista sobre esse ponto de vista, a língua é um objeto complexo que deve ser estudada sob a ótica trans-sistêmica, numa perspectiva em que o lingüístico, o social e o histórico não só mostram facetas diversas de um mesmo objeto científico, mas se contaminam mutuamente.

Conclusões

No presente capítulo, buscamos uma perspectiva teórica que fosse adequada à pesquisa na área de História Social da Língua. Partimos das duas tradições teóricas que recebemos: o gerativismo de Noam Chomsky e a sociolingüística de William Labov. Depois analisamos a proposta de conciliação desses dois programas científicos que foi levada a cabo por diversos pesquisadores no Brasil que trabalharam em torno da “harmonia trans-sistêmica”, realizando pesquisas com a chamada “sociolingüística paramétrica” ou “variacionismo paramétrico”. Em nossa avaliação, esta última perspectiva, que muito contribuiu para a Lingüística Histórica do PB nos últimos 30 anos, acertou em sustentar o impacto concomitante de fatores lingüísticos e sociais sobre a configuração paramétrica de uma língua (atendem ao critério da adequação descritiva), mas não atingiu êxito explicativo, por não apresentar proposta de como o social é internalizado no indivíduo para a partir daí impactar a linguagem que produzirá. Partiu de um modelo gerativo no indivíduo para em seguida analisar categorias e conceitos sociais, sem que haja um elo de ligação entre as esferas individual e social.

Para superar essa lacuna, estudamos a proposta do sociólogo Pierre Bourdieu, cuja teoria prevê a internalização pelos indivíduos do *habitus* lingüístico, um sistema de disposições construído socialmente e que capacita a produção de expressões lingüísticas e discursos, visando à sua aceitação no social, ou seja, no mercado lingüístico.

A partir daí propomos um modelo, que denominamos “Gerativo Trans-Sistêmico”, que considera que a língua tem uma face inata e biologicamente herdada, nos termos propostos por Chomsky para a aquisição da faculdade da linguagem, particularmente na

abordagem de P&P. Esta face concede ao indivíduo sua competência lingüística. Uma segunda face da linguagem se refere ao *habitus* lingüístico, que, como propôs Bourdieu, é um sistema de disposições construído socialmente e que é interiorizado pelo indivíduo. Essa face concede ao indivíduo o seu "capital lingüístico".

As duas faces da língua constituem um módulo gerativo estendido da linguagem com poder de gerar infinitamente discursos gramaticais e que pretendem ser aceitáveis socialmente. Mas essa aceitabilidade só se define no mercado lingüístico, onde se ofertam os produtos lingüísticos, contexto em que o capital lingüístico está desigualmente distribuído entre os agentes. O mercado tem, portanto, como marca não somente a variabilidade, mas também a desigualdade.

Esse esquema não é estático, mas é passível de mudança. As mudanças lingüísticas são resultantes de alterações nas marcações paramétricas, nas disposições do *habitus* lingüístico, ou ainda, na dinâmica do mercado lingüístico.

Capítulo 4 – Aspectos Metodológicos

4.1 Proposta metodológica

O arcabouço teórico que concebemos no capítulo 3 nos serve de guia para a definição da metodologia do presente trabalho. Para estudar um dado fenômeno lingüístico seguindo nossa proposta teórica devemos realizar procedimentos que permitam executar uma análise em três níveis relevantes:

- 1) no âmbito da faculdade da linguagem: para analisar este nível, devemos nos ater às questões mais propriamente lingüísticas, discutindo a configuração da parametrização da língua e das variáveis lingüísticas estruturais relevantes para este processo.
- 2) nas questões pertinentes ao *habitus* lingüístico: aqui deveremos tratar dos elementos e disposições que formam o *habitus* lingüístico. Para tanto, lançaremos mão de dados lingüísticos e sócio-históricos.
- 3) na definição e descrição do Mercado Lingüístico: para este nível deveremos refletir sobre a inserção dos agentes lingüísticos (grupos de falante, comunidade, etc.) que estamos estudando no mercado lingüístico estudado, contrastando essa participação aos dos seus concorrentes.

Com base nessa metodologia, nosso objetivo é estudar a questão da distribuição dos sujeitos vazios e expressos no dialeto da elite paulistana e do caipira, no final do século XIX e das primeiras décadas do XX. Assim, iniciaremos nossa análise com procedimentos semelhantes aos trabalhos da chamada “sociolingüística paramétrica”: formaremos um *corpora* com dados lingüísticos avaliados estatisticamente, a partir das variáveis consideradas relevantes pelos estudos que resenhamos no capítulo 2. Em seguida, faremos o diálogo dos resultados extraídos dessa análise de dados com elementos sócio históricos que nos ajudem a definir as disposições do *habitus* lingüístico do dialeto dessa elite e a sua inserção no mercado lingüístico local.

Nas próximas seções, detalharemos como isso se dará.

4.2 Constituição e Descrição dos corpora

Constituímos dois *corpora* para a análise que aqui propomos. O primeiro deles tem o objetivo de nos fornecer dados para análise da trajetória da distribuição de sujeitos vazios e expressos no dialeto de membros da elite paulistana. O segundo tem a missão de nos trazer dados do dialeto caipira, cujos resultados serão comparados aos da elite.

Vejamos detalhadamente como estes foram constituídos.

4.2.1 *Corpora* Cartas Pessoais que representam o uso feito pela Elite Paulistana

Nossa preocupação ao constituir os *corpora* da elite paulistana era que estes fossem formados com textos que cobrissem pelo menos duas gerações de uma mesma família da elite paulistana que tenha se destacado dentre os empreendedores de São Paulo na passagem do século XIX para o XX. Os representantes da primeira geração deveriam ser necessariamente não paulistanos de nascimento, ou seja, exemplos de migrantes nacionais advindos do interior do Estado (ou Província, dependendo do período em que isso acontecesse). Já os representantes da segunda geração deveriam ser naturais da cidade de São Paulo. O objetivo era acompanhar a mudança lingüística de uma geração para outra, em membros dessa elite que se transferiu para a cidade de São Paulo no período.

Na busca de materiais que pudessem servir a esse propósito chegamos à família Mesquita, o que se deu em função da facilidade do recolhimento dos textos, e, em função do seu papel não somente no mundo empresarial que se formava em S. Paulo, mas também por ter colaborado, através da atividade jornalística, para a difusão de muitos dos conceitos ideológicos vigentes na época.

Assim, no Arquivo Público do Estado, no acervo Washington Luís, recolhemos 9 cartas escritas por Julio Mesquita (1862-1927) no período de 1907 a 1923, destinadas ao político paulista que depois se tornaria presidente do Brasil. As cartas, embora sempre de cunho político - por isso não isentas de formalidade, mostraram-se mais adequadas para o trabalho aqui proposto do que os documentos que recolhemos de membros de outras famílias da elite paulistana: Antonio Prado, Paulo Prado, Francisco Matarazzo e Martinho da Silva Prado. Isso porque, parece-nos, havia uma maior simetria entre os interlocutores, o que é atestado pelo tratamento "amigo", forma utilizada por Mesquita para se dirigir a

Washington. O papel assumido por Mesquita no Partido Republicano Paulistano (PRP) também deve ter colaborado para que os textos não se perdessem em um grau de formalidade que inviabilizasse a análise aqui feita, por impor o uso do sujeito vazio, sempre indicado na escrita. Esse material resultou em 68 ocorrências de sujeito pronominal (vazio e expresso) aqui analisadas.

As 23 cartas escritas por Julio Mesquita Filho e as outras 23, de autoria de sua esposa, Marina Mesquita, foram publicadas recentemente por seu neto, Ruy Mesquita Filho. Esses textos sofreram apenas atualização ortográfica, não tendo passado por qualquer outra reformulação⁴⁸. São resultantes da troca de correspondência entre marido e esposa, no período em que o primeiro esteve no *front* de guerra da "Revolução Constitucionalista", e, posteriormente, quando foi capturado e exilado para a Europa. Esse material, bem mais rico que o da primeira geração, nos forneceu 581 dados de sujeito pronominal.

Passemos, agora, a um breve resumo biográfico de nossos informantes.

Júlio de Mesquita, segundo Marcovitch (2006), era filho de portugueses que migraram para o Brasil com D. João VI. Seu pai, Francisco Mesquita, era comerciante em Campinas - e mais tarde em Santos - além de ter propriedades de café no município de Jacutinga. Júlio nasceu em 1862 em Campinas, onde estudou no afamado Colégio Culto às Ciências. De 1878 a 1883, cursou direito na Faculdade do Largo de São Francisco. Formado, retornou à cidade natal, onde atuou como advogado, após casar-se com Lucila Cerqueira César, filha de uma das influentes famílias paulistas. Logo passou a se envolver como colaborador em jornais, aparecendo a partir de 1885 como redator político de A Província de São Paulo, jornal criado por iniciativa dos republicanos uma década antes. Três anos mais tarde era redator-gerente do jornal. Com a entrada da República, o periódico se tornaria O Estado de São Paulo e Júlio o seu diretor, com a ida de Rangel Pestana para o Rio de Janeiro para colaborar na Constituição.

Com Marechal Deodoro decretando estado de sítio em 1891, Júlio era um dos deputados da Câmara Estadual que, em protesto pelo desrespeito à Constituição, abandonou o recinto e renunciou a seu mandato. Não mais se candidataria a cargos políticos, mas, como mostram as cartas que obtivemos para a formação de nosso *corpus* de análise linguística, não deixaria de tentar conduzir a política por meio de sua argumentação e

⁴⁸ Informação confirmada por e-mail pelo organizador das cartas publicadas em Mesquita Filho (2006).

habilidade em se posicionar diante do poder. Tornou-se assim um dos líderes da "dissidência" paulista que se opôs posteriormente a Rodrigues Alves.

O controle acionário da família Mesquita sobre O Estado de S. Paulo se iniciou após 1897, quando o pai de Júlio, Francisco Mesquita, associou-se a José Filinto da Silva. Em 1902, com a saída deste último, finalmente, o controle dos Mesquita passa a ser total.

Sob sua gestão o Jornal passou por profundas transformações técnicas, como a incorporação de ilustrações, a associação com agência de notícias e o aumento de suas páginas, o que sempre requereu investimentos que Júlio buscava nos empréstimos bancários. Também reestruturou o tratamento da inadimplência de assinantes e anunciantes. Mas o jornal atravessou enormes dificuldades pelas posições polêmicas que assumia conduzido por Júlio. Assim, por ocasião da 1ª Guerra, viu uma drástica redução do orçamento com anúncios, pelo boicote de empresas alemãs diante de sua posição claramente favorável ao apoio aos Aliados. Até o fim de sua vida, manteve-se envolvido com o empreendimento, escrevendo artigos dias antes de sua morte, ocorrida em 1927.

Por esse período, O Estado já tinha a participação de seus filhos, dentre eles, Júlio Mesquita Filho, cujos textos também analisamos. Segundo Mesquita Filho (2006), o Dr. Julinho nasceu em 1892. Kursou o primário em São Paulo, indo a seguir para a Escola Acadêmica em Lisboa e depois para o Colégio de La Chantelaina, na Suíça.

Em 1911, já de volta ao Brasil, ingressa na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. Antes de concluir o curso, em 1915, já atuava no Estadinho, a versão noturna de O Estado de São Paulo. Nesse período, envolve-se na campanha liderada por Olavo Bilac pelo serviço militar obrigatório.

Aproxima-se de Rui Barbosa, com ele atuando nas tentativas que fez para ser eleito Presidente da República. Em 1926 ajuda a fundar o Partido Democrático, que defende reformas como o voto secreto, formando uma nova dissidência republicana, assim como fizera o grupo de seu pai.

Com a morte deste em 1927, Julio Mesquita Filho assume a direção de O Estado de São Paulo, ocupando espaço de destaque na vida pública paulista. Após apoiar Getúlio Vargas, vencido na última eleição da república velha, ele passa a se envolver com o movimento dos tenentistas que desembocaria na Revolução de 1930.

Descontente com os caminhos tomados pela Revolução, passa a organizar o movimento paulista que desembocaria na Revolução de 1932, lutando no *front* da guerra. Prisioneiro, vai por duas vezes para o exílio com sua esposa Marina, que também é autora dos textos que analisaremos a seguir. Somente a partir de 1943 pôde, de fato, fixar-se novamente em São Paulo, retomando a propriedade do jornal. Faleceu em 1969.

Já Marina Vieira de Carvalho Mesquita era filha do Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, fundador da Faculdade de Medicina. Sua formação escolar⁴⁹ se deu fora da escola formal, ou seja, em casa com professores particulares. Por esse meio, aprendeu a escrever e ler, tornando-se uma leitora voraz. Graças a esses estudos, dominava o francês, além do espanhol, aprendido no exílio. Tinha, também, alguns conhecimentos de inglês.

Ela se casou com Júlio de Mesquita Filho em 1926, e sua vida foi dedicada ao marido e aos filhos. Atuou também em obras de caridade, sendo presidente da Associação Santa Terezinha, que cuidava dos filhos de hansenianos. No primeiro exílio do marido, foi com os filhos se encontrar com ele na Europa, morando em Lisboa por um ano, com o fim da Revolução de 1932. Segue o marido no exílio e no retorno em 1943. Faleceu em fevereiro de 1975.

4.2.1.1 A elite paulistana representada pela Família Mesquita

A escolha da família Mesquita como representante da elite paulistana se deu, como já dissemos, em função de seu duplo papel: a de empreendedor, levando adiante uma das empresas jornalísticas mais bem sucedidas do Brasil; e de ser proprietária de O Estado de São Paulo, um importante meio de difusão de idéias e conceitos que reproduziam e consolidavam o *habitus* (incluindo o *habitus lingüístico*) da elite a que pertencia.

É evidente que no interior da elite paulistana havia também divergências e heterogeneidade. Politicamente, por exemplo, em meio à maioria republicana havia também os que se mantinham ligados à monarquia. Oliveira, Coan, Silva, Ribeiro & Bertolon (no Prelo) contrapõem os usos lingüísticos de Pereira Barreto, um republicano e representante da "meritocracia", aos feitos por Eduardo Prado, um monarquista que muito cultivava modos aristocráticos, a partir de debates estabelecidos entre ambos no jornal O

⁴⁹ As informações da formação escolar de Marina Mesquita nos foram repassadas por Ruy Mesquita Filho, seu filho e o organizador do livro que contém suas cartas, via e-mail.

Estado de São Paulo nos primeiros anos do século XX. Segundo as autoras, as diferenças entre ambos aparecem exatamente nos contextos em que as variedades portuguesa e brasileira se distinguem. Assim, Prado opta por construções conservadoras (usando o sujeito pronominal expreso somente quando este está em condição de inacessibilidade do referente, preferindo a ênclise, etc.), enquanto em Barreto faz clara opção construções inovadoras (usando do sujeito pronominal expreso mesmo em contextos em que este tem fácil acesso ao seu antecedente, preferindo a próclise, etc.).

A elite paulistana aqui estudada com base nos textos que obtivemos da família Mesquita está ligada mais ao comportamento de Barreto, apontado pelas autoras. A família Mesquita pertence ao grupo social que exerceu poder simbólico na República Velha, ainda que, como vimos anteriormente, na luta pelo poder político, tenha liderado a chamada "dissidência paulista".

4.2.2 *Corpus* que representa o uso feito no Dialeto Caipira

As dificuldades para se obter um material da fala caipira paulista no período recortado para nosso estudo são imensas. As tecnologias ainda não estavam suficientemente desenvolvidas para que hoje, no início do século XXI, pudéssemos dispor de gravações ou transcrições de fala desse dialeto. A busca de material das classes menos favorecidas registrado pela escrita é uma impossibilidade, uma vez que esbarramos no grau de analfabetismo que abatia essa camada social.

Para driblar essas dificuldades, chegamos à produção ficcional de Valdomiro Silveira produzido no período e que recolhemos em 1 ano de publicação do jornal O Estado de S. Paulo em 1906. Esses textos nos permitiram a análise de 268 ocorrências de sujeitos pronominais (vazios e expressos).

Para que se possa compreender o potencial dos textos de Valdomiro Silveira para nossa análise é necessário fornecermos dados de sua biografia e de sua obra, o que faremos a seguir.

4.2.2.1 Valdomiro Silveira e seus caipiras

Os textos de Silveira chamaram nossa atenção pelo espaço e o destaque que possuía no jornal de propriedade dos Mesquita, O Estado de São Paulo, no ano de 1906, quando eram publicados com certa frequência e quase sempre em primeira página⁵⁰. Suas narrativas se aprofundam no universo rural e caipira, mediante o uso de uma linguagem que procurava representar o dialeto caipira.

Silveira é visto pela historiografia literária como pertencente ao grupo de escritores paulistas do início do século XX, do qual fazem parte também escritores como Monteiro Lobato e Cornélio Pires, chamados ora de “regionalistas” ora de “pré-modernistas”. Embora nos jornais do início do século seja possível encontrar seus contos publicados, Valdomiro Silveira só tardiamente teve sua obra convertida em livros, com *Os Caboclos* (1920), que reuniram narrativas escritas em sua maioria de 1897 a 1906.

Nascido em Bom Jesus da Cachoeirinha, na parte paulista do Vale do Paraíba em 1873, o autor viveu parte da infância na capital, e em seguida mudou-se para Casa Branca, pequena cidade do interior. Com dezessete anos, mudou-se novamente para a capital estudando no Seminário Episcopal, no Curso Anexo à Faculdade de Direito, formando-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Em seguida, foi nomeado promotor público em Santa Cruz do Rio Pardo, retornando depois para Casa Branca. Voltou a residir em São Paulo, onde se casou com uma paulistana, mudando-se finalmente para Santos para fixar residência, a partir de 1905. Essas idas e vindas, do interior para a capital do Estado, certamente colaboraram para desenvolver a sua percepção sobre os diferentes dialetos paulistas, o que foi registrado em sua produção literária.

Do contato profundo que teve com a cultura rural e paulista tradicional, Silveira coletou matéria-prima para sua literatura que em muito se diferencia das de seus contemporâneos pelo tratamento valorativo que dava ao caipira, sua linguagem e cultura. É o que podemos comprovar nos 7 textos que extraímos d'O Estado de S. Paulo.

Em “As Frutas” a linguagem do narrador zela pela norma culta, mas os personagens se comunicam por meio do dialeto caipira (ainda que simulado ou mimetizado), sem que isso os ridicularize ou seja instrumento de produzir riso no leitor:

⁵⁰ A primeira página dos jornais do início do século não tinha como hoje a função de destacar os assuntos mais importantes, mas não deixava de dar maior visibilidade aos textos ali publicados.

“- Arre! tio Ignacio! Vassuncê mandou que nós viesse’ às dez horas, nós aqui estemo’, e vassuncê nem se mexe’!

- Tio Ignacio, nunca pensei que mecê inda não tivesse acordado!” (OESP, 01/08/1906).

Chama a atenção no trecho acima não só o uso dos pronomes de tratamento "vassuncê" e "mecê", mas inclusive o paradigma de concordância verbal utilizado em "nós viesse". Além disso, o trecho mostra ainda a opção pelo uso de "estemo" em lugar de "estamos".

Em "Mau Costume", a representação do dialeto caipira está não somente na fala dos personagens, mas na linguagem do narrador-personagem que conta sua aventura amorosa com Tuca:

“Quando truxe a Tuca p’ra morar comigo (você na certeza se alembra), a mo que vinha trazendo uma riqueza eu ‘tava alegre por demais. Meu picaço comia a estrada tão ligeiro e tão esperto e muitas vez, a Tuca, que trazia as mãos trançadas no meu corpo, chegou a pedir que eu segurasse um tiquinho a rédea, porque ella quaji que perdia o folgo em tamanha correria” (OESP, 17/11/1906).

Para Leite (1992), Valdomiro Silveira trabalha não puramente com o registro do que é ordinário, superficial e pitoresco no universo caipira, mas também lança mão de processos de estilização. É o que consegue com o tratamento que dá à linguagem, buscando a mesclagem entre a linguagem caipira e a expressão culta do narrador, minimizando ou reduzindo as oposições entre dois pólos em termos de estigma. Silveira “[...] deixa entrever uma forte identificação e solidariedade com relação ao caipira, abordado com um igual sem, entretanto, desconsiderarem-se as particularidades que o caracterizam” (LEITE, 1992: 279).

Essa busca do registro valorizado da linguagem e do universo cultural caipira diferencia Valdomiro Silveira de escritores como Cornélio Pires e Monteiro Lobato, que muitas vezes exploraram tais elementos para causar o riso de leitores citadinos ou ainda mostrar o caráter atrasado das populações do “sertão”. Bernardo Élis (1974) aponta que o

caminho de Silveira foi por isso bem mais áspero que os de seus contemporâneos, que por isso mesmo ficaram mais conhecidos. “Seus contos, pela estrutura, pelo ritmo, pelo tipo de construção frasal, pelas palavras, expressões, espírito e estilo, são elaborados e construídos com observância cuidadosa da estrutura de pensamento e de cultura do homem regional-rural, ou seja, do caipira” (ÉLIS, 1974: xv).

Para Silveira (2008), a obra de Valdomiro deve ser entendida em um contexto em que a intelectualidade paulista procurava buscar para si uma representação nacional voltada para sua própria história. Essa busca, que não se resumiu às manifestações literárias, foi levada a cabo pelo Instituto Histórico Geográfico, pelo Museu Paulista e pela Academia Paulista de Letras, os quais procuraram reinterpretar o passado paulista valorizando em primeiro lugar o bandeirante e, como sua extensão, o caipira. São Paulo ganhava, no âmbito da representação simbólica e histórica nacional, um peso que correspondia à importância econômica que assumia a partir da segunda metade do século XIX (SILVEIRA, 2008: 55).

Na interpretação de Leite (1992), Silveira optou por trabalhar sob a perspectiva “universalizante”, abordando temas genéricos (amor, violência, morte), enraizados na paisagem física e cultural do caipira. O contista trabalha com o amálgama do regional com o universal, do popular com o culto, mitificando o caipira, e a ele associando uma pureza elementar.

Em “Eu, no Sertão”, identificamos bem esse recurso. O conto é narrado em primeira pessoa por um não-caipira que retorna à cidade de São Paulo amargurado pela saudade da amada que deixava no interior. No meio do caminho, atento à paisagem do campo, altamente valorizada pelo narrador em sua descrição, topa com uma roda de “fandango” e de “moda de amor”. É então descrita a profunda impressão que a música lhe causará, trazendo à tona um sentimento de brasilidade por uma cultura que poderia se perder:

“Eu, do meu esconderijo, ou-via e anotava tudo, de apaixonado que já era por estas coisas de nossa terra, flagrantemente características e dolorosamente transitórias, pela invasão desordenada das raças” (OESP, 28/06/1906)⁵¹.

⁵¹ Note nesse trecho que a responsabilidade por ser cultura caipira “dolorosamente transitória” é a “a invasão desordenada das raças”! Menção clara às transformações sociais e culturais sentidas à época em função da chegada maciça dos imigrantes.

Em “Trama” um caipira é enganado por um cigano em negócio de troca de cavalos. Inicialmente a oferta do cigano envolvia, além da troca dos animais, o pagamento por parte do outro. Diante da recusa do caipira em levar adiante a negociação nessas condições, a troca de um animal por outro é proposta pelo cigano mediante um “abraço”. Poderíamos aqui imaginar que o conto trabalha com a ingenuidade do caipira diante de um elemento citadino que engana o seu cliente da roça. Entretanto, o próprio cigano é também um caipira, o que fica claro pela linguagem que o autor usa para representação de suas falas, uma das quais podemos ver abaixo.

“- Ora, ganjão, vancê não vê que meu matungo é de estampa, é fermoso, é passeiro? Antão não volta um nada, ao menos cinco notas p'ra mim beber uma garrafa de mulatinha na saída do arraial? (OESP, 31/07/1906)”

Como é possível notar, algumas marcas lingüísticas da fala do cigano o igualam a seu interlocutor, como o uso do pronome “vancê”, sua escolhas lexicais como “fermoso” e “antão”, e o uso que faz do pronome “mim”, sujeito do verbo “beber”. Ou seja, como se pode ver, trata-se de um “duelo” de iguais, já que ambos pertencem ao mesmo universo rural, embora o cigano mantenha a mobilidade espacial que o caracteriza. Ao final, o caipira obtém ainda sua redenção disparando contra o animal que ao relinchar parecia rir de sua condição de trapaceado.

O conto “Avinha má” tem por tema a morte e a saudade. A personagem Jeronyma perde seu marido e passa a sofrer muito principalmente quando ouve o piar de uma ave chamada “sem-fim”, que lhe aumentava a tristeza e a saudade do marido. Ela chama o “tomador de conta do sítio”, e pede a este seu empregado que lhe prepare uma arma para que ela mesma matasse o pássaro. Após dar fim à ave, Jeronyma descobriu no dia seguinte outro piar da “sem-fim”, descobrindo que “saudade não se mata: ou ella morre por si, ou acaba num dia por matar a gente aos poucos” (OESP, 10/08/1906).

O mesmo tema da saudade aparece em “A Pantasma”. Novamente o conto trabalha com a valorização do saber do caipira frente à questão universal e tão nobre, utilizando-se

desta vez de um narrador que mais uma vez simula o dialeto caipira, como podemos ver no pequeno trecho abaixo :

“Quem nos dirá que sa Minervina não aparece p’r’ elle só porque tá sentindo sodade, lá nesses mundos de Deus? Ora, a sodade, você bem sabe, doe mais tempo e mais fundo que o talho de um façanço...” (OESP, 25/08/1906).

Em “Enredos” novamente a perspectiva do narrador é a do caipira. Como tema está a sua mágoa pela nha Maruca que dando ouvidos às calúnias deixa de com ele flertar, passando a ignorá-lo. Novamente o autor busca um tema universal, o amor e a rejeição, tratado sob o ponto de vista do universo do homem do campo e verbalizado em linguagem que mimetiza novamente o dialeto caipira.

Quando a associação do caipira com o atraso e o inculto se tornou difundida, Valdomiro Silveira, atuou para combater essa desvalorização. Fez isso quando publicou, na década de 1920, os seus escritos em livro, reunindo o que havia sido mostrado ao público esparsamente nos jornais da passagem do século XIX para o XX. É o que mostra no depoimento abaixo:

Os Caboclos, reunindo vinte e quatro Histórias de caipira. Os maiores esforços que fiz, naquela ocasião visavam a dois fins: acabar com a mania, que então grassava entre alguns de nossos escritores, de mostrar o matuto como indivíduo apenas aproveitável em farsa ou troça; esclarecer que caboclo, na linguagem dos brasileiros não quer dizer filho de bugre, senão qualquer mixuango, tapiocano, mucufo ou tabaréu (MILLIET, S., 1950)⁵².

Por todas essas características, por sua ambição realista e de registro da fala caipira⁵³, entendemos que o texto de Valdomiro Silveira é uma boa alternativa para avaliação do uso do sujeito vazio no dialeto das camadas paulistas do interior do Estado no início do século XX, ainda que não seja uma transcrição real de fala. Evidentemente, não é

⁵² *Apud* Freitas (1992).

⁵³ Não se poderia fazer o mesmo com textos de Guimarães Rosa, por exemplo, dado o seu processo de criação literária, que resultam em estruturas lexicais, sintáticas, etc., que afastam qualquer possibilidade dos textos serem tomados como registro.

isento dos processos de criação literária e dos filtros ideológicos do autor, que são resultados de *mimesis* literária. Entretanto, pode cobrir de alguma forma as ausências de um período em que registros gravados eram inexistentes ou muito raros.

Evidentemente, quando compararmos os resultados obtidos por este *corpus* aos *corpora* que formamos com cartas pessoais da elite, deveremos levar em consideração as diferenças em termos de formalidade, que certamente interferirão mais nos resultados obtidos na análise destas últimas.

4.3 Tratamento Estatístico dos *Corpora*

Os *corpora* descritos anteriormente receberão os seguintes tratamentos:

- 1) Mapearemos todas as ocorrências de sujeito pronominal em que seja possível a variação entre sujeitos expressos ou vazios, nos *corpora* que constituímos. Excluiremos da análise as sentenças com verbos no infinitivo, as construções coordenadas em uma mesma sentença com sujeito co-referente e as sentenças no imperativo.
- 2) Cada sentença será analisada identificando a variante utilizada: se sujeito expresso ou sujeito vazio.
- 3) Optaremos por utilizar algumas das variáveis que já haviam sido testadas pelos trabalhos que lidaram com o tema, apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho. Assim, para cada ocorrência consideramos:
 - a) Pessoa: como vimos no capítulo 1, Duarte (1995) e Negrão & Müller (1996), apontam que o processo de aumento de expressos no português brasileiro se deu em primeiro lugar com a 2ª e a 1ª pessoa, sendo a 3ª a que mais resiste ao processo de mudança. Identificaremos, em cada sentença, a pessoa que foi utilizada.
 - b) Configuração da sentença na estrutura CP: de acordo com Duarte (1995), a frequência de expressos é favorecida pela presença de elementos em Spec de CP. Isso ocorre, como vimos, quando há a presença de relativos e nas sentenças interrogativas diretas ou indiretas, exemplificadas pelas sentenças de (1) a (3) a seguir. O uso de vazios aumenta quando a posição Cº está ocupada, por exemplo, por uma conjunção integrante, como temos em (4). Quando a estrutura CP está vazia, a resistência do vazio é ainda maior, o que ocorre nas

sentenças raízes como a que temos em (5). Assim mapearemos esses três contextos nessa variável.

- (1) Este é o amigo que eu mencionei antes.
- (2) Eu gostaria de perguntar quem você vai chamar para a sua festa.
- (3) Onde eu encontro um restaurante?
- (4) Ele₁ disse que cv₁ enviaria a carta hoje.
- (5) cv Falei com o Júlio por telefone.

c) Presença de elementos entre Spec de IP (a posição do sujeito) e I° (a posição do verbo e sua flexão): As sentenças em que há uma partícula de negação (como "não"), um pronome clítico (como "me", "se", "lhe", etc.) ou um advérbio (como "já", "sempre", etc.) em posição pré-verbal, que, portanto, ocupam a posição entre IP e I°, são contextos de resistência do sujeito vazio, segundo Duarte (1995). Indicaremos sua presença em sentenças como as que apresentamos de (6) à (8):

- (6) cv Não faço nada sem você
- (7) cv Me sinto angustiado.
- (8) cv Sempre penso em voltar para São Paulo.

d) Para os sujeitos de 3ª Pessoa endofóricos⁵⁴, buscaremos analisar a acessibilidade do pronome ao seu antecedente⁵⁵, cuja importância na distribuição de vazios e expressos foi demonstrada por Barbosa, Duarte e Kato (2005) e Duarte (2003a). Assim, a acessibilidade é possível quando: i) o antecedente é sujeito de uma sentença principal, como em (9); ii) o antecedente é sujeito de uma subordinada anteposta, como em (10); iii) o antecedente é sujeito de sentença adjacente, como exemplificamos em (11). Caso o antecedente seja sujeito de uma sentença não adjacente, como ocorre em (12), ou caso este não seja sujeito, como em (13), diremos que acessibilidade não existe.

⁵⁴ A referência endofórica se dá quando esta ocorre dentro do âmbito da sentença. Ao referente de um pronome chamamos antecedente.

⁵⁵ O antecedente aqui considerado é o primeiro elemento expresso com o qual o sujeito pronominal (vazio ou expresso) mantém uma relação de correferência.

- (9) O Mário₁ contou a história quando cv₁ me encontrou ano passado.
- (10) Quando o Márcio₁ me viu, cv₁ fez logo cara de quem não gostou.
- (11) O Júlio₁ gosta de ouvir música. Também cv₁ gosta de dançar.
- (12) O Júlio₁ gosta de ouvir música. Mas todos nós sabemos que ele₁ gosta mesmo é de dançar.
- (13) Comprei um casaco para o Rui₁. Ele₁ ficou elegante com a nova roupa.

Descartaremos dessa análise as sentenças com pronomes de 1ª e 2ª pessoas, uma vez que tais pronomes atuam primordialmente na exófora, ou seja, apontando os elementos extra-textuais – os interlocutores – em uma dada situação de conversação. Ainda que tais pronomes também possam atuar na referência endofórica, ou seja, retomando antecedentes no texto, seu caráter exofórico certamente interfere na escolha do falante em preencher ou não o sujeito.

f) Duarte (1995) mostrou que, quando o verbo está no pretérito perfeito, o sujeito vazio encontra um contexto de resistência ao avanço dos expressos. Identificaremos esse contexto para avaliar em nossos *corpora* este fato, em sentenças como (14), a seguir.

- (14) cv Li o livro todo em um sentada.

g) Cyrino, Duarte & Kato (2000), como vimos no capítulo anterior, sustentaram que o aumento do sujeito expresso respeita a chamada escala de referencialidade, de modo que a mudança se iniciou nos contextos marcados pelo traço [+humano], como na sentença (15) em que o pronome se refere a "João", passando posteriormente a atingir aqueles em que os traços [-humanos] estavam presentes, como (16) em que o pronome se refere a um animal. Esses dois contextos serão mapeados em nossos dados.

- (15) O João₁ é um grande amigo. Ele₁ sempre me ajuda nos momentos difíceis.
- (16) O cavalo₁ era uma pangaré. Ele₁ não tinha mais que couro e osso.

4.4 Considerações sobre Contraste entre os *corpora*

No material que recolhemos como amostra do dialeto da elite paulistana procuraremos fazer o contraste de gerações, o que nos permitirá uma análise diacrônica do fenômeno. Assim iremos opor a 1ª geração dos Mesquita, com *corpus* constituído por cartas de Júlio Mesquita, à 2ª geração, cujo *corpus* foi constituído pelas cartas produzidas por Júlio Mesquita Filho e sua esposa, Marina Mesquita.

A comparação dos resultados obtidos a partir das cartas da elite paulistana aos obtidos a partir dos contos que representam o uso da fala da população “caipira” paulista nos permitirá identificar as distinções e aproximações entre esses dois grupos sociais.

Esses contrastes, que entendemos possíveis de serem realizados, devem ser relativizados pelas diferenças existentes entre tais *corpora*. Nesse sentido, é preciso apontar que há diferenças na extensão dos textos que selecionamos, o que pode interferir no resultado que buscamos. Em especial, o *corpus* da 1ª geração da elite paulista, que nos forneceu 76 dados, é bastante reduzido quando comparado aos outros dois, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 14: Extensão dos Corpora

Corpus	Constituição	Qtd. Dados
<i>Elite Paulistana - 1ª Geração</i>	Cartas pessoais Júlio Mesquita	76
<i>Elite Paulistana - 1ª Geração</i>	Cartas pessoais Júlio Mesquita Filho Cartas pessoais Marina Mesquita	555
Caipira	Contos Valdomiro Silveira	270

Outra diferença importante diz respeito ao grau de formalidade de cada material selecionado para cada um dos *corpora*. Assim, os textos da primeira geração da elite são cartas pessoais de cunho político e, portanto, são necessariamente mais formais que as cartas pessoais trocadas entre marido e esposa que constituem o *corpus* da 2ª geração da elite. Os contos de Valdomiro Silveira, por sua vez, constroem situações de conversação que são cotidianas e, portanto, marcados pela informalidade.

Além disso, a análise proposta não estará isenta da diferença de gênero textual. Ou seja, a comparação de cartas pessoais com amostras de uma narrativa pode interferir nos resultados obtidos. Relativizando estas diferenças, acreditamos que os *corpora* são passíveis de comparação.

4.5 Interpretação dos dados lingüísticos em uma perspectiva Histórico-Social

No capítulo 6, buscaremos identificar os elementos que formavam o *habitus* lingüístico da elite nacional paulistana nas três primeiras décadas do século XX e a dinâmica existente no mercado lingüístico em que atuavam.

Para discutir as disposições do *habitus* da elite, procuraremos discutir, com base em fatos sócio históricos, se esta estava propensa a valorizar os aspectos inovadores do PB e que a distinguiria dos grupos imigrantes – portadoras de línguas de sujeito vazio - ou se, ao contrário, estava aberta a sofrer as influências do contato lingüístico com esses estrangeiros, por possuírem uma maior identificação com o europeu.

Por último, para discutirmos a dinâmica do mercado lingüístico em que a elite nacional expunha seus produtos, mapearemos os seus principais concorrentes e avaliaremos se o capital lingüístico que possuía era suficiente para impor suas expressões lingüísticas e, portanto sua competência como “legítima”, ou se, ao contrário, deixaram-se influenciar pelos falares de outros grupos de falantes que São Paulo abrigou naquele período.

Capítulo 5 - Os sujeitos vazios e expressos nos *Corpora* da Elite Paulistana e do dialeto caipira

Introdução

No presente capítulo, avaliaremos o preenchimento ou não dos sujeitos pronominais nos *corpora* que constituímos para representar o dialeto da elite paulistana no início do século XX, contrastando-o, em seguida, ao dialeto caipira. Buscaremos identificar com isso se a elite paulistana de origem nacional caminhou ou não no mesmo sentido que outras variedades dialetais do PB, ou seja, se iniciou nesse período um processo de intensificação do uso de sujeitos expressos avançando sobre os contextos que tradicionalmente eram reservados ao sujeito vazio.

Iniciaremos a análise comparando os usos feitos pela 1ª geração da família Mesquita, a partir de *corpus* formado com as cartas remetidas por Júlio Mesquita, aos da geração seguinte, cujo *corpus* contém textos escritos por Júlio Mesquita Filho e sua esposa. Por fim, repetiremos a análise sobre os textos que recolhemos de Valdomiro Silveira e que estamos tomando como representantes do dialeto caipira.

A análise dos contextos lingüísticos que favorecem (ou não) o preenchimento do sujeito permitirá que possamos discutir aspectos relevantes no âmbito da competência lingüística da elite paulistana. Posteriormente, no capítulo 6, iremos interpretar, em uma perspectiva sócio-histórica, os resultados aqui encontrados buscando elementos sobre o *habitus* lingüístico da elite paulistana e o mercado onde oferecia seus produtos lingüísticos, completando assim nossa análise.

5.1 A distribuição entre sujeitos vazios e expressos em duas gerações da Família Mesquita

Iniciemos nossa análise focando nossa atenção nos *corpora* das duas gerações da família Mesquita, e que, como dissemos no capítulo anterior, serão tomados para representar o uso feito pela elite nacional que habitava na cidade de São Paulo no período definido para nossa pesquisa. Na análise que faremos, iremos comparar os resultados

obtidos nas cartas remetidas por Júlio Mesquita, que constituem amostras da 1ª geração dos Mesquita, aos dados obtidos a partir dos textos de seu filho Júlio Mesquita Filho e Marina Mesquita, a 2ª geração dos Mesquita.

Essa comparação inicialmente nos mostra que as duas gerações dos Mesquita realizavam os sujeitos pronominais predominantemente com o uso da forma vazia. Este resultado não é surpreendente já que o predomínio da forma expressa só se tornou uma realidade entre as décadas de 1930 e de 1950 (DUARTE, 1996: 112). Entretanto, nos dados da Tabela 15, abaixo, é possível perceber que de uma geração à outra houve incremento no uso dos sujeitos expressos, indicando que o processo de mudança que massificou o uso desta última variante já havia se iniciado no dialeto da elite paulistana. Assim, se na 1ª geração 80% das sentenças foram produzidas com sujeito vazio, a geração mais jovem reduziu sua produtividade para 70%, fazendo um uso maior da forma expressa.

Tabela 15: Corpora Elite Paulistana - Distribuição de sujeitos vazios e expressos por geração

	1ª Geração	2ª Geração	Total
PRONOME VAZIO	61 80%	387 70%	448 71%
PRONOME EXPRESSO	15 20%	168 30%	183 29%
TOTAL	76 100%	555 100%	631 100%

A tendência de mudança da 1ª geração para a 2ª é melhor percebida quando observamos como a distribuição de vazios e expressos se deu em cada pessoa do discurso. É o que podemos constatar na Tabela 16, abaixo:

Tabela 16: Corpora Elite Paulistana - Distribuição de sujeitos vazios e expressos por pessoa do discurso e por geração

	1ª Geração			2ª Geração		
	1ª Pessoa	2ª Pessoa	3ª Pessoa	1ª Pessoa	2ª Pessoa	3ª Pessoa
PRONOME VAZIO	41 85%	3 75%	17 71%	305 85%	18 23%	64 54%
PRONOME EXPRESSO	7 15%	1 25%	7 29%	52 15%	62 78%	54 46%
TOTAL	48 100%	4 100%	24 100%	357 100%	80 100%	118 100%

Como podemos ver, a Tabela 16 mostra que a 1ª geração priorizava a forma vazia em todas as pessoas do discurso, uso que nós exemplificamos nas sentenças (1), (2) e (3),

(1) O portador desta carta, Sr. Franco. [sobrenome], deseja ser empregado da polícia como agente de segurança, ou que melhor nome tenha esse emprego. Como é pessoa de bom comporta-mento, cv recomendo-o ao meu amigo, agradecendo desde já o que por elle se puder fazer (WL19801012).

(2) Pessoalmente, cumpre-me declarar mais uma vez, depois de agradecer ao Sr. a delicadesa do convite, que me cv dirigiu, e a honra da missão, de que me cv encarregou - que por motivos por mim ao Sr. já expostos, não me é possível voltar á cadeira do Senado, que perdi, nada tendo perdido com isso nem República, nem o Estado (WL 19801010).

(3) De Araras nos comunicam os nossos amigos que o carcereiro, João Amancio de Abreu, é um dos mais activos cabos eleitorais contra nós. cv Pedem-me a sua demissão e a nomeação de Francisco Alves Corrêa. Não sou partidário de demissões políticas (WL 19801013).

Ao contrário disso, o *corpus* da 2ª geração mostra usos diferenciados nas três pessoas do discurso. Na 1ª pessoa, a forma vazia manteve sua predominância e produtividade, aparecendo em 85% dos casos, um dos quais apresentamos em (4). Nas sentenças com a 2ª pessoa, a forma expressa, no entanto, representou 78% das sentenças, uma das quais podemos ver em (5), relegando ao pronome vazio um uso minoritário. Em contextos marcados pela 3ª pessoa, a geração mais nova dos Mesquita equilibrou a situação de concorrência entre as duas variantes, aumentando a produtividade do sujeito expresso

para 46%, o que podemos ver em (6), e mantendo a forma vazia em 54% dos casos, usos que exemplificamos em (7).

(4) cv Quero você para mim e para os meus tresinhos. (MESQUITA FILHO, 2006: 27).

(5) Você desta vez está demorando por aí. (MESQUITA FILHO, 2006: 30).

(6) O Ruy recebeu cartões do Caco, Lia e da Lucila, ficou radioso. Ele pede a você para trazer-lhe um dos livros de Gedon. (MESQUITA FILHO, 2006: 59).

(7) Mequinha seguiu dia 21. cv Foi tristíssima, por ter deixado as filhas. (MESQUITA FILHO, 2006: 59).

A manutenção de elevados índices de produtividade do sujeito vazio nos contextos de 1ª pessoa aqui contradiz Duarte (1995) que apontou este contexto como um dos primeiros a facilitar o processo que levou ao aumento expressivo do sujeito expreso. Entretanto, esse mesmo quadro de resistência na 1ª pessoa foi encontrado por Paredes da Silva (1988) que, de forma similar ao nosso estudo, trabalhou com *corpus* constituído por cartas produzidas na década de 1980, como vimos no Capítulo 2. Assim este gênero textual ainda recentemente favorecia o uso dos sujeitos vazios, o que certamente influenciou no resultado que encontramos.

Já os resultados obtidos para a 2ª e para a 3ª pessoa coincidem com os resultados encontrados por Duarte (1995) para a oralidade. Assim, eles confirmam a importância da 2ª pessoa para o processo de mudança que massificou os sujeitos expressos, no caso liderando os preenchimentos. Já para a 3ª pessoa, identificada por este mesmo estudo como o contexto de maior resistência do sujeito vazio, novamente confirmamos os achados desta autora, mas devemos assinalar que da 1ª geração para a 2ª houve um avanço significativo da forma expressa: eram 29% das realizações de Júlio Mesquita e atingem 46% das sentenças que mapeamos nas cartas de autoria de Júlio Mesquita Filho e sua esposa.

Muito importante esclarecer que não encontramos nos dois *corpora* sentenças com “tu” ou verbo com a flexão canônica deste pronome. As cartas de Júlio Mesquita, o pai, têm como interlocutor o político Washington Luís, tratado por “amigo”, por “Senhor” ou ainda,

por “Doutor”. Já nas cartas da 2ª geração, trocadas entre esposa e esposo, há sempre o uso de “você” na referência ao seu interlocutor.

Agora passemos à análise de outra questão: a do impacto do traço semântico do referente. Como mencionamos no Capítulo 2, Cyrino, Duarte & Kato (2000) mostraram a importância da hierarquia de referencialidade na trajetória da distribuição de vazios e expressos no português brasileiro. Para as autoras, o preenchimento do sujeito se iniciou nos contextos carregados de traço [+humano], e só posteriormente atingiu contextos com presença do traço [-humano].

A Tabela 17, abaixo, mostra os resultados que obtivemos para as duas gerações no que se refere à distribuição de sujeitos vazios e expressos em contextos marcados por referentes de traço [+Humano] e [-Humano]. Vejamos os resultados:

Tabela 17: Corpora Elite Paulistana - Distribuição de sujeitos vazios e expressos por geração e por traço semântico do Referente

	1ª Geração		2ª Geração	
	[+HUMANO]	[-HUMANO]	[+HUMANO]	[-HUMANO]
PRONOME VAZIO	60 82%	1 33%	383 70%	4 57%
PRONOME EXPRESSO	13 18%	2 67%	165 30%	3 43%
TOTAL	73 100%	3 100%	548 100%	7 100%

A baixa quantidade de ocorrências em contexto de referente de traço [-Humano] prejudica a análise dessa variável. Ainda assim, é possível notar nos resultados acima, que consideram as ocorrências com todas as pessoas do discurso, que houve, da 1ª geração para a 2ª, um avanço do sujeito expresso nas sentenças em que o traço semântico do referente é [+ Humano], ratificando a tese de que a maior referencialidade favorece o preenchimento. Assim, nesses contextos, a geração que faz um uso mais intenso dos sujeitos expressos reduz o percentual de vazios para 70%. É o que ocorre em sentenças como (8), marcadas pela 1ª pessoa; em sentenças como (9), com 2ª pessoa; (10) na qual há 3ª pessoa. Abaixo também apresentamos a sentença (11), que mostra o uso com a forma vazia em contexto em que o referente tem traço [-Humano].

(8) Uma coisa eu garanto: já estou por tudo. Contanto que você saia disso com a vida e do meu lado, agüentarei o que for preciso (MESQUITA FILHO, 2006: 31).

(9) Você se portará como um homenzinho que você é, e fará boa companhia a vovó e aos seus irmãozinhos (MESQUITA FILHO, 2006: 45).

(10) Mendonça₁, com aquele exagero conhecido, contou da sua importância. Disse-me ele₁ que você é o ministro do Exterior do quartel G (MESQUITA FILHO, 2006: 27).

(11) Se apesar de tudo quiser que embarque já, mande ordens₁ que cv₁ serão cumpridas (MESQUITA FILHO, 2006: 40).

Os percentuais elevados de sujeitos vazios em contexto marcado pelo traço [+humano] do referente que apresentamos acima, devem ser relativizados. Em virtude da grande quantidade de casos de sentença em 1ª pessoa, ou seja, em contexto que favoreceu, pelas razões expostas anteriormente, o elevado percentual de sujeitos não-expressos nas duas gerações. Se excluirmos estas sentenças da análise, o que fizemos na Tabela 18, obteremos um quadro que evidencia de forma mais contundente os impactos dos contextos marcados pelo traço [+Humano] no aumento dos sujeitos expressos:

Tabela 18: Corpora Elite Paulistana - Distribuição de sujeitos vazios e expressos por geração e por traço semântico do Referente, excluindo-se sentenças de 1ª pessoa

	1ª Geração		2ª Geração	
	[+HUMANO]	[-HUMANO]	[+HUMANO]	[-HUMANO]
PRONOME VAZIO	19 76%	1 33%	78 41%	4 57%
PRONOME EXPRESSO	6 24%	2 67%	113 59%	3 43%
TOTAL	25 100%	3 100%	191 100%	7 100%

Portanto, excluindo-se os dados de 1ª pessoa, percebemos que a 2ª geração faz dos sujeitos expressos a regra - e não a exceção, uma vez que estes aparecem em 59% dos sujeitos pronominais em contextos de referentes com traço semântico [+humano], relegando aos vazios uma produtividade de 41%.

Passemos agora a avaliar o impacto da configuração da categoria CP para a distribuição entre vazios e expresso nos textos dos Mesquita. Iniciemos avaliando os dados dispostos na Tabela 19, a seguir.

Tabela 19: Corpora Elite Paulistana - Distribuição de sujeitos vazios e expressos por geração em função da configuração da estrutura CP

	SPEC PREENCHIDO		Cº PREENCHIDO		CP VAZIO	
	1ª Geração	2ª Geração	1ª Geração	2ª Geração	1ª Geração	2ª Geração
PRONOME VAZIO	13 81%	20 47%	17 71%	68 56%	31 86%	299 77%
PRONOME EXPRESSO	3 19%	23 53%	7 29%	54 44%	5 14%	91 23%
TOTAL	16 100%	43 100%	24 100%	122 100%	36 100%	390 100%

Os dados da tabela acima confirmam Duarte (1995; 2003a). As sentenças construídas com Spec de CP preenchido, que incluem as relativas e as interrogativas diretas e indiretas, favorecem o avanço dos expressos sobre os vazios. Assim há neste contexto uma queda drástica no uso da forma vazia, de 81% para 47%. As sentenças (12) e (13) exemplificam o uso de Júlio Mesquita com a categoria vazia neste contexto⁵⁶, enquanto (14), (15) e (16) foram construídas com o sujeito expresso pelos membros da segunda geração da família.

(12) Queira desculpar a maçada, que cv lhe dou, e a franquesa com que me exprimo (WL19801010).

(13) Mas, que cv hei de faser? (WL19801006)

(14) Hoje mando aspirina e o salofeno que você pediu (MESQUITA FILHO, 2006: 28).

(15) Gostaria de saber o que você tenciona fazer no caso do cataclisma vir mesmo (MESQUITA FILHO, 2006: 31).

(16) Como tem você suportado estes duros dias em que, aos sofrimentos dos dias de luta, se vem juntar as preocupações com as incertezas do dia de amanhã despertam? (MESQUITA FILHO, 2006: 39).

⁵⁶ No material de Júlio Mesquita, o pai, não há exemplos de interrogativas indiretas.

O segundo fato confirmado pela Tabela 19 é a posição intermediária do contexto em que C° aparece preenchido, o que ocorre nas completivas e nas adjuntas. Nessas condições, há uma diminuição no uso do sujeito vazio na evolução da primeira geração dos Mesquita à segunda, mas isso não é suficiente para determinar a perda de sua "hegemonia", mantendo ainda uma produtividade de 56%. As sentenças (17) e (18) exemplificam o uso por Júlio Mesquita e (19) e (20) são sentenças da geração mais nova nesse mesmo contexto.

(17) Julgo, pois, de toda a oportunidade que o Sr. seja sabedor do que a seguir exponho (WL19801004).

(18) Desde que cheguei ao Rio de Janeiro observei que o maior empenho do Dr. Alvaro de Carvalho consistiu em não permittir que a sua candidatura tomasse significação de movimento de hostilidade, ou de simples desagrado, contra quem quer que fôsse. Ouvio-o muitas vezes affirmar que cv a retiraria, se a visse revestida desse aspecto inteiramente repugnante ao seu sentir pessoa (WL19801004).

(19) Estive várias vezes com o Ayres. Senti que ele está magoado com você (MESQUITA FILHO, 2006, 30).

(20) Estou com vontade de ir ao arcebispo pedir que cv tire a imagem de Nossa Senhora daí e traga para São Paulo (MESQUITA FILHO, 2006: 32).

Por fim, a tabela 19 também ratifica que sentenças com CP vazio resistem mais ao aumento do uso do sujeito expresso. Isso é atestado pela constatação de que as duas gerações mantêm elevados índices de produtividade da forma vazia nesse contexto, sempre acima de 70%. Isso é o que acontece em (21) e (22), a primeira produzida por Júlio Mesquita e a segunda pelo seu filho.

(21) cv Ouvi diser que já são quatro os candidatos (WL19801008)

(22) cv Estive hoje a tarde toda com nossos heróis (MESQUITA FILHO, 2006: 27).

Agora façamos o estudo da distribuição de vazios e expressos em função da configuração da estrutura IP. Como vimos no Capítulo 2, a presença de elementos entre

Spec de IP e I° é apontada como um dos fatores que favorece o sujeito vazio. Isso ocorre quando há presença de negação, ou de clíticos, ou ainda, de advérbios leves (como "já", "ainda", "sempre", etc.), intermediando o sujeito e o verbo. É como se o prolongamento prosódico desses elementos com o verbo evitasse que o sujeito pudesse aparecer expressamente realizado. Os dados da 1ª geração da família Mesquita confirmam isso, como podemos ver na Tabela 20, uma vez que na sua presença, os sujeitos vazios são quase exclusivos, o que ocorre em sentenças como (23), (24) e (25). Para a 2ª geração, esse mesmo contexto mantém o percentual de vazios em 69%, o que exemplificamos em (26), (27) e (28). Porém, há queda acentuada da produtividade do sujeito oculto se considerarmos a passagem da 1ª para a 2ª geração.

Tabela 20: Corpora Elite Paulistana - Distribuição de sujeitos vazios e expressos na presença de elementos entre Spec de IP e I°, por geração

	1ª Geração	2ª Geração
PRONOME VAZIO	25 93%	81 69%
PRONOME EXPRESSO	2 7%	37 31%
TOTAL	27 100%	118 100%

(23) cv Não sou partidário de demissões políticas. Por isso, não peço tanto (WL19801012).

(24) Eis a deliberação, com a qual cv me declarei, e me declaro inteiramente de acordo (WL19801010).

(25) cv Ainda conheço da politica paulista o suficiente para poder afirmar que não faltava fundamento á sua convicção (WL19801004).

(26) cv Não pude falar franco com você pelo telefone (MESQUITA FILHO, 2006: 28).

(27) Contemplando-os ainda mais cv me convenço da insignificância das gerações de hoje (MESQUITA FILHO, 2006: 58).

(28) cv Ainda tenho esperanças que os bandidos não entrem em Campinas, mas se isso acontecer não sei o que será de nós! (MESQUITA FILHO, 2006: 31).

Outro ponto que interfere na distribuição entre sujeitos vazios e expressos é a possibilidade (ou não) do pronome acessar "com facilidade" o seu referente, como mostram os estudos de Duarte (2003a) e Barbosa, Duarte & Kato (2005). A facilidade de acesso favorece a ocorrência do sujeito vazio, ou seja, quando não há interferências entre o pronome e o seu antecedente, o que ocorre quando: a) o referente é o sujeito de sentença adjacente à sentença do pronome; b) quando o referente é o sujeito de sentença raiz e o pronome está em sentença subordinada e c) quando o referente é o sujeito da subordinada anteposta à sentença raiz que contém o pronome. A não facilidade de acesso ao referente, por sua vez, leva a um maior uso do sujeito expresso, o que ocorre nas construções em que há sentenças com outro sujeito interferindo na relação pronome-antecedente, ou ainda, quando o antecedente não está na posição de sujeito. A tabela 21, abaixo, mostra a questão da acessibilidade e sua evolução de uma geração à outra da família Mesquita, para os usos de 3ª pessoa endofóricos⁵⁷.

Tabela 21: Corpora Elite Paulistana - Distribuição de sujeitos vazios e expressos por geração e em função da acessibilidade ao antecedente, por geração

	ANTECEDENTE ACESSÍVEL		ANTECEDENTE NÃO ACESSÍVEL	
	1ª Geração	2ª Geração	1ª Geração	2ª Geração
PRONOME VAZIO	6 86%	37 74%	11 65%	27 40%
PRONOME EXPRESSO	1 14%	13 26%	6 35%	41 60%
TOTAL	7 100%	50 100%	17 100%	68 100%

Mais uma vez os dados que obtivemos para a 1ª geração não são numericamente robustos, quando separamos as ocorrências em função da acessibilidade que o pronome tem ao seu antecedente. Ainda assim, chama-nos a atenção o fato de que Júlio Mesquita, qualquer que tenha sido o contexto, tenha preferido realizar o sujeito com a forma vazia na maior parte das sentenças que mapeamos, como mostra (29), na qual o sujeito vazio está na subordinada e retoma o sujeito da sentença raiz e (30) que é do padrão I, na classificação sugerida por Barbosa, Duarte & Kato (2005).

⁵⁷ Não analisamos esse fator para a 1ª e para a 2ª pessoa, dado o caráter necessariamente exofórico de sua referência.

(29) O Dr. Alvaro de Carvalho₁ só assumiu a que o fizessem candidato, e disto sou eu próprio testemu/nha, quando cv₁ se convenceu de que/ tinha a seu lado a maioria das influencias eleitorais de S. Paulo (WL 19801004).

(30) Não se lembra, porém, de terem dito os dois chefes republicanos₁ o que cv₁ disseram com caracter de compromisso (WL 19801010).

A geração que o sucedeu, entretanto, inverte a forma predominante de acordo com o contexto. Assim, nos casos de antecedente acessível, 74% dos sujeitos são vazios, como mostram os exemplos (31), em que o antecedente é sujeito de sentença adjacente e (32), em que o sujeito vazio tem como antecedente o sujeito da sentença raiz. No entanto, quando esta acessibilidade é dificultada, seja porque o antecedente não tinha função de sujeito (como ocorre em (33)), ou ainda, porque há uma sentença intermediando o pronome e seu antecedente (como (34)), 60% das ocorrências têm um pronome expresso.

(31) Charlot e Chiquinho₁ lá estavam. cv₁ Partiram hoje cedo para Quitaúna, de onde tomam rumo hoje ou amanhã (MESQUITA FILHO, 2006: 28).

(32) O Camurati₁ me disse que cv₁ está muito contente (MESQUITA FILHO, 2006: 59).

(33) Aluguei hoje nossa casa ao João Sampanio₁. Creio que fiz um bom negócio. Ele₁ compromete-se a pintar toda a casa e fazer várias reforminhas, toma a casa sem móveis e por três anos pagando o primeiro ano 1:200 e outros dois 1:000 (MESQUITA FILHO, 2006: 49)

(34) O Ruy recebeu cartões do Caco, Lia e da Lucila, ficou radioso. Ele₁ pede a você para trazer-lhe um dos livros de Gedon. São de Rabies. Ele₁ quer Gedon chef des brigands. (MESQUITA FILHO, 2006: 59).

Passemos agora a avaliar o impacto do contexto com pretérito perfeito na distribuição de sujeitos vazios e expressos. Como vimos no capítulo anterior, este tempo verbal favorece a forma não expressa. Os dados da Tabela 22 confirmam esse resultado, como podemos ver a seguir.

Tabela 22: Corpora Elite Paulistana - Distribuição de sujeitos vazios e expressos por geração e em função do tempo verbal

	PRETERITO PERFEITO		OUTROS TEMPOS VERBAIS	
	1ª Geração	2ª Geração	1ª Geração	2ª Geração
PRONOME VAZIO	18 86%	100 85%	43 78%	287 66%
PRONOME EXPRESSO	3 14%	17 15%	12 22%	151 34%
TOTAL	21 100%	117 100%	55 100%	438 100%

Note que para as duas gerações que aqui confrontamos, o contexto com verbo no pretérito perfeito manteve a produtividade do sujeito vazio bastante elevada e praticamente inalterada, em torno de 85%, o que exemplificamos em (35) e (36). Sentença como (37) e (38) realizadas com outros tempos verbais, permitem que de uma geração à outra haja um aumento na produtividade da forma expressa (de 22% para 34%).

(35) cv Ouvi-o muitas vezes afirmar que a retiraria, se a visse revestida desse aspecto inteiramente repugnante ao seu sentir pessoa. (WL19801004).

(36) cv Comprei três camisas bem ordinárias para não mandar as suas finas. (MESQUITA FILHO, 2006: 31).

(37) Hoje, pela manhan, reuni os meus amigos, que se acham nesta capital, e tudo lhes expus, para que elles/ deliberassem. (WL19801010).

(38) Estive várias vezes com o Ayres. cv Senti que ele está magoado com você (MESQUITA FILHO, 2006: 30).

Ainda que não tenhamos selecionado no capítulo de aspectos metodológicos a ordem sentencial para estudo, para terminar com o confronto entre as duas gerações da família Mesquita, fizemos uma pequena análise sobre a questão da ordem sentencial. Esta análise foi motivada pela identificação de sentenças em nossos *corpora* que mostravam o uso da ordem V-S (verbo antes do sujeito) e da ordem S-V (sujeito antes do verbo), o que sugere, a possibilidade de livre inversão, fenômeno associado às “línguas de sujeito nulo”.

A Tabela 23 mostra o quadro que encontramos nos *corpora* da 1ª geração e da 2ª para as ocorrências que selecionamos com sujeito expreso.

Tabela 23: Corpora Elite Paulistana - Ordem Sentencial por geração nas ocorrências de sujeito expreso

	1ª Geração	2ª Geração	TOTAL
ORDEM S-V	11 73%	142 85%	153 84%
ORDEM V-S	4 27%	26 15%	30 16%
TOTAL	15 100%	168 100%	183 1

Como podemos ver, as sentenças por nós selecionadas nos materiais das duas gerações mostram a predominância da ordem S-V. Mas isso não é tudo: de uma geração à outra o percentual de sentenças com ordem V-S reduziu-se de 27% para 15%, ou seja, a geração que faz um maior uso do sujeito expreso é também a que menos se utiliza dessa ordem. Portanto, no dialeto da elite, já havia reduzido a possibilidade de ocorrer livre inversão entre sujeito e o verbo, acompanhando o processo que solidificou a ordem S-V como a preponderante no PB (BERLINCK, 2000). Os exemplos (39) e (40) produzidos por Júlio Mesquita e (41) e (42) que recolhemos do material da 2ª geração dos Mesquita evidenciam sentenças com as duas ordens sentenciais.

(39) Certo de que serei atendido, porque tenho confiança no seu [do seu interlocutor] reconhecido espírito de justiça, desde já eu apresento os meus cordiais agradecimento, e mais uma vez lhe peço que disponha com franquesa do Amigo, Júlio Mesquita (WL 198001007).

(40) Consta-me que fervem as eleições á volta da vaga que se vae abrir no Senado, pela escolha do Fernando/ Prestes para vice-presidente do Estado. Vou eu á sua presença para aumentar a fervura (WL 198001008).

(41) O assunto é sempre o mesmo e eu estou ficando cansada dele (MESQUITA FILHO, 2006: 40).

(42) Espero que a impressão seja falsa e que nos primeiros dias de dezembro esteja eu também tendo esta felicidade (MESQUITA FILHO, 2006: 49).

5.1.2 Conclusões sobre Dialeto da Elite Paulistana

Podemos passar, agora, às nossas primeiras conclusões em função da análise lingüística aqui realizada. Assim, é preciso apontar que nossas análises nos levam a inferir que a elite paulistana, representada aqui pela importante família Mesquita, embora ainda preferisse a forma vazia, já preparava a mudança que favoreceria os pronomes expressos, o que a distinguiria dos falantes estrangeiros que aqui chegavam.

O processo de incremento dos sujeitos expressos se deu de maneira não uniforme nas diferentes pessoas do discurso. Assim, as cartas mostraram um processo mais avançado de preenchimento na 2ª pessoa e, em seguida na 3ª pessoa do discurso. O fato de que a 1ª pessoa foi a que mais se mostrou resistente a esse incremento foi por nós atribuído às particularidades do gênero “cartas pessoais”, em que o remetente é o elemento dado.

Excluindo-se esse comportamento da 1ª pessoa em relação à predição da Hierarquia Referencial e da Hipótese de Mapeamento Implicacional (CYRINO, DUARTE & KATO, 2000), os demais contextos marcados pelo traço [+Humano] se mostraram favoráveis ao processo de incremento dos sujeitos expressos.

Nossos dados também atestam que o preenchimento de Spec de CP - posição ocupada por pronomes relativos e interrogativos - já atuava favorecendo o preenchimento. Os contextos com CP vazio, por sua vez, aumentavam a possibilidade de uso da categoria vazia.

Os contextos em que elementos aparecem separando o sujeito da sentença (Spec de IP) e o verbo (em Iº), como as partículas de negação, os clíticos e os advérbios leves, também mantém a predominância do sujeito vazio, a despeito do incremento significativo do sujeito pleno de uma geração à outra nesse mesmo contexto.

Nos textos dos Mesquita, as sentenças em que o sujeito pronominal encontrava "dificuldades" em acessar o seu antecedente, ou seja, o elemento com o qual tinha uma relação de correferência, a estratégia de utilizar sujeitos expressos era preferencialmente executada. O acesso fácil ao antecedente favoreceu o uso do sujeito vazio.

Os contextos de pretérito perfeito, por sua vez, também foram confirmados com os mais resistentes ao avanço dos sujeitos expressos.

Por último, esses resultados confirmam, portanto, que a norma lingüística da elite paulistana se distinguia da norma dos imigrantes transferidos para São Paulo. No capítulo 6 daremos nossa interpretação sobre os significados dessa opção. Antes, porém, é necessário que analisemos o *corpus* do dialeto caipira que constituímos com os textos de Valdomiro Silveira, e que posteriormente serão confrontados com os resultados que encontramos para a elite paulistana, a partir dos textos dos membros da família Mesquita.

5.2 A distribuição entre sujeitos vazio e expresso para os caipiras de Valdomiro Silveira

No *corpus* que formamos com os textos de Valdomiro Silveira que mimetizam as falas do dialeto caipira, recolhemos 270 ocorrências, das quais 61% são de sujeito pronominal expresso, como podemos ver na Tabela 24, abaixo. Exemplo desse uso, nós mostramos na sentença (43), marcada pela repetição do pronome "eu", além do uso do pronome "você".

Tabela 24: Corpus Dialeto Caipira: Distribuição de Vazios e Expressos

PRONOME VAZIO	105 39%
PRONOME EXPRESSO	165 61%
TOTAL	270 100%

(43) Quando eu truxe a Tuca p'ra morar comigo (você na certeza ainda se alembra), a mó que eu vinha trazendo uma riqueza: eu tava alegre por demais (OESP, 17/01/1906).

A diferença desse material para aquele que tomamos como o registro da elite é, portanto, significativa: o processo de intensificação do uso de sujeitos expressos aqui já estaria bem adiantado.

O incremento de sujeitos expressos que mapeamos nesse *corpus* mostra um comportamento similar ao mapeado por Duarte (1995) e Negrão & Müller (1996), quanto ao impacto das pessoas do discurso. Os sujeitos vazios resistem ainda à mudança na 3ª

pessoa, contexto em que são 61% dos casos, um dos quais transcrevemos em (44). Na 1ª e na 2ª pessoa, os preenchimentos da posição de sujeito já teriam conquistado ampla "hegemonia", ocorrendo em 68% e 82% dos casos respectivamente, em sentenças como (45) e (46).

Tabela 25: Corpus Dialeto Caipira: Distribuição de sujeitos vazios e expressos

	1ª Pessoa	2ª Pessoa	3ª Pessoa
PRONOME VAZIO	30 32%	13 18%	62 61%
PRONOME EXPRESSO	65 68%	61 82%	39 39%
TOTAL	95 100%	74 100%	101 100%

(44) O Carrinho₁ muchou: pois não é que em vez de bulir co' a nha Dita, cy₁ bulira co' a Cota? (OESP, 25/01/1906).

(45) Nos primeiros tempos, ansim que eu chegava da rua, fôsse quando fôsse, caia de buquinhas em riba della (OESP, 17/01/1906).

(46) Vossuncê mandou que nós viesse às dez horas, nós aqui estemo e Vossuncê nem se mexe! (OESP, 08/01/1906).

É necessário dizer que o *corpus* de dialeto caipira não apresenta sentenças com “tu” (expresso ou “oculto”), sendo que há apenas uma única ocorrência com “vós”, o que apresentamos em (47). Além de ser realizada majoritariamente com “você”, a 2ª pessoa do singular também aparece com as formas "vancê", "mecê" e "vossuncê", como mostram os exemplos (48), (49) e (50) abaixo:

(47) O Carrinho, quando é que yós casais co' a pobre da nha Dita? (OESP, 25/01/1906).

(48) Este povinho é bisonho nem vancê magina! (OESP, 28/07/1906)

(49) Tio Ignácio, nunca pensei que mecê ainda não tivesse acordado! (OESP, 08/01/1906)

(50) Vossuncê mandou que nós viesse às dez horas, nós aqui estemo e Vossuncê nem se mexe! (OESP, 08/01/1906)

Passemos, agora, a verificar o impacto do traço semântico do referente na distribuição de sujeitos vazios e expressos, checando a hipótese da hierarquia referencial (CYRINO; DUARTE & KATO, 2000), a partir dos dados consolidados na Tabela 26.

Tabela 26: Corpora Dialeto Caipira - Distribuição de sujeitos vazios e expressos por traço semântico do Referente

	1ª Geração	
	[+HUMANO]	[-HUMANO]
PRONOME VAZIO	98 38%	7 70%
PRONOME EXPRESSO	162 62%	3 30%
TOTAL	260 100%	10 100%

Como podemos ver, a maior parte dos dados, 260 ocorrências, deu-se em contexto cujo referente tem traço semântico [+Humano]. E nesse contexto, os sujeitos expressos encontram produtividade de 62%. São sentenças com a 1ª e a 2ª pessoa do discurso, como as sentenças que apresentamos anteriormente, além de ocorrências como (51) em que um pronome de 3ª pessoa retoma o antecedente "Tonho".

(51) O Tónho₁, p'ra não parecer soberbo, não pode engeitar o convite do povo da Mumbuca na festa do Santo Antonio, santo que inté vem a ser padrinho delle: 'teve que ir na função do Chico Cesario, sabe Deus como, elle₁ ha tanto tempo não corre os dedos p'ras turinas e nem vê cara de viola! (OESP, 01/09/1906).

Os poucos dados que dispomos de sentenças em que o referente tem traço semântico [-Humano], um dos quais apresentamos em (52), são em sua maioria realizados com sujeito vazio e sempre se referem a elementos [+Concretos]. Ou seja, não há aqui referentes de caráter abstrato, ou ainda, a retomada de proposições.

(52) O meu cavallinho₁ é de truz p'ra vencer terra, vancê não maginou errado: cy₁ garra num passe de chão, nem bem se mette na estrada, que não acaba mais, vae-se embora! (OESP, 31/07/1906).

Uma das ocorrências com traço [-Humano] que aparece com sujeito expreso, contrariando a previsão da hierarquia referencial, é justamente um caso de 2ª pessoa cujo referente é, como em (52) um cavalo, mas que dessa vez foi “humanizado” pelo personagem que a ele se dirige:

(53) Vancê [o cavalo] inda faz zombaria, ô traste? Vancê inda sirre? (OESP, 31/06/1906).

Passemos, agora, a analisar o impacto da estrutura CP na distribuição de vazios e expressos na posição de sujeito. Como podemos ver na Tabela 27, mais uma vez o contexto que menos favoreceu a categoria vazia se deu quando a posição Spec de CP está ocupada, o que, como vimos, ocorre quando há uma relativa, como (54); ou estamos nas interrogativas diretas, como (55); ou ainda, nas interrogativas indiretas, como a (56).

Tabela 27: Corpus Dialeto Caipira: Distribuição de sujeitos vazios e expressos em função da configuração da estrutura CP

	SPEC PREENCHIDO	Cº PREENCHIDO	CP VAZIO
PRONOME VAZIO	7 30%	27 34%	71 42%
PRONOME EXPRESSO	16 70%	53 66%	97 58%
TOTAL	23 100%	80 100%	168 100%

(54) Você conheceu de certo a mulher do Tónho, sá Minervina, aquela lindura de moça cuyabana: de certo inda se alembra do quanto o rabicho que ella ustantava por elle, logo que chegou no arraial (OESP, 12/09/1906).

(55) Bom dia, meu ganjão, vancê como vae? (OESP, 31/07/1906).

(56) Não se judia ansim dum galheiro. E eu preguntava por que motivo ella me fazia essa passage (OESP, 17/01/1906).

A tabela anterior ainda revela a situação intermediária do contexto em que C° está preenchido, no favorecimento do incremento do uso do sujeito expresso. Assim, como podemos ver, esse tipo de sentença apresenta 66% de sujeitos expressos. É o que ocorre em sentenças como (57) e (58) que exemplificam este contexto:

(57) Vossuncê mandou que nós viesse às dez horas, nós aqui estemo e Vossuncê nem se mexe! (OESP, 08/01/1906).

(58) Se vancê me faz uma volta de cem ferros, eu largo meu garapuava p'ro seu nhato! (OESP, 31/07/1906).

Por último, os dados da Tabela 27 confirmam que quando CP está vazio a resistência do pronome vazio se faz mais forte, atingindo 42% dos casos. A sentença (59), abaixo, é uma das ocorrências neste contexto com a categoria vazia, a qual contrasta com o uso feito em (60), também com CP vazio.

(59) O Felisberto não podia aguentar mais, podia? cy Ficou inteiro fóra de si (OESP, 11/02/1906).

(60) P'r'ella não se queixar de mim, botei na mesa um pacote de dinheiro que atura um anno, decerto. Ella ficou fazendo exclamação, apesar que eu não contei que largava della p'ra toda vida (OESP, 17/01/1906)

Passemos agora a avaliar o efeito da presença/elementos entre Spec de IP, ou seja, o sujeito da sentença e I° (a flexão e o verbo). O *corpus* que tomamos como representante do dialeto caipira mostra que a presença de elementos entre essas duas posições favorece, embora de maneira suave, a categoria vazia. Como podemos ver a seguir, em que o percentual de vazios, quando há elementos de negação, pronomes clíticos ou ainda advérbios leves (como "já", "sempre", etc.) nessa posição, atinge 43%, exemplificadas de (61) a (65), contra uma produtividade de 37% nas sentenças sem esses elementos, como (64). Portanto, há um leve favorecimento do sujeito vazio na presença desses elementos adjuntos.

Tabela 28: Corpus Dialeto Caipira: Distribuição de sujeitos vazios e expressos e ausência/presença de elementos entre Spec de IP e I°

	Ausência de Elementos entre Spec de IP e I°	Presença de Elementos entre Spec de IP e I°
PRONOME VAZIO	65 37%	40 43%
PRONOME EXPRESSO	111 63%	54 57%
TOTAL	176 100%	94 100%

(61) cv Não arrepare nas maneiras deste povinho, compadre! (OESP, 28/07/1906).

(62) Pois cv me volte um abraço e o negócio está fechado (OESP, 31/07/1906)

(63) Já cv fez [o cavalo] tudas as mudas, e mais algumas, hein ganjão! (OESP, 31/07/1906)

(64) cv Matutou naquilo e, arrependeu-se de amofinar a pobre desse feito (OESP, 25/01/1906).

Como já mostramos nas pesquisas realizadas por Duarte (1995) e Barbosa, Duarte e Kato (2000), e confirmamos no *corpus* com os textos produzidos pelos membros da família dos Mesquita, a acessibilidade do pronome ao seu antecedente é determinante para a escolha da forma vazia ou expressa. Nas estruturas em que a co-referência entre pronome e seu antecedente se dá sem interferências e ambos estão em posição de sujeito, a categoria vazia é favorecida. Também o *corpus* do dialeto caipira confirma essa relação, como podemos ver na Tabela 29, resultado da avaliação dos sujeitos pronominais de 3ª pessoa endofóricos.

Tabela 29: Corpus Dialeto Caipira: Distribuição de sujeitos vazios e expressos em função da acessibilidade ao antecedente

	ANTECEDENTE ACESSÍVEL	ANTECEDENTE NÃO ACESSÍVEL
PRONOME VAZIO	19 76%	39 57%
PRONOME EXPRESSO	6 24%	30 43%
TOTAL	25 100%	69 100%

Assim, no contexto de acessibilidade, 76% das ocorrências são de sujeitos vazios. Isso ocorre nos contextos exemplificados abaixo. Em (65), há uma categoria vazia na posição de sujeito de uma subordinada e o antecedente está na sentença principal; em (66), ambos estão em sentenças independentes e adjacentes.

(65) A Tuca₁ é 'ua morena creada que inda cv₁ parece menina nova, nunca vi! (OESP, 17/01/1906).

(66) A morena₁ não dava esperança de garrar o caminho das outras. cv₁ 'tava junto de mim (OESP, 17/01/1906).

Quando a acessibilidade não é facilitada, ou seja, quando há elementos intermediando e separando pronome e antecedente, ou ainda, quando este último não realiza a função de sujeito, a forma não expressa perde sua produtividade. É o que ocorre em sentenças como (67), em que “vance não imaginou errado” está entre a categoria vazia e o seu antecedente, e (68), em que o antecedente do pronome “ocultado” não tem função de sujeito.

(67) O meu cavallinho₁ é de truz p'ra vencer terra, vancê não maginou errado: cv₁ garra num passe de chão, nem bem se mette na estrada, que não acaba mais, vae-se embora! (OESP, 31/07/1906).

(68) Eu apertava co'ella₁ p'ra me dizer porque cv₁ me olhava daquele feitio (OESP, 17/01/1906).

Passemos, agora, a analisar a influência do pretérito perfeito na distribuição das variantes que aqui estudamos. A tabela 30 confirma Duarte (1995), que sustentou que o pretérito perfeito favorece o sujeito vazio. As sentenças com esse tempo verbal apresentam 52% de sentenças com sujeito vazio, em sentenças equivalentes ao exemplo (69), enquanto as ocorrências com outros tempos verbais ampliam o uso do sujeito expreso para 64%, garantindo sua preponderância, como temos em (70).

Tabela 30: Corpus Dialeto Caipira: Distribuição de sujeitos vazios e expressos

	PRETERITO PERFEITO	OUTROS TEMPOS VERBAIS
PRONOME VAZIO	29 52%	76 36%
PRONOME EXPRESSO	27 48%	138 64%
TOTAL	56 100%	214 100%

(69) Por derradeiro não houve geito como o Tónho não cantasse sua moda. Pegou no pinho inté sem som nem tom, avexado de não saber mais lidar c'o elle como outra hora, quando tinha tanta destreza p'ra temperar as primas da viola (ou as de casa, você se alembra!) (OESP, 12/09/1906).

(70) Fui-me contendo, que a Tuca era úa morena que não se achava aqui por estes matos. Lá por ser agóra meia tola (como lhe disse), não era pé sufficiente p'r' eu não gostar da pobre. Emfim, isso ia sendo coisa que havia de desaparecer, dêz que ella pegasse a conhecer com quem tratava e ver que eu lhe queria de verdade (OESP, 17/01/1906)

Por último, é preciso mencionar um fato importante que constatamos: 100% das sentenças que recolhemos com sujeito expreso foram construídas com a ordem S-V, padrão seguido por Valdomiro em todos os seus textos nas sentenças em que simula o dialeto caipira, não sendo aqui possível realizar a livre inversão entre sujeito e o verbo.

5.2.1 Conclusões sobre Dialeto Caipira

No *corpus* constituído com os textos de Valdomiro Silveira que mimetizam a fala do caipira paulista, o uso do pronome expresso se mostrou mais intenso do que no material que recolhemos da família Mesquita, inclusive em relação à geração mais nova - datados da década de 1930.

A análise dos impactos das variáveis que selecionamos mostrou que esse uso intenso de sujeitos expressos seguiu o padrão de mudança que encontramos ao longo do século XX em outros dialetos do PB. Assim, os contextos de 1ª e 2ª pessoa confirmaram aqui terem favorecido no dialeto caipira a mudança que fez com que os pronomes explícitos fossem maioria frente à variante nula. A 3ª pessoa mostrou-se, por sua vez, como o contexto em que o uso do vazio mais resiste.

A mudança no dialeto caipira com o aumento expressivo do sujeito expresso, ao que parece, ocorreu nos contextos em que o traço [+ Humano] estava presente. Esse dado ratifica a atuação da hierarquia de referencialidade no processo aqui estudado.

A análise lingüística também confirmou a importância da configuração de CP para o processo de mudança. Assim os expressos foram favorecidos pelas sentenças em que Spec de CP estava ocupado (por um pronome relativo ou um pronome interrogativo). Sentenças com conjunções que ocupassem a posição Cº aumentavam, no dialeto caipira do início do século XX, a possibilidade do sujeito não expresso ser utilizado. Esta variante encontrava o seu melhor contexto de resistência em sentenças com CP vazio.

A existência de elementos entre o sujeito e verbo, entre Spec de IP e Iº, mostrou, por sua vez, favorecer levemente o sujeito vazio.

Nossa análise do *corpus* do dialeto caipira também evidenciou que a possibilidade de o pronome obter fácil acesso a seu antecedente sentencial favorece o uso do sujeito vazio. Isso ocorre em sentenças em que não há elementos que comprometam a co-indexação e em que o antecedente ocupa também a posição de Spec de IP (sujeito) de sua sentença. Contextos em que o antecedente não era um sujeito ou que havia interferência na co-referência favoreceram o sujeito expresso.

Também no *corpus* do dialeto caipira os contextos em que o tempo verbal é o pretérito perfeito se mostraram como os mais resistentes à substituição da forma vazia pela expressa.

O resultado aqui encontrado para ambos os dialetos serão interpretados à luz do contexto de histórico-social de São Paulo, o que faremos no próximo capítulo.

5.3 Análise Final

O contraste dos resultados que obtivemos a partir dos *corpora* aqui analisados nos leva à conclusão de que o fenômeno de massificação do uso de sujeito expreso evoluiu primeiro no dialeto caipira, no qual o sujeito pleno mostrou uma produtividade de 61%.

A análise da amostra da família Mesquita evidenciou que de uma geração à outra houve um incremento do percentual de sujeito pleno: de 20% na 1ª geração para 30% na 2ª, dando mostras de que a elite também iniciava o processo de intensificação do uso dos expressos. A consolidação do fenômeno em sua gramática se deu de forma mais lenta e gradativa nas gerações descendentes, não sendo interrompido pelo contato com os falantes do português europeu, do italiano e do espanhol, que, supomos, faziam amplo uso da categoria vazia na posição de sujeito sentencial.

Considerando os efeitos da variável pessoa do discurso, chegamos à conclusão de que a 1ª pessoa distingue de forma significativa as amostras que recolhemos do dialeto da elite do material que utilizamos para representar o dialeto caipira. No material das duas gerações dos Mesquita, 85% das ocorrências nesse contexto são de sujeito vazio - o que pode ser atribuído às características do gênero epistolar; já no *corpus* do dialeto caipira os sujeitos expressos são 65% do total de sentenças analisadas. Na 2ª pessoa, há uma certa aproximação no comportamento lingüístico da geração de Júlio e Marina Mesquita e dos caipiras mimetizados por Valdomiro Silveira: em ambos o sujeito expreso é predominante, atingindo seus maiores percentuais de uso. A 3ª pessoa mostra uma distribuição bastante equilibrada na segunda geração dos Mesquita, sendo predominantemente realizada com o sujeito "oculto" (com 61% dos casos) no material que recolhemos de Valdomiro Silveira.

O traço [+humano] se mostrou um fator relevante para o preenchimento do sujeito. Nas amostras do dialeto caipira, os plenos são 62% das ocorrências, resultado que o aproxima do uso feito pela segunda geração dos Mesquita, 59%, após retirada dos dados de 1ª pessoa que, como dissemos, favorece o sujeito vazio nas cartas pessoais.

A avaliação da configuração de CP também mostra semelhanças de comportamento lingüístico entre o *corpus* da geração mais nova da família que tomamos para representar a

elite paulistana e as amostras do grupo caipira. Nesse dois *corpora*, o preenchimento de Spec de CP garantiu o predomínio do sujeito pleno, enquanto o CP vazio levou a um maior uso do sujeito nulo. Mas as semelhanças terminam aí: dentre os caipiras, o sujeito expresso sempre se manteve predominante qualquer que fosse a configuração nesse nóculo, o que não ocorreu na amostra da "fala" da segunda geração dos Mesquita, que mantiveram os nulos como a forma hegemônica quando C⁰ estava preenchido e também nas sentenças em que CP se manteve vazio.

A adjunção de elementos entre Spec de IP e I⁰ não se mostrou um contexto suficientemente forte para garantir o predomínio do sujeito pleno sobre o vazio no uso feito pela elite, embora, de fato, tenha favorecido o aumento de sua produtividade (de 7% para 31%) de uma geração à outra. Nesse mesmo contexto, as amostras do dialeto caipira evidenciaram um favorecimento completo do sujeito pleno que atingiu 57% das sentenças analisadas.

Os resultados que encontramos em todos os *corpora* analisados confirmaram que, de fato, os antecedentes não acessíveis favorecem um maior uso do sujeito pleno. A 2ª geração dos Mesquita foi a que mais sensível se mostrou a esse fato, concedendo, nesse contexto, uma produtividade de 60% aos expressos.

Por fim, nossos dados ratificaram que o pretérito perfeito favorece o sujeito vazio mais do que outras formas verbais, embora sua ausência não garanta, nos dados da elite, o predomínio do sujeito pleno.

Passemos agora a explorar os significados histórico-sociais dos resultados que encontramos na análise lingüística.

Capítulo 6 - Interpretando os dados lingüísticos para contribuir para a História Social da Língua em São Paulo.

Introdução

No presente capítulo, procuraremos discutir os aspectos do *habitus* (e *habitus lingüístico*) que geraram as escolhas lingüísticas feitas pela elite paulistana no que concerne ao aumento da produtividade dos sujeitos expressos. Em primeiro lugar, procuraremos analisar a sua relação com o caipira. Em seguida, mostraremos as relações com os imigrantes, o novo concorrente que passou a participar do mercado lingüístico da cidade de São Paulo.

Enfim, procuraremos explicar a dinâmica desse mesmo mercado, justificando os resultados que encontramos na análise dos dados lingüísticos que apresentamos no capítulo anterior.

6.1 Alguns aspectos do *habitus* (e do *habitus lingüístico*) da Elite Paulistana

6.1.1 Ambigüidade diante do caipira

Um primeiro aspecto que nos propomos a descrever para compreender o *habitus* da elite nacional paulistana, no período aqui analisado, aparece no tratamento dispensado ao “caipira”.

A qualificação “caipira” recebia por parte da elite, na virada do XIX para o século XX, um tratamento ambíguo. Essa ambigüidade encontra explicação na relação que esta mesma elite estabelecia com o rural, ainda que residisse na cidade e buscasse o moderno e o urbano. É preciso lembrar que boa parte de seus integrantes havia nascido e vivido na zona rural durante a infância e/ou parte da juventude, nas grandes fazendas de café e de cana-de-açúcar. Além disso, as famílias proprietárias de terra, durante boa parte do ano, como mostramos no capítulo 1, mantinham duas residências: uma na capital e outra na zona produtora. A própria fixação da principal residência na cidade de São Paulo inicialmente apenas transplantou para a “zona urbana” o lar “rural”, já que era comum morar em chácaras que permeavam a área citadina. Ainda que, posteriormente, o morar tenha se dado

em chalés ou ainda em Palacetes, o fato de os negócios girarem em torno do “capital cafeeiro” fazia com que houvesse a necessidade de sintonia não somente com o exterior (com a Europa e outros mercados), mas também com a fazenda, no interior do Estado, onde a produção se dava. Portanto, até os anos iniciais do século XX, a elite paulistana ainda se encontrava entre o rural e o urbano, ou ainda, a meio caminho entre o arcaico e o moderno.

A ambigüidade diante do caipira foi identificada por Ferreira (2002), por exemplo, nas páginas do *Almanach Litterario de São Paulo*⁵⁸, publicado nas décadas de 1870 e 1880:

Estes indicam [...] os sentimentos simultâneos de identificação e afastamento, característicos da sociedade letrada em relação àqueles seres tidos como representantes de um mundo arcaico a ser negado, mas que faziam parte das suas raízes e com os quais guardavam contigüidade física e cultural (FERREIRA, 2002: 69).

Os textos do *Almanach* desenhavam o caipira como homem ingênuo, supersticioso, crédulo, de aparência bruta, e portanto, o oposto à modernidade, ao culto e ao científico. Paradoxalmente, argumenta o historiador, essa imagem negativa convive com a convicção de que o caipira era a “fonte da sabedoria popular”, detentor de valores que deveriam ser resgatados, afastando o materialismo e o pragmatismo da sociedade urbana.

Conforme descreve Ferreira, a representação do caipira como o homem pobre, lento e preguiçoso, anacrônico em um tempo marcado pelo progresso, já aparecia nos textos publicados no *Almanach*, antecipando a figura do Jeca Tatu, tão divulgada por Monteiro Lobato. Mas esse comportamento não era ainda - como seria mais tarde - relacionado à sua suposta inferioridade racial.

Analisando cartas de leitor publicadas na imprensa de São Paulo no século XIX, Oliveira e Kewitz (2009) também chegam a resultados semelhantes aos de Ferreira (2002). Os textos publicados estabelecem uma correlação entre o homem da zona rural e o caipira, associando a este o caráter de incivilizado e inculto. Nas cartas, muitas vezes o autor se auto-denomina um caipira. Em uma das cartas identificadas pelas pesquisadoras, o autor se atribui uma linguagem “groceira”, típica dos “homens da roça”, cujo único compromisso é

⁵⁸ O *Almanach* foi levado a cabo por obra de José Maria Lisboa, jornalista nascido em Portugal, mas que após fixação em São Paulo, deixou-se assimilar facilmente. Continha, em verdade, textos não só de Lisboa, mas de diversos membros da “sociedade paulistana”.

para com a “verdade”, explicitando um certo orgulho em se auto-denominar um “caipira”. Ou seja, se por um lado a imagem do caipira remetia ao “inculto”, para o que tem uma “linguagem vulgar”, por outro lado, preservava as características mais puras dos antigos paulistas.

A ambigüidade do paulistano da elite frente ao caipira explica em parte o destaque e a frequência com que os textos de Valdomiro Ferreira – que tanto se prestavam à valorização do caipira – tinham no jornal O Estado de São Paulo ainda em 1906. “As inovações que já haviam alterado tanto a estrutura física e econômica da cidade de São Paulo ainda não haviam libertado a capital paulista de seu passado e de suas tradições, perspectiva essa que convivia com outras de tons modernizantes e mais propriamente cidadinas” (PEREIRA, no prelo: 12).

Mesmo quando, no campo imagético, a elite valorizou o caipira, isso não implicou em uma maior proximidade social entre a elite dominante e a camada popular rural. A elite agiu sempre visando manter “... a discriminação estamental que desde a fundação do Brasil separava cavaleiros e peões, os que eram carregados e os que carregavam, os calçados e os descalços” (MARTINS, 2004: 158).

Aos poucos, o caipira foi perdendo, no imaginário da elite republicana, os atributos positivos, deixando de assumir o papel de “símbolo regional” por excelência. Na nova imagem difundida pelos republicanos paulistas entusiasmados com a modernização da cidade

... o habitante de São Paulo nada mais tinha a ver com o velho tropeiro de poncho e as mulheres de mantilha que tanto povoavam as representações sobre o paulista difundidas pelos demais brasileiros ao longo de todo o séc. XIX. O paulista apresentado pelos republicanos se distanciava muito da imagem do habitante de São Paulo visto como desconfiado, reservado, soturno e alheio ao contato com gente de fora, imagem esta tão difundida pela leitura de viagem e pelos estudantes da faculdade de direito originários de outras províncias [...] Quando a intelectualidade republicana falava no paulista *tout court*, normalmente tinha em mente a elite regional, e não os setores populares (FERRETTI, 2004: 163).

O discurso de desvalorização do caipira vai ganhando espaço em vozes com elevado poder de difusão ideológica, à medida que a cidade se agiganta e se desenvolve. Uma das

visões negativas que se tornou mais popular, já ao final da década de 1910, foi a do Jeca Tatu de Monteiro Lobato. Em *Urupês*, publicado em 1918, o antigo fazendeiro do Vale do Paraíba, incluiu dois artigos que mostram bem sua visão dos fatos. Em “Velha Praga”, a destruição da Serra da Mantiqueira é colocada na conta dos caipiras, em uma visão elitizada dos fatos que nem sequer menciona a destruição das matas promovidas pelo avanço do café nas terras paulistas. Caracterizado como “parasita” e “piolho da terra”, o caipira com o seu hábito de promover queimadas, deixava as marcas de destruição na mata.

Importante mencionar que em Lobato o caipira tem uma raça e condição social específica: ele é o caboclo pobre, habitante da zona rural. Ou seja, há uma separação bem definida entre o proprietário de terra - e o próprio escritor era um - e aquele contra quem escreve acusando de destruidor de matas virgens.

Na visão de Lobato, o caipira era inadaptável à civilização e ao progresso que chegava em São Paulo:

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, semi-nomade, inadaptavel á civilização, mas que vive á beira dela na penumbra das zonas fronterizas. Á medida que o progresso vem chegando com a via ferrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a picapau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encocorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se (LOBATO, 1976: 141).

Portanto, temos aqui um caipira que tem uma etnia e condição social definida, o caboclo pobre, que se distingue dos brancos que, em última instância, é a própria "civilização".

No artigo “Urupês”, que dá nome ao livro, Monteiro Lobato ataca as visões romanceadas do caipira, que, na literatura, teria substituído o índio enquanto símbolo eminentemente nacional:

Hoje ainda ha o perigo em bulir no vespeiro: o caboclo é o ‘Ai Jesus’ nacional. É de ver o orgulho entono com que respeitáveis figurões batem no peito exclamando com altivez: sou raça de caboclo!

Anos atrás o orgulho estava em uma ascendência de tanga, inçada de penas de tucano, com gramas íntimos e flechaços de curare (LOBATO, 1976: 146).

E mais adiante afirma:

“Pobre Jéca Tatú! Como és bonito no romance e feio na realidade!” (LOBATO, 1976: 148).

A imagem altamente negativa do caipira ainda é atribuída pelo escritor ao fato de que aquele estaria sempre alheio aos fatos históricos, diante dos quais, estaria "sempre de cócoras". Com ironia o autor afirma que somente ajeitado sobre os seus calcanhares é que o caipira consegue “destravar” sua língua e sua inteligência, e realizar atos simples como comer ou ingerir um café. Quando comparece à feira é para levar coisas extraídas da natureza sem o menor esforço. A lei do menor esforço também nortearia outros aspectos de sua vida, como por exemplo, na forma como constrói sua morada, que “... faz sorrir aos bichos que moram em tocas e gargalhar ao João-de-Barro” (LOBATO, 1976: 148). Sua preguiça explicaria sua falta de luxo com as coisas mais simples: a mobília de sua casa, os instrumentos do cotidiano como cuias, gamelas, etc. Nem sequer da segurança de sua casa cuida:

“- Por que não remenda essa parede, homem de Deus?

- Ela não tem coragem de cair. Não vê a escora?” (LOBATO, 1976: 149).

Inculto, o caipira, segundo Lobato, vota sem saber em quem; não sabe que o presidente da república não é o imperador; e é desprovido de qualquer sentimento da pátria. Está longe do verdadeiro país: o dos homens da elite.

“ O sentimento da pátria lhe é desconhecido. Não tem sequer a noção do país em que vive” (LOBATO, 1976: 152).

O autor também ridiculariza a “medicina” caipira. Esta seria formada por “tudo quanto mais de repugnante e inócuo existe na natureza” (LOBATO, 1976: 153) , além de ser baseada em simpatias.

Nem na arte o caipira teria trazido qualquer contribuição para os brasileiros, o que, segundo o autor, contrastava com a arte rústica do camponês europeu caracterizada como “opulenta”. Lobato ridiculariza os mais famosos violeiros caboclos, que ficariam somente no “tempero”, sem de fato produzirem algo que possa ser digno de consideração. Nem sequer com a modinha o caipira teria contribuído, já que esta seria obra do mulato, salvo pelo sangue europeu “recente”.

Monteiro Lobato é, portanto, representante – e ao mesmo tempo grande divulgador – de uma visão altamente negativa do caipira. Este não mais pode ser identificado com a figura do verdadeiro paulista, agora um membro da elite, como demonstrou Ferretti (2004). O caipira ganha etnia específica – é o caboclo – e condição social determinada – é o agregado pobre que de forma nômade foge do progresso em que o Estado de São Paulo encontrava.

Evidentemente que esta não será a única visão da cultura caipira dentre os membros da elite. Como dissemos anteriormente, no capítulo 4, a decisão de Valdomiro Silveira de publicar suas narrativas em livro na década de 1920 é justamente uma tentativa de combater a depreciação do caipira que cada vez mais entrava em moda. Mas o sucesso de *Urupês* demonstra a força da dissociação da imagem da elite paulista em relação à sua origem rural.

O fato que nos interessa neste trabalho é que essa ambigüidade frente à cultura caipira expõe a própria origem rural da elite que se estabeleceu em São Paulo na virada do século XIX para o XX. Essa ambigüidade nos permite justificar a existência, em seu padrão lingüístico, de elementos também presentes no dialeto caipira, e simultaneamente, uma recusa de diversos fatos lingüísticos associados a este mesmo modo de falar. Assim, como comprovamos no Capítulo 5, o sujeito pronominal expreso, principal estratégia para a realização do sujeito sentencial no dialeto caipira, ganhava produtividade no dialeto da elite. Outros fenômenos associados à fala do caipira foram recusados como formas “legítimas”, na terminologia sugerida por Bourdieu, permanecendo estigmatizados, como por exemplo, o uso de “mim” como sujeito sentencial (“para mim fazer”) e o paradigma de concordância sujeito-verbo (“Eles vai...”).

6.1.2 Tão perto da Europa; tão distante dos imigrantes europeus

Outro aspecto que gostaríamos de apontar como constituinte do *habitus* da elite paulistana, ao final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, está no seu olhar voltado para a Europa. A elite paulistana de origem nacional importava de lá produtos e costumes, flertando constantemente com a Europa, onde, nas palavras atribuídas a Antônio Prado as famílias ricas iam constantemente tomar o seu “banho de cultura”, em prolongadas temporadas.

O gosto pelo consumo europeu pode ser facilmente identificado no uso das peças de vestuário da moda européia – adquiridos diretamente na Europa ou nas lojas luxuosas das ruas que formavam o “Triângulo”. Também fica evidente na transformação arquitetônica da morada da elite que dos “casarões” mudou-se para os “chalés” e os “palacetes paulistanos” - cujas primeiras unidades ainda preservavam espaços ligados ao rural brasileiro, com a manutenção de hortas, pomares e galinheiros (HOMEM, 1996: 89).

Nas questões da educação dos filhos, a busca de uma formação européia - já existente desde os tempos coloniais - também era bastante freqüente na elite. Assim, enviava-se os filhos para estudar na Europa, ou optavam pelos colégios “estrangeiros” locais, como o Des Oiseaux, ou ainda, optavam pela educação com preceptores europeus.

Além disso, o hábito de se reunir nos salões e *clubs* privados reproduzia uma sociabilidade calcada nos modos europeus, o que mostra o desejo de implantar em terras brasileiras o ambiente aristocrático das elites européias.

Essa valorização do que era europeu foi um dos elementos que levou os membros da elite na segunda metade do século XIX levar a cabo a estratégia de substituição da mão-de-obra escrava pelo braço europeu, o que, em grande medida, requereu o uso e o apoio do aparelho de Estado, dominado por seus interesses. As teorias que sustentavam a necessidade de “branqueamento” do povo brasileiro⁵⁹ – difundidas por muitos dos pensadores do período, dentre eles, Oliveira Viana – reforçavam as teses sobre as vantagens

⁵⁹ A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças ‘mais adiantadas’ e ‘menos adiantadas’ e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia ‘naturalmente’ uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procuravam parceiros mais claros do que elas (SKIDMORE, 1976: 81).

desse tipo de trabalhador, e expressavam e reproduziam o ideal da elite de forjar a Europa no Brasil.

Entretanto, todo este esforço para estimular e viabilizar a vinda dos imigrantes para a cidade de São Paulo não significou a aceitação e valorização social deste grupo por parte da elite. Após a sua vinda em massa, já nos primeiros anos da República, surgem discursos que passam a ver no isolamento dos grupos imigrantes uma ameaça ao “nacional”, e, em certos casos “do Estado dentro do Estado” (BUENO, 2006: 3).

Mesmo as famílias de imigrantes mais bem sucedidas de São Paulo não estavam isentas desse comportamento de aversão pela elite nacional paulistana. Basta lembrar que “até 1918, por exemplo, não era permitido o ingresso de certos imigrantes nos clubes sociais de maior prestígio, o Jockey, o Automóvel e o São Paulo, e ainda hoje [década de 1970] não se encontram muito amiúde nomes de imigrantes em suas diretorias” (DEAN, 1971: 85)⁶⁰.

E esta aversão aos imigrantes, ainda que ricos, não ficava restrita aos imigrantes que não falavam língua portuguesa. Pascal (2005) mostra que mesmo as famílias portuguesas que acumulavam riquezas foram rejeitadas pela aristocracia paulistana, e a isso reagiam buscando “... notoriedade junto à colônia, exercendo benemerência e atuando na administração destas associações” (PASCAL, 2005: 101).

A não aceitação dos imigrantes pela elite nacional, ainda que estes conseguissem a ela se equivaler ou superar em termos de riqueza, foi relatada por Jorge Americano, em *São Paulo Nesse Tempo: 1915 - 1935*. Em “Xenofobia”, o memorialista que cresceu nos Campos Elísios - o bairro da elite nos primeiros anos do século XX, que por isso mesmo era, em sua concepção, “o Centro do Universo” – relata um diálogo entre dois “paulistanos” discutindo a presença dos imigrantes em São Paulo. A crônica começa com o ataque aos imigrantes, vejamos o argumento utilizado:

⁶⁰ Dean (1971) procura sustentar que, apesar dessa recusa, a fusão das elites que chama de “emergentes”, ou seja, do fazendeiro de origem nacional com o imigrante, ligado à atividades comerciais, de importação e de exportação, foi realizada sem maiores problemas, minimizando os conflitos entre os dois grupos. Como veremos adiante, o quadro era mais complexo e a resistência da elite para com o rico de origem estrangeira só veio pela imposição econômica, principalmente após a crise de 1929, que levou muitas famílias tradicionais paulistanas à bancarrota.

"- Isto aqui está ficando um acampamento de aventureiros. Não há mais lugar para os paulistas dos velhos troncos. Você sai a rua e só ouve falar estrangeiro." (AMERICANO, 1962: 279).

O interlocutor, no entanto, discorda da atitude xenófoba destilada no trecho acima e inicia uma série de argumentos lógicos para mostrar que todos os paulistas tidos como tradicionais e nacionais eram, conforme atestavam seus sobrenomes, também estrangeiros. Mas este argumento não é aceito pela outra parte, que vê nessa busca genealógica tão profunda um exagero. Depois de muita discussão, o personagem que defende uma posição anti-estrangeiro encerra a discussão, sem que haja qualquer concordância entre os interlocutores.

Mas qual seria a posição de Jorge Americano sobre a questão dos imigrantes? Como o autor deu à crônica o título de “Xenofobia”, chegamos à conclusão que sua concepção devia coincidir mais com o personagem que discorda do argumento de que a imigração havia “corrompido” a verdadeira sociedade paulista. Isso porque para o que defendia a aversão aos estrangeiros, sua opinião nunca seria considerada xenofóbica, mas apenas uma constatação a partir de dados da realidade.

Ainda que Americano tenha escrito o relato para combater e ironizar o argumento pró-paulista tradicional, a crônica atesta o quanto devia ser comum entre os que pertenciam a esta “casta”, formada por gente do “velho tronco”, a necessidade de se distinguir dos grupos de origem estrangeira (mais recente, diria o personagem de Jorge Americano), desvalorizando-os socialmente.

Outro membro de uma família tradicional da cidade e que registrou, via literatura, esta recusa social do imigrante, novamente de forma irônica - foi Antônio de Alcântara Machado. Em “Sociedade” que consta de *Brás, Bixiga e Barra Funda*, publicado pela primeira vez em 1928, a esposa do Conselheiro Jose Bonifácio de Matos e Arruda anuncia logo no início da narrativa:

“- Filha minha não casa com filho de carcamano” (ALCÂNTARA MACHADO, 1971: 25).

Com esta asserção, a mãe se recusava a aceitar o relacionamento de sua filha com um filho de imigrante bem sucedido, ainda que o namorado, a julgar pela ausência de termos italianos em sua fala, tivesse nascido - ou ao menos crescido - no Brasil. O seu desprezo pelos estrangeiros era tal que a senhora "virava a cara" quando encontrava o descendente de italiano "na cidade", conforme percebemos em um diálogo entre os jovens enamorados:

“- Sua mãe me fez ontem uma desfeita na cidade.

- Não!

- Como não? Sim senhora. Virou a cara quando me viu” (ALCÂNTARA MACHADO, 1971: 26).

A mulher do conselheiro, ainda, ressaltava sua repulsa pelo pretendente de origem imigrante em conversa com seu marido:

“- Olhe aqui, Bonifácio: se esse carcamano vem pedir a mão de Teresa para o seu filho, você aponte o olho da rua para ele, compreendeu?

- Já sei, mulher, já sei” (ALCÂNTARA MACHADO, 1971: 26).

A aceitação só vem a partir de uma proposta comercial do pai do pretendente para o conselheiro: aproveitar uns terrenos de propriedade da família Matos e Arruda que não lhe davam renda alguma para a implantação de uma fábrica têxtil, em sociedade; o italiano entraria com o capital e o pai da moça com os terrenos. Mas é preciso deixar claro que a sociedade só é viabilizada pela situação de dificuldade financeira da “aristocrática” família do Conselheiro, que não tem mais capital, como podemos ver no trecho a seguir:

“- É. Eu já pensei nisso. Mas sem capital o senhor compreende é impossível...

- *Per Bacco*, doutor! Mas *io* tenho o capital. O capital *sono io*. O doutor entra com o terreno, mais nada. E o lucro se divide no meio” (ALCÂNTARA MACHADO, 1971: 27).

Ou seja, o antes “carcamano” torna-se agora por sua própria proposta “o capital”, denominação assumida pelo narrador, não sem uma certa ironia:

“O capital acendeu o charuto. O conselheiro coçou os joelhos disfarçando a emoção. [...] O capital levantou-se. Deu dois passos. Parou.” (ALCÂNTARA MACHADO, 1971: 27).

Essa transformação - de carcamano em capital - atende a dois anseios: ao do italiano, que deseja ser aceito no seio da “alta sociedade paulistana”, mediante o acordo empresarial e o casamento do filho com uma Matos e Arruda – acertado posteriormente; e ao desejo do conselheiro, que resolve as dificuldades financeiras de sua família.

O conto de Alcântara Machado confirma, pois, a dificuldade que o imigrante – ainda que bem sucedido financeiramente – encontrava para ser aceito na alta sociedade. Mostra ainda a necessidade que os membros da elite paulistana (que forjava ser ou de fato era) “quatrocentona” tinham por se diferenciar desses novos afortunados, evitando até onde fosse possível a associação social e econômica. A resistência ao casamento da filha com o filho do imigrante, remete à estratégia de “endogamia social”, que remonta ao comportamento da elite rural paulista do século XIX, analisado por BACELLAR (1987)⁶¹.

E é a partir desse comportamento previsto no *habitus* da elite, e que impunha sanções e restrições aos estrangeiros – ricos e pobres - é que faremos a interpretação dos dados lingüísticos que levantamos no Capítulo 5, o que faremos na próxima seção.

6.2 O jogo no mercado lingüístico: a oferta de sujeitos vazios e expressos

Como vimos no capítulo dedicado à análise mais propriamente lingüística, nossos dados mostram que a fala da elite paulistana já apresentava uma tendência ao aumento do sujeito pronominal expresso, fenômeno que ao longo do século XX afastaria o PB do PE. Partindo do pressuposto de que a maior parte dos estrangeiros que se fixaram na capital paulista no período que estudamos eram portadores de um padrão lingüístico que favorecia

⁶¹ Os casamentos [da elite rural paulista ainda no século XIX] ocorriam portanto dentre de duas estratégias principais. Uma, voltada para o viés da união sangüínea, unindo primos de quarto grau preferencialmente. Outra interessada em alianças economicamente vantajosas, unindo filhos de poderosos. Estas opções, no entanto, eram balizadas por um parâmetro fundamental: o cônjuge selecionado deveria advir de meio sócio-econômico semelhante ao de seus sogros. A endogamia social era, assim, critério essencial na escolha conjugal (BACELLAR, 1987: 125).

o sujeito vazio, chegamos à conclusão de que a elite paulistana não se deixou contaminar pelo contato com esses falantes, dando continuidade ao processo de mudança que hoje faz com que os expressos tenham uma produtividade de 79% na fala “cult”, nos usos de referência definida (BERLINCK, DUARTE & OLIVEIRA, 2009: 124).

Analisando o “dialeto caipira” a partir da representação de Valdomiro Silveira, verificamos que este fenômeno já estava bem desenvolvido na fala do interior, já que nosso *corpus* mostrou uma produtividade de 61% para o sujeito expresso. Ou seja, a elite paulistana, nas primeiras décadas do século XX, também implementa a mudança em seu padrão lingüístico que já era uma realidade no dialeto caipira.

Como podemos interpretar essas duas constatações lingüísticas? Por que a elite apresentou esse comportamento lingüístico? Se era atraída por seus ideais de modernização, que muitas vezes era relacionado ao europeu, por que optou por uma caminho lingüístico mais “brasileiro”, coincidindo com o rumo tomado no dialeto caipira?

Em nossa interpretação, as respostas a essas questões estão relacionadas aos elementos que constituíam o seu *habitus* e seu *habitus lingüístico*. Assim, em um primeiro momento, devemos entender que a origem rural da elite paulistana e sua relação ambígua com a cultura caipira explicam porque determinados fenômenos lingüísticos da fala do interior possam estar presentes em sua norma lingüística. Evidentemente que essa adesão não é irrestrita. Fenômenos identificados por Valdomiro Silveira como o paradigma de concordância pronome – verbo, o uso de “mim” em função nominativa, escolhas lexicais típicas (como “fermoso”, “alembra”), etc., são excluídos (e, talvez, estigmatizados) de sua norma. Mas o aumento do uso de sujeito expresso não ganha sanções e pode ser implementado em sua fala, inclusive em gênero escrito como a carta, como vimos no capítulo 5.

Mas no mercado lingüístico, os membros da elite não concorrem apenas com membros da comunidade lingüística “caipira”. Também se vêem diante de imigrantes, cuja língua materna favorece o sujeito vazio. Ainda que estivessem suscetíveis a adquirir produtos europeus, a elite tem restrições sérias ao nivelamento social com tais estrangeiros. Como vimos, a aristocrática elite da Velha República repele não somente a grande massa estrangeira que veio engrossar a camada popular e trabalhadora brasileira, mas também aqueles que eventualmente tenham trazido ou aqui tenham constituído fortunas

equivalentes ou superiores à sua. No jogo concorrencial, a elite procurava se distinguir dos “novos ricos” da capital paulistana, não concedendo a estes o mesmo *status* social que possuía. E a língua é, nesta guerra pela manutenção do “poder simbólico”, instrumento crucial de distinção.

A elite paulistana, como ilustrou bem o conto de Alcântara Machado, era detentora da maior quantidade de “capital social”. O maior capital financeiro das afortunadas famílias imigrantes não lhes garantia um *quantum* de “capital social” que pudesse fazer frente a esse montante monetário. Daí a saída de negociar parcerias empresariais e matrimoniais para garantir o *status* simbólico condizente à sua fortuna.

E foi exatamente por acumular um maior capital social – e, portanto, um maior capital lingüístico – que a elite nacional pôde impor as suas normas lingüísticas, a despeito de estar cercada por falantes de línguas parametrizadas com o sujeito vazio. Com isso, estavam criadas as condições históricas e sociais para que o fenômeno da expansão do sujeito expresso pudesse se desenvolver no português paulista da classe dominante, com reflexos na chamada norma culta no final do século XX, como mostrou Berlinck, Duarte e Oliveira (2009).

E o fenômeno do preenchimento do sujeito ganhou, aos poucos, o *status* de forma “legítima”, ou seja, a que passou a ser aceita por todos os segmentos como a forma mais adequada para a realização do sujeito sentencial. De tal forma que os imigrantes vão silenciando o sujeito vazio, a forma parametrizada em sua língua materna. Seus descendentes acompanharão o processo, até porque deixarão de ter evidências de que o sujeito vazio deveria ser sempre utilizado, restringindo sua ocorrência para casos especiais.

Evidentemente, essa opção, no nível do indivíduo, não era consciente. Não se escolheu de forma planejada um maior uso do sujeito expresso para com isso “silenciar” a forma concorrente, típica das línguas maternas dos imigrantes. São escolhas inconscientes ou quase-conscientes baseadas em um *habitus* lingüístico formado pelo acúmulo de experiências sociais e históricas, como previsto na teoria Bourdieuniana.

6.3 Os rumos da norma gramatical brasileira

A análise que fizemos nos itens anteriores se conflita com a interpretação oferecida por Pagotto (1998) acerca dos rumos dados para a norma gramatical culta brasileira no século

XIX. Nossos dados não confirmam que a elite paulistana tenha optado pela norma portuguesa moderna, mas, ao contrário, deu mostras de que já ampliava o uso do sujeito expresso. Vejamos seus argumentos mais de perto para tentarmos contrastar com nossa tese:

O que chama atenção no caso do Brasil é que todo o arsenal discursivo é acionado no sentido de “construir” a norma culta à imagem e semelhança de Portugal [...] O que espanta mais é o fato de que não se tratava de um retorno ao passado, de uma busca às raízes de nossa língua e de construir uma norma culta a partir disso [...] O modelo de norma é justamente a norma culta portuguesa moderna (PAGOTTO, 1998: 56).

A chave para entendimento dessa opção está, de acordo com o lingüista, exatamente no desejo da elite de manter-se distante da maioria pobre que constituía a população brasileira. Optar por uma norma escrita que não era a sua e que só seria acessada através de um difícil percurso de formação escolar garantia à elite o alijamento dos grupos sociais mais populares.

Afirmar o Português do Brasil como gramática possível na língua escrita, equivalia a nivelar por baixo, mesmo que uma série de traços gramaticais já fizesse parte da fala daqueles que os queria negar. Como o acesso a esta norma culta se daria somente a partir de rigorosa educação, estava garantido o processo de exclusão (PAGOTTO, 1998: 57).

Mas é preciso lembrar que Pagotto chegou a tal conclusão a partir do resultado que havia encontrado na comparação das Constituições do Império e da Primeira República. Portanto, se levarmos em consideração o grau de formalidade exigido em textos desta natureza, a norma que estuda e se refere como "cultura" diz respeito à norma prescrita para os textos escritos dessa natureza e, portanto, àquela que é codificada pelos compêndios de gramática.

Aliás, isso é explicitado pelo mesmo autor em texto publicado posteriormente, ao afirmar que o que argumentou

... é que a norma escrita muda, em Portugal e no Brasil, na mesma direção, quando se sabe que a gramática vernácula do Brasil e de Portugal caminham em direções opostas [...] A medida que tomei foram os dois textos constitucionais do século XIX, o do Império e o da República, que são escritos em gramáticas muito diferentes: o primeiro, no que costuma ser rotulado como português clássico e o segundo, escrito em um português normativo atual, se considerarmos as normas recomendadas até os dias de hoje nas gramáticas escolares [grifos meus]" (PAGOTTO, 2001: 41)

Assim, a tese de Pagotto (1988) não se conflita com a que propomos no presente trabalho uma vez que sua interpretação diz respeito aos rumos tomados pela norma prescritiva brasileira no final do século XIX, enquanto a tese que oferecemos diz respeito à linguagem efetivamente praticada pela elite, ou seja, à norma objetiva, nos termos de Castilho (1997)⁶².

Conclusões

No presente capítulo, procuramos apontar os aspectos do *habitus* da elite e a partir deles mostrar sua atuação no mercado lingüístico. Procuramos, com isso, explicar porque o dialeto da elite paulistana, que investigamos a partir de *corpora* de análise constituídos por cartas de integrantes da família Mesquita, mostrou uma tendência ao maior uso de sujeitos expressos, apontando o início da adesão do fenômeno levado a cabo no PB ao longo do século XX. Também tínhamos por missão explicar que com esse comportamento lingüístico a elite, que fixou residência na capital a partir do final do século XIX, caminhou na mesma direção que o dialeto caipira, no qual o uso de sujeito vazio se mostrou bastante reduzido.

Assim, analisamos dois aspectos no modo de agir social da elite. Em primeiro lugar, em função de sua origem rural e do peso das atividades cafeeiras em torno da qual se estabelece, a elite mostra ambigüidade em relação ao “caipira”. Essa relação ambígua é o que, em nosso entender, explica porque sua norma lingüística mostra-se favorável ao crescimento do sujeito expresso, fenômeno que está amplamente desenvolvido na fala

⁶² "A norma objetiva ou padrão real é a linguagem efetivamente praticada pela classe social de prestígio [...]" (CASTILHO, 1997: 264).

caipira. Por outro lado, porque procura negar este passado rural, não adere a todas as formas lingüísticas desse mesmo dialeto. Age seletivamente e, no caso, vai permitindo a apropriação da forma lingüística do sujeito expresso em sua norma lingüística.

Outro aspecto é a sua relação com o imigrante europeu. Embora estivesse atraída pelas “coisas” da Europa, onde procurava tomar “seus banhos de cultura” e obter os produtos e costumes europeus, a elite paulistana desejava se manter distante socialmente do estrangeiro que aqui chegou para trabalhar (nas fazendas de café, como operário nas fábricas ou como empregado nas empresas de comércio e serviço), e até daqueles que possuíam grandes quantias de capital financeiro – fortunas feitas em terras brasileiras ou transferidas de seus países de origem.

Ao permitir um maior uso do sujeito pronominal expresso, a elite buscava a afirmação de um padrão lingüístico que se contrapusesse ao dos imigrantes que procurava repelir socialmente. Esta permissão levará o sujeito expresso à condição de forma legítima, aceita socialmente como a forma natural de criar sentenças em português. Ao imigrante (e ao descendente) restará o silenciamento e o esquecimento do sujeito vazio, marca da língua de seu país de origem.

Por último, ressaltamos que essa nossa análise diz respeito à norma em “uso” adotado pela elite, não se referindo à norma prescrita pelos compêndios gramaticais para a escrita e que foi analisada por Pagotto (1998).

Conclusões Finais

O presente trabalho se propôs a investigar a trajetória do sujeito pronominal expresso e vazio no dialeto da elite paulistana ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Nesse período a cidade de São Paulo, passou por um intenso crescimento econômico, avolumou e diversificou sua população, implementou as reformas do ensino público e ganhou novos espaços de entretenimento e de sociabilidade. Mas essa modernização não representou uma ruptura abrupta com o seu passado rural. O rural manteve-se nos hábitos das camadas populares, e também nos da elite que, recém fixada na cidade de São Paulo, transitava entre a área de produção agrícola e os mercados internacionais estrangeiros.

Nesse contexto, a cidade recebeu grandes levas de imigrantes, falantes de línguas de sujeito nulo (principalmente de Italiano, de Português Europeu e de Espanhol). Partindo desse ponto, questionamos se este fato histórico trouxe influências na norma lingüística da elite paulistana, impedindo o processo de intensificação do uso do sujeito pronominal expresso, fenômeno descrito por vários estudos realizados sobre o PB. Paralelamente, procuramos saber o quanto o comportamento lingüístico da elite se afastou (ou se aproximou) do dialeto caipira.

A partir da leitura crítica dos trabalhos sobre o tema da distribuição de sujeitos vazios e expressos no PB, buscamos propor um aparato teórico e uma metodologia que considerasse que a língua tem uma dimensão biológica e inata e uma dimensão social. Buscamos um modelo que superasse as limitações teóricas que encontramos nas propostas da "sociolingüística paramétrica" (modelo baseado em Labov e Chomsky), principalmente no que diz respeito à necessidade de apresentar adequação descritiva e, ao mesmo tempo, explicativa. Assim, sugerimos o que denominamos "gerativismo trans-sistêmico", pressupondo a existência de um módulo gerativo mais completo da linguagem com dois níveis: um nível inato, o da faculdade da linguagem, que após amadurecimento garante ao falante a sua "competência lingüística", ou seja, traz a potencialidade de produção das formas lingüísticas em uma dada língua natural, e o "*habitus*", que, tal qual concebido por Bourdieu, é formado a partir da experiência sócio-histórica e contém todos os sistemas de avaliação, de sanção e de valoração das formas lingüísticas, garantindo ao falante um certo

"capital lingüístico". Os produtos gerados nesse módulo gerativo (de natureza biológica e social) são oferecidos no "mercado lingüístico", o qual é altamente concentrado: os agentes portadores de um maior capital lingüístico impõem aos falantes de outros dialetos as suas formas lingüísticas que passam a ser consideradas "legítimas", ou seja, passam a se constituir um parâmetro a partir do qual as outras formas concorrentes de outros dialetos devem ser avaliadas socialmente.

A partir daí formamos alguns *corpora* para realização do estudo. Um deles foi constituído de cartas produzidas por duas gerações da família Mesquita, o que nos forneceu dados sobre o dialeto da elite paulistana. Outro foi formado por textos de Valdomiro Silveira que, conforme estudamos, tinha a preocupação de mimetizar o dialeto caipira.

A avaliação lingüística nos forneceu dados relevantes. Os dados da elite mostraram que no período da forma vazia ainda era a mais utilizada, mas há um significativo avanço da forma expressa de uma geração para outra (era 20% na primeira geração e atingiu 30% dos casos na mais nova). Os dados do dialeto caipira evidenciaram uma situação em que o sujeito expreso já era uma realidade, sendo a forma predileta para realização do sujeito sentencial (61% das ocorrências mapeadas).

A análise também confirmou a relevância de alguns mecanismos estruturais, mais propriamente lingüísticos, havendo apenas diferenças quantitativas entre os *corpora*. Assim, o aumento do sujeito nulo é diferenciado conforme a pessoa do discurso e o gênero: nos textos produzidos pela elite, de caráter epistolar, o incremento da forma expressa mostrou-se em processo mais avançado na 2ª pessoa do discurso e na 3ª, havendo resistência do sujeito vazio na 1ª pessoa; no material do dialeto caipira - que simula situações de fala natural em uma narração, os expressos são mais utilizados na 1ª e na 2ª pessoa, resistindo na 3ª. A análise do traço do referente evidenciou que os contextos marcados com referentes [+humano] favorecem os sujeitos expressos; enquanto o traço [-humano] do referente está relacionado ao sujeito vazio. Elementos que apareçam preenchendo as posições disponíveis em CP (Spec de CP e C⁰) também propiciam um uso mais intenso da forma expressa, enquanto a ausência desses elementos gera resistência do sujeito vazio. A adjunção entre o sujeito e o verbo (adjunção em IP), por sua vez, também é um dos principais contextos de resistência da forma não expressa. Sempre que o acesso do pronome ao seu antecedente é dificultado a probabilidade de ocorrer um sujeito vazio

diminui. Por último, também constatamos que o pretérito perfeito é contexto de resistência à substituição do vazio pelo expreso.

Realizada esta análise lingüística, que descreveu os mecanismos gerados por fatores internos à língua e que constatou que o dialeto da elite não cedeu à pressão das línguas de sujeito nulo dos imigrantes, passamos a buscar a explicação desse comportamento nos *habitus* da elite e em sua atuação no mercado lingüístico. A análise de textos produzidos na época por memorialistas e escritores da própria elite e dos estudos históricos do período nos deu a indicação de que a elite paulistana tinha diante da figura do caipira uma posição ambígua, dada a sua posição transitória entre o rural e o urbano, mas manteve as diferenças estamentais históricas em relação às camadas populares. Além disso, essa mesma elite, diante do imigrante, agia de forma repulsiva, evitando a conceder a este um *status* social equivalente ao que possuía, ainda que se tratasse de estrangeiro rico ou enriquecido. Esse quadro permitiu que, seletivamente, a elite escolhesse uma forma lingüística - o sujeito expreso - que também era utilizado pelo dialeto caipira - recusando outras formas desse mesmo dialeto, que por isso mesmo, permanecerão estigmatizadas. E diante de um estrangeiro a quem se opõe, a elite fará a oferta desse produto lingüístico "brasileiro" que passou a ser "comercializado" como "legítimo". Possuindo um maior capital lingüístico, a elite impõe, aos poucos, essa e outras formas de seu dialeto, procurando extrair dessa transação um maior "lucro simbólico".

Por último, avaliamos que nossa tese sobre a norma lingüística "em uso" da elite, que acatou a mudança implementada pelo PB na questão da realização do sujeito sentencial, não se conflita com a interpretação oferecida por Pagotto (1988), já que esta se refere à fixação da norma que passou a ser prescrita para a escrita e não à linguagem efetivamente praticada pela elite.

Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA MACHADO, Antonio de. *Sociedade. Novelas Paulistanas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

AMERICANO, Jorge. *São Paulo Nesse Tempo (1915 - 1935)* São Paulo: Melhoramentos, 1962.

_____. *São Paulo Naquele Tempo (1895 - 1915)* São Paulo: Carrenho Editorial / Narrativa Um / Carbono 14, 2004. 2ª ed.

AZEVEDO, Elizabeth Ribeiro. O teatro em São Paulo (1554-1954) In: PORTA, Paula (Org.) *História da cidade de São Paulo: a cidade colonial 1554-1822*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Vol. 1. pp. 523-583.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os Senhores da terra - família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1665 - 1855*. São Paulo: USP/FFLCH, 1987, Tese de Mestrado.

BARBOSA, Pilar ; KATO, Mary A. & DUARTE, Maria Eugênia. Lamoglia. Null subjects in European and Brazilian Portuguese. *Linguistics*, Vol. 4, nº 2, 2005. pp. 11-52.

BARROS, Maria Paes de. *No tempo dantes*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 2ª ed.

BERLINCK, Rosana de Andrade. Brazilian Portuguese VS order: a diachronic analysis. In: KATO, Mary Aizawa & NEGRÃO, Esmeralda. Vailati. (Eds.) *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Frankfurt: Vervuert; Iberoamericana, 2000.

BERLINCK, Rosana de Andrade; DUARTE, Maria Eugênia L. & OLIVEIRA, Marilza de. Predicação. In: KATO, Mary Aizawa & NASCIMENTO, Milton do. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

BERNARDO, Teresinha. *Memórias em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: EDUC / Editora UNESP, 1998.

BONTEMPI JR, Bruno. Do vazio à forma escolar moderna: a história da educação como um fardo na cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (Org.) *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império: 1823 - 1889*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Vol. 2. pp. 507-549.

BUENO, Alexandre Marcelo. *Intolerância Lingüística e Imigração*. São Paulo: USP, 2006. Tese de Mestrado.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais. 1994a. Volume 39

_____. Economia das Trocas Lingüísticas. In: ORTIZ, Renato (Org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1994b. Volume 39.

_____. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003.

_____. *O Poder do simbólico*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Economia das Trocas Lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 2008.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BRUNO, Ernani Silva. *Histórias e tradições da cidade de São Paulo (Burgo de estudantes - 1828-1872)*. São Paulo: José Olympio Editora, 1954. 3ª ed.

CALABRESE, A. Pronomina: some properties of the Italian pronominal system. In: FUKUI, N.; RAPOPORT, T. & SAGEY, E. (Eds.) *MIT Working Papers in Linguistics*, nº 8. 1986 *apud* DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *A perda do princípio "evite pronome" no português brasileiro*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 1995. Tese de Doutorado.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. População e sociedade em São Paulo no século XIX. In: PORTA, Paula (Org.) *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império: 1823 - 1889*. São Paulo: Paz e Terra, 2004a. Vol. 2. pp. 15 - 55.

_____. Vida cotidiana e lazer em São Paulo. In: PORTA, Paula (Org.) *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império: 1823 - 1889*. São Paulo: Paz e Terra, 1988a. Vol. 2. pp. 251-305.

CASTILHO, Ataliba de *O Português do Brasil*. In: ILARI, Rodolfo *Lingüística Românica*. São Paulo: Ática, 1997. Série Fundamentos, 2ª ed.

CARONE, Edgard (2001) *Evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: SENAC, 2001.

CYRINO, Sonia M. L. ; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia & KATO, Mary Aizawa Visible subjects and invisible clitics in brazilian portuguese. In: KATO, Mary Aizawa & NEGRÃO, Esmeralda. Vailati. (Eds.) *Brazilian portuguese and the null subject parameter*. Frankfurt: Vervuert; Iberoamericana, 2000.

CHOMSKY, Noam. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Massachusetts: The M.I.T Press, 1970.

_____. *Estruturas Sintáticas*. Lisboa: Edições 70, 1980.

_____. *Knowledge of Language: its nature, origin and use*. New York: PRAEGER, 1986.

_____. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht/The Neetherlands: Foris Publications Holland, 1988a.

_____. *Language and Problems of Knowledge: the Managua Lectures*. Massachuttes: The MIT Press, 1988b.

_____. *Linguagem e Mente*. Brasília: Editora UNB, 1998.

_____. *Novos Horizontes no Estudo da Linguagem e da Mente*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

CHOMSKY, Noam & LASNIK, Howard. A teoria dos Princípios e Parâmetros. In: CHOMSKY, Noam. *O Programa Minimalista*. Lisboa: Caminho, 1999.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel Editorial, 1971. 2ª ed.

DEAECTO, Marisa Midori. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1999.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *A perda do princípio "evite pronome" no português brasileiro*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 1995. Tese de Doutorado.

_____. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: KATO, Mary Aizawa & ROBERTS, Ian. (Orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. 2ª edição.

_____. Evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: PAIVA, M. C. & DUARTE, M. E. L. *Mudança Lingüística em Tempo Real*, Rio de Janeiro: Contra Capa / FAPERJ, 2003a.

_____. Sujeitos indeterminados em PE e PB. In: *Boletim da ABRALIN*, Nº 26, Anais do II Congresso Internacional da ABRALIN. Ceará: Imprensa Universitária/UFC, 2003b. pp. 405-409.

_____. Sujeitos de referência definida e arbitrária: aspectos conservadores e inovadores na escrita padrão. In: *Revista Lingüística* -. UFRJ. Vol. 3, nº 1, , 2007. pp: 85-117.

ÉLIS, Bernardo (1974) Valdomiro Silveira. In: SILVEIRA, Valdomiro *O mundo Caboclo de Valdomiro Silveira*. Rio de Janeiro: Cultrix, 1974.

FERNANDES, Florestan. Caracteres rurais e urbanos na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo. In: _____. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008. pp. 180-206. 4ª ed.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870 - 1940)*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FERRETTI, Danilo José Zioni. *A Construção da Paulistanidade. Identidade, Historiografia e Política em São Paulo (1856 - 1930)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2004. Tese de Doutorado.

FREITAS, Sônia Maria de. *Presença Portuguesa em São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do império*. São Paulo: Edusp, 2005.

GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

GONÇALVES, Júnia Silveira. Notas Bibliográficas sobre Valdomiro Silveira. In: SILVEIRA, Valdomiro *O mundo Caboclo de Valdomiro Silveira*. Rio de Janeiro: Cultrix, 1974.

HALL, Michael. O imigrante na cidade de São Paulo in: PORTA, Paula (Org.) *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Vol. 3. pp. 121 - 151.

HOMEM, Maria Cecília N. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira : 1867-1918*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.

KATO, Mary Aizawa. Teoria Sintática: de uma perspectiva de -ismos para uma perspectiva de "Programas". *Revista D.E.L.T.A*, v. 13, n. 2, Aug. 1997.

_____. *Evolução da Noção de Parâmetros*. *Revista D.E.L.T.A*, v. 18, n.2, 2002.

_____. *Perspectivas da gramática do português em São Paulo no século XXI* In: OLIVEIRA, Marilza. (Org.) *Língua portuguesa em São Paulo: 450 anos*. São Paulo: Humanitas, 2006.

KLEIN, Hebert S. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no fim do século XIX e no século XX. *Rev. Brasileira de Estudos Pop.*, São Paulo, v. 6 n. 2, p.17-37, jul.-dez/ 1989.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida. *Chapéus de palhas, panamás, plumas, cartolas, "Rigalegios": a caricatura na literatura paulista (1900-1920)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. Tese de Doutorado.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976. 20ª ed.

MACHADO, Maria Helena P. T. Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (Org.) *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império: 1823 - 1889*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Vol. 2. pp. 57-97.

MARCILIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos*. São Paulo: Editora Pioneira, 1973.

_____. A população paulistana ao longo de 450 anos. In: PORTA, Paula (Org.) *História da cidade de São Paulo: a cidade colonial 1554-1822*. São Paulo: Paz e Terra. Vol. 1. pp. 245 - 269, 2004.

_____. *História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARCOVITCH, Jacques (2006) Júlio Mesquita. In: _____. *Pioneiros e Empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Edusp/Saraiva. Vol. 1.

MARTINS, José de Souza. O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira. In: PORTA, Paula (Org.) *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Vol. 3. pp. 153 - 213.

MICELI, Sérgio A força do sentido. In: _____. (Org.) *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MILHET, Sérgio. *Diários Críticos*. São Paulo: Editora Martins, 1950, *apud* LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida. *Chapéus de Palhas, panamás, plumas, cartolas, "Rigalegios": a caricatura na literatura paulista (1900-1920)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. Tese de Doutorado.

MESQUITA FILHO, Ruy. (Org.) *Cartas do Exílio: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

MENDES, José A. Sacshetta Ramos. *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822/1945)*. FFLCH/USP, 2007. Dissertação de Mestrado.

MODESTO, Marcelo. Null subjects without "rich" agreement. In: KATO, Mary Aizawa & NEGRÃO, Esmeralda Vailati (Eds.) *Brazilian portuguese and the null subject parameter*. Frankfurt: Vervuert; Iberoamericana, 2000.

MOLLICA, Maria Cecília. *Sociolingüística: conceituação e delimitação*. In: MOLLICA, _____. (Org.) *Introdução à Sociolingüística Variacionista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. 3ª ed.

NOZOE, Nelson. Vida econômica e finanças municipais da capital paulista na época imperial. In: PORTA, Paula (Org.) *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império: 1823 - 1889*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Vol. 2. pp. 99 - 154.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati & MÜLLER, Ana Lúcia. As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas. *Revista D.E.L.T.A.*, nº 12, 1996. p.125-152.

NEGRÃO, Esmeralda. Vailati & VIOTTI, Evani. Brazilian portuguese as a discourse-oriented language. In: KATO, Mary Aiuzawa & NEGRÃO, Esmeralda. Vailati (Eds.) *Brazilian portuguese and the null subject parameter*. Frankfurt: Vervuert; Iberoamericana, 2000.

OLIVEIRA, Marilza de. O estatuto de você no preenchimento do sujeito. In: XIII Congresso Internacional da ALFAL, San José. San José : Editorial da Universidade de Costa Rica, (2002a).

_____. Para História social da língua portuguesa em São Paulo: séculos XVI-XVIII. ALFAL: *Linguística*, Vol. 14, (2002b). pp. 323-354.

OLIVEIRA, Marilza de & KEWITZ, Verena A representação do caipira na imprensa paulista do século XIX. In: CATILHO, Ataliba Teixeira de (Org.) *História do Português Paulista*. Campinas: IEL/UNICAMP, 2009.

OLIVEIRA, Marilza de; SOUZA, Adriana; PEREIRA, Hélcio Batista; SANTOS; Hosana dos SIMÕES, José & RIBEIRO, Priscilla Barbosa Perfil das escolas: fins do século XIX e início do XX. In: AGUILERA, Vanderci (Org.). *Para História do Português Brasileiro: vozes veredas, voragens*. Londrina: EDUEL, 2009, Vol. VII, Tomo II.

OLIVEIRA, Marilza de; COAN, Giovanna Ike; SILVA, Hosana dos Santos; RIBEIRO, Priscilla Barbosa & BERTOLON, Érica. *Um monarquista e um republicano na arena lingüística*. No Prelo.

ORTIZ, Renato. A Procura de uma Sociologia da Prática. In: Ortiz, Renato (Org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994. Coleção Grandes Cientistas Sociais, Volume 39.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Norma e Condescência: ciência e pureza. In: Línguas e Instrumentos Lingüísticos; nº 3; Julho – Dezembro de 1998. Campinas: Pontes.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Gramatização e Normatização: entre o discurso polêmico e o científico. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Histórias das idéias lingüísticas: construção do*

saber metalingüístico e constituição da Língua Nacional. Campinas: Pontes; Cárceres: UNEMAT, 2001.

PASCAL, Maria Aparecida Macedo. *Portugueses em São Paulo. A face feminina da imigração*. São Paulo: Expressão e Arte, 2005.

PAREDES DA SILVA, Vera Lúcia. *Cartas Cariocas: a variação do sujeito na escrita informal*. Faculdade de Letras/UFRJ, 1988. Tese de Doutorado.

PEREIRA, Hércius Batista. *O rural e o urbano em São Paulo no início do século XX: evidências nos textos de Valdomiro Silveira*. No Prelo.

PINTO, Alfredo Moreira. *A cidade de São Paulo em 1900*. São Paulo: Governo de Estado, 1979. Edição fac-similada.

PIRES, Jorge Mário. *Sobrados e Barões da Velha São Paulo*. Barueri-SP: Manole, 2006.

RAGO, Margareth. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1950-1950 In: PORTA, Paula (Org.) *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Vol. 3. pp. 387 - 435.

ROBERTS, Ian. O português brasileiro no contexto das línguas românicas. In: KATO, Mary Aizawa & ROBERTS, Ian (Orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. 2ª ed.

SAES, Flávio. São Paulo republicana: vida econômica. In: PORTA, Paula (Org.) *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Vol. 3. pp. 215 - 245.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008. 3ª ed.

SINGER, Paul Israel. São Paulo. In: _____. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional / USP, 1977. pp. 19 - 57.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da; Bacellar, Carlos de Almeida Prado; GOLDSCHMIDT, Eliana Réa; NEVES, Lúcia M. Bastos P. *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SILVA, Teresa R. Neubauer da. *Conteúdo Curricular e organização da educação básica: a experiência paulista*. São Paulo: PUC, 1988. Tese de Doutorado.

SILVEIRA, Célia Regina. O Caipira: Fonte da identidade paulista em Valdomiro Silveira. In: Ferreira, Antônio Celso & MAHL, Marcelo Lapuente (Orgs.). *Letras e Identidade: São Paulo no século XX, Capital e Interior*. São Paulo: Editora Annablume, 2008.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TARALLO, Fernando. *Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d"aquém-mar e d"alem mar no final do século XIX*. In: KATO, Mary Aizawa & ROBERTS, Ian (Orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, 2ª edição.

TARALLO, Fernando. The filling of the gap: pro-drop rules in brazilian portuguese. In: KING, L. & MALEY, C. A. (Eds.) *Selected papers from the XIIIth linguistic symposium on romance languages*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985.

TARALLO, Fernando & KATO, Mary Aizawa. Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-lingüística. Rio de Janeiro: UFRJ. *Diadorim: Revista de Estudos Lingüísticos e Literários*, nº 2. pp. 13 - 42, 2007.

WACQUANT, Loïc. *Esclarecer o Habitus*. disponível em:
http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant_pdf/ESCLARECEROHABITUS.pdf, SEM DATA.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William & HERZOG, Marvin I. *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

WERNET, Augustin. Vida religiosa em São Paulo: do Colégio dos jesuítas à diversificação de cultos e crenças (1554-1954). In: PORTA, Paula (Org.) *História da cidade de São Paulo: a cidade colonial 1554-1822*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Vol. 1. pp. 191-244.